

Geusiani Pereira Silva

**O PROJETO AGENTE JOVEM DIANTE DE ALGUNS DESAFIOS
DA(S) JUVENTUDE(S) EM SITUAÇÃO DE RISCO E
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Montes Claros – MG
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Março de 2011

Geusiani Pereira Silva

**O PROJETO AGENTE JOVEM DIANTE DE ALGUNS DESAFIOS
DA(S) JUVENTUDE(S) EM SITUAÇÃO DE RISCO E
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos

Montes Claros – MG
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Março de 2011

S586p Silva, Geusiani Pereira.
O projeto agente jovem diante de alguns desafios da(s) juventude(s) em situação de risco e vulnerabilidade social [manuscrito] / Geusiani Pereira Silva. – 2011.
172 f. : il.

Bibliografia: f. 157-169.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos.

1. Políticas Públicas - Juventude. 2. Risco e vulnerabilidade social. 3. Projeto Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social - Brasil. I. Santos, Gilmar Ribeiro. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação intitulada “**O PROJETO AGENTE JOVEM DIANTE DE ALGUNS DESAFIOS DA(S) JUVENTUDE(S) EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL**”, de autoria da mestranda **Geusiani Pereira Silva**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Membros da Banca de Qualificação:

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos - UNIMONTES
Orientador

Prof^a. Dr^o. Reginaldo Guiraldelli – Centro Universitário UNA
Examinador

Prof^a. Dr^a. Luciene Rodrigues - UNIMONTES
Examinadora

Março de 2011

Dedico este trabalho a todos os jovens cuja capacidade de resiliência e de enfrentamento das mais diversas carências e vulnerabilidades é maior do que os desafios que cotidianamente

lhes são apresentados.

AGRADECIMENTOS

Por ter a convicção de que nada acontece por acaso direciono os meus sinceros agradecimentos a todos e todas que de forma direta e/ou indireta contribuíram para a conclusão de mais essa etapa, processo de qualificação e formação profissional.

Ao bom e misericordioso Deus que sempre esteve fiel e presente, mesmo nos meus momentos de distração, displicência e cansaço. Agradeço as possibilidades e oportunidades que a mim foram oferecidas seja frente à capacidade de construir melhores perspectivas de vida; de cursar um ensino superior; de estar onde estou hoje e fazer o que faço; seja pela graça da gestação de um filho que, mesmo inesperado, certamente provocará mudanças na minha vida e da minha família.

Agradeço aos meus familiares: mãe, pai, irmãos e sobrinhos que compartilharam das minhas angústias, preocupações, alegrias e ansiedades. És o meu verdadeiro “porto seguro”. Vocês me fazem perceber, a cada novo dia, o quanto é bom tê-los por perto.

Ao meu esposo, por acompanhar toda a minha trajetória acadêmica. Por ser paciente; insistente; por fazer com que as coisas se pareçam simples e por fazer de tudo para não me ver preocupada. Você é um amigo, presente; companheiro leal com quem compartilho a minha vida.

Ao meu orientador Gilmar pela sua disposição, atenção e por me cobrar nas horas devidas. Agradeço por entender minhas ausências e por me dizer palavras encorajadoras durante todo o processo. Jamais esquecerei os comentários sobre a “minha” perspectiva idealizadora de políticas públicas.

Aos meus sinceros amigos. Que além de acompanhar todo esse processo, sonharam comigo; incentivaram-me; dispuseram atenção, presença, carinho e afeto. Esse agradecimento é feito por meio de palavras, mas tenho certo de que uma verdadeira amizade é abençoada por Deus. Deste modo, sou feliz por ter por perto pessoas como Sheyla, Isabella, Cristiane, Maria Ângela, Maria da Luz, Adriana, André, Carol, dentre outros tão importantes e queridos. Como esse intenso processo foi importante para melhor identificá-los. Como ouvi bons conselhos de

quem não esperava e também os “maus” de quem tanto quero bem.

Aos colegas de pescaria (rsrsr), por tantas vezes me fazerem sorrir e por divertirem o meu caminhar.

Às coordenações do curso de Serviço Social das Faculdades Santo Agostinho e da UNIMONTES e aos demais colegas de trabalho por muitas vezes compreenderem minhas ausências. Agradeço ainda, de coração, as oportunidades que a mim foram dadas.

Às turmas do 5º e 7º períodos de Serviço Social da Unimontes, pelas experiências; pelas “pré-aulas”; pelos trabalhos e amizades construídas ao longo da caminhada. Particularmente manifesto meus sinceros agradecimentos aos meninos que todos os dias dispuseram atenção e foram carinhosos. Em especial: Cris, Bruno, Mariana, Dani, Débora, Selma, Grazi, Merielle, Paula, Renata, Admilson, Glaudson, Monique, e demais acadêmicos.

Às chefias do Departamento de Ciências Sociais (Profª Cláudia Regina e Profª Maria da Luz); às coordenações do Curso de Ciências Sociais (Profº Gilmar Ribeiro e Profº Rômulo Soares); aos colegas assistentes administrativos (Luiz Felipe; Carol; Ronaldo; Wagner); a Profª Railma pelos incentivos e oportunidades, e aos demais professores do DPCS, por acreditarem em mim e no meu potencial. Por oportunizar experiências importantes que contribuíram para que hoje eu me tornasse uma pessoa muito melhor.

Às “meninas” da limpeza que tantas e tantas vezes souberam identificar as minhas angústias, vontades e necessidades.

Às amigas do PPGDS, Fernanda, Vanessa e Sara, pela presteza de sempre e pelas preciosas contribuições. Como elas foram importantes em minha vida.

Ao Professor André Ramos Carloni pela amizade e por intermediar todo o processo de composição da banca, além de se disponibilizar com os contatos com o prof. Reginaldo Guiraldelli.

À Profª Luciene Rodrigues e Luci Helena que tão sabiamente permitiram e contribuíram para que novos olhares fossem direcionados para esse trabalho. Já tive oportunidade de dizê-lo, mas queria reiterar o quanto admiro o trabalho e a competência de vocês.

Ao Profº Reginaldo Guiraldelli por gentilmente aceitar fazer parte da banca de avaliação desse trabalho e por se dispor a contribuir com suas análises.

A todos que não citei, mas que sabem da sua importância, os meus sinceros agradecimentos. Todos vocês fazem parte da minha história de vida. Obrigada!!!

~

Não são anjos nem demônios; não são seres amorais e nem são heróis de uma revolução, mas porta vozes importantes dos maiores dramas e contradições sociais.

Isa Guará

A nova realidade não é saturada de possibilidades.
Ao contrário. É saturada de carências.

José de Souza Martins

Muitos jovens continuam marginalizados, desconectados ou excluídos das oportunidades que a globalização oferece.
Assembléia Geral da ONU - Resolução 62/126 de 2009.

RESUMO

Complexas e divergentes são as discussões que se propõem a analisar, na contemporaneidade, a interrelação entre juventude(s), vulnerabilidades e políticas públicas. Se por um lado os jovens são percebidos como pertencentes a uma dispare categoria, envolta às expressões da questão social, que assinala o agravamento das desigualdades e demais problemas sociais, como o do desemprego, a baixa escolaridade e à desproteção social; de outro se sustenta o discurso sobre a importância desses sujeitos sociais no processo de promoção do desenvolvimento social a nível mundial, nacional e regional. Nesse contexto, destaca-se que apesar da existência de um expressivo contingente populacional juvenil, tanto na América Latina como no Brasil, as respostas políticas dadas às expressões da questão social, presentes particularmente no cotidiano dos jovens pobres, lhes foram apresentadas por meio da implementação de políticas públicas seletivas, e ainda fragilizadas, com vistas à emergentemente contribuir para a superação das situações de risco e vulnerabilidade social. Com isso, empreende-se uma análise sobre as reais contribuições do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, criado em 1999 e desenvolvido a nível nacional até o ano de 2008, por considerá-lo base para outras iniciativas políticas como a do Projovem Adolescente. Assim, analisam-se alguns desafios apresentados nesse processo, principalmente os relacionados à educação e ao trabalho. De forma comparada, e a partir da junção de outros métodos, sinaliza-se que o Projeto em questão produziu resultados consideráveis nessas áreas. Entretanto, ao considerar seus reais objetivos verificou-se o quanto é preciso avançar para se produzir impactos efetivos e eficazes na vida dos segmentos/públicos atendidos.

Palavras - Chave: juventude(s); políticas públicas; risco e vulnerabilidade social; Projeto Agente Jovem;

ABSTRACT

Complex and divergent are the discussions that are proposing to examine, in contemporary times, the interplay between youth (s), vulnerabilities and policy. On one hand young people are perceived as belonging to a class shoot, surrounded the expressions of social issues, which marks the deepening of inequalities and other social problems such as unemployment, poor education and lack of social protection, on the other is based speech about the importance of social subjects in the process of promoting social development worldwide, national and regional levels. In this context, it is emphasized that despite the existence of a significant contingent of youth, both in Latin America and Brazil, the policy responses given to expressions of social issues, particularly present in the daily lives of poor youth, he came to them through the implementation selective public policy, and still fragile, emerging with a view to contributing to overcome situations of risk and social vulnerability. Thus, undertakes a review about the real contributions of the Young Agent Project Social and Human Development, established in 1999 and developed at national level by the year 2008, considering it a basis for other policy initiatives such as the Teen Projovem . Thus, we examine some challenges in this process, especially those related to education and work. So compared, and the aggregation of other methods, indicates that the project in question has produced considerable results in these areas. However, when considering their real goals there was how much progress is needed to produce effective and efficient impact on the lives of segments / public attended.

Keywords: youth (s), public policies, risk and social vulnerability; Young Agent Project.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Significado do trabalho para os jovens brasileiros.....	55
Gráfico 2	Opiniões de jovens sobre a importância da escola.....	63
Gráfico 3	Situação ocupacional dos jovens brasileiros em 2006.....	71
Gráfico 4	Percepções quanto à raça/cor dos jovens atendidos pelo Projeto Agente Jovem em Montes Claros/MG.....	122
Gráfico 5	Última série completada pelos ex- beneficiários do Projeto Agente Jovem (Brasil), com aprovação (%) em 2006.....	126
Gráfico 6	Estimativa de jovens inseridos no mercado de trabalho no momento da pesquisa.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estimativa da População juvenil brasileira em 2010 (%).....	112
Tabela 2	Descrição da quantidade de jovens atendidos e dos recursos gastos (R\$) pelo Projeto Agente Jovem (Brasil, Minas Gerais, Montes Claros), entre 2005 a 2008.....	113
Tabela 3	Distribuição dos municípios de acordo com o número de grupos de Agentes Jovens (2004).....	114
Tabela 4	Gastos médios das famílias dos jovens atendidos com alimentação, água e luz (em R\$).....	123
Tabela 5	Situação de escolaridade dos jovens atendidos pelo Projeto até 2006.....	125
Tabela 6	Relação entre a última série completada com aprovação pelos beneficiários e encaminhamento de demandas as instância de defesa dos direitos infanto juvenis.....	127
Tabela 7	Última série completada pelos ex- beneficiários com aprovação por classe social.....	128
Tabela 8	Avaliação das atividades do Projeto pelos jovens beneficiários.....	130
Tabela 9	Relação entre o tempo de permanência no projeto e melhora de desempenho na escola após a participação.....	131
Tabela 10	Renda obtida por meio das atividades remuneradas realizadas.....	134
Tabela 11	Percepção dos jovens sobre que é mais importante para se sentir feliz	136
Tabela 12	Percepções quanto à contribuição do Projeto Agente Jovem para obtenção de um emprego, segundo situação ocupacional.....	137
Tabela 13	Prioridade no gasto do dinheiro da bolsa.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Descrição das principais ações realizadas institucionalmente em prol da(s) juventude(s) na América Latina.....	91
Quadro 2	Principais ações políticas relacionadas à educação e ao trabalho, implementados no Brasil desde o ano de 2000.....	94
Quadro 3	Identificação dos jovens entrevistados (2011).....	140
Quadro 4	Escolaridade dos jovens egressos entrevistados (2011)	145
Quadro 5	Descrição da qualificação/ocupação profissional e rendimentos dos egressos entrevistados segundo escolaridade.....	146

LISTA DE SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organizações das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
OIJ	Organização Iberoamericana da juventude
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
SAGI	Secretaria de avaliação e gestão da informação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
UFF	Universidade Federal Fluminense
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – JOVENS, JUVENTUDE E/OU JUVENTUDES: APREENSÕES SOCIOHISTÓRICAS E POLÍTICAS.....	27
1.1 - Análises sócio-históricas e políticas sobre a juventude.....	27
1.2 - Juventude (s) e alguns de seus dilemas numa perspectiva intergeracional.....	34
1.3 - A compreensão contemporânea sobre as juventudes.....	44
CAPITULO 2 – EDUCAÇÃO E/OU TRABALHO? ALGUNS DESAFIOS DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL	51
2.1 – Sentidos do trabalho e da empregabilidade para jovens em contextos adversos.....	52
2.2 – Desafios, necessidades e a inserção juvenil no mercado de trabalho.....	57
2.3 - Paradigmas sobre a melhoria da qualidade de vida juvenil por meio da educação e do trabalho.....	62
2.4 – Dimensões ora distantes ora transversais: juventudes e os desafios da proteção social.....	69
CAPITULO 3 – PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS “DE JUVENTUDE”.....	76
3.1 - Políticas Públicas e Políticas Sociais: construindo perspectivas para análises...	76
3.2 - As políticas públicas “de juventude(s)” e a construção dos jovens como sujeitos de direitos	81
CAPITULO 4– O PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO EM QUESTÃO.....	98
4.1 - Aspectos institucionais do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.....	98
4.2 - Avaliações do Projeto Agente Jovem numa perspectiva comparada.....	108

CAPÍTULO 5 - DESAFIOS E A EFICÁCIA DAS AÇÕES DO PROJETO AGENTE JOVEM DIRECIONADAS À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO.....	119
5.1 - Considerações sobre o perfil socioeconômico dos jovens ex- beneficiários do Projeto Agente Jovem.....	121
5.2 - Análise sobre a eficácia dos resultados atinentes à Educação.....	124
5.3 - A eficácia dos resultados sobre o trabalho e obtenção de renda.....	132
5.4 - A condição de vida de jovens egressos do Projeto Agente Jovem de Montes Claros/MG em 2011: perspectivas e possibilidades.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICES.....	170

INTRODUÇÃO

A juventude, enquanto categoria social, com características e particularidades que se aproximam das concepções atuais, foi legitimada a partir do século XX. Entretanto, desde o século XVII, já se tem indicativos de sua maior notoriedade, principalmente porque o segmento populacional juvenil passou a vivenciar, com maior intensidade, os problemas decorrentes das históricas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais sucedidas em todo o mundo.

Nesse contexto, as demandas apresentadas pelos jovens e identificadas por entidades, instituições e gestores públicos tornaram-se ainda mais evidentes e, aos poucos, foram incorporadas como um verdadeiro problema político nas diversas agendas públicas existentes. Análises sobre as pluralidades juvenis e sobre a existência de juventudes também têm sido analisadas ao longo dessas históricas transformações. Com isso reforça-se a abrangência dessa categoria, e suas limitações, quando se intenta representar todas as multiplicidades sócio-históricas e espaciais existentes.

Numa referência temporal, o século XX, além de marco para o estudo da mencionada categoria, revelou consideráveis desafios afeitos às juventudes mediante o crescimento demográfico de jovens em vários países do mundo, como o Brasil. Notória é a maior preocupação com as camadas populares, particularmente porque eram vistas, segundo Novaes (2009, p.16), a partir de certos estereótipos que foram construídos e disseminados de forma preconceituosa. Havia também uma considerável preocupação social e política em torno dos jovens pobres, sobre seus hábitos, atos e sobre os seus modos de vida.

Frente às concepções de que a pobreza produzia vícios e “delinqüências”, se difundiram entendimentos diferenciados acerca da(s) juventude(s). Ao longo da história do Brasil, por exemplo, destacava-se nos discursos vigentes, a existência de uma juventude promissora, elitizada, que certamente faria sua transição para a vida adulta por meio de um processo qualificado de escolarização e formação profissional. Por outro lado, reconhecia-se a necessidade de ocupar o tempo livre de muitos jovens, particularmente dos pertencentes às camadas populares, no intuito de prevenir a ocorrência de práticas ilícitas ameaçadoras da ordem social.

Sabe-se que as dimensões e evidências da pobreza são históricas. No entanto, considera-se para o estudo, seu agravamento como consequência das recessões e efeitos das crises econômicas, como a de 1980, cujos impactos foram mundiais. As condições de vida, historicamente desiguais, se agravaram de forma a impor maiores desafios aos indivíduos que

as vivenciavam e vivenciam. Com isso, organismos e agências de cooperação internacional, desde 1990, intensificaram as discussões e ações para o enfrentamento de complexas expressões da questão social como a da pobreza. Ao constatar que esta produz outras necessidades sociais (MARSHALL, 1967), algumas políticas, programas e projetos foram criados no intuito de rever, estrategicamente, as precárias situações socioeconômicas evidenciadas.

Os jovens, nesse contexto, foram percebidos como importante capital humano a ser estimulado por meio de ações empreendedoras. Assim, incentivava-se a inserção, reinserção e a permanência escolar desses indivíduos, além de sua capacitação para o trabalho. Entretanto, o maior interesse não era o de assegurar direitos ou promover o protagonismo juvenil de fato, mas sim resolver as questões referentes à violência, ociosidade e à fragmentação social visivelmente explicitada na sociedade. É esse cenário, conjugador de questões globais, nacionais e locais, o lócus de referência para a constituição de diferentes necessidades, demandas e da “questão juvenil do século XXI”. Esta, por sua vez, é permeada pelas incertezas, inseguranças e desigualdades que atingem com maior ou menor intensidade os jovens brasileiros (NOVAES, 2009, p.17).

Frente às frágeis ações políticas implementadas, no intuito de resolver tais problemas, considera-se que os jovens, em processo de transição para a vida adulta, sinalizam no presente, a importância da construção de estratégias políticas mais efetivas para o enfrentamento das desigualdades sociais e para o aumento das possibilidades reais de se ter uma vida digna. Nesse ínterim, segundo publicação da UNICEF (2010), ganham maior visibilidade as dimensões da educação, do trabalho e dos sistemas de proteção social enquanto fatores relevantes para a superação das situações de risco e vulnerabilidades juvenis.

Sob o discurso de que essas situações devem ser enfrentadas, e de que não mais deve persistir a compreensão preconceituosa do jovem como sendo o próprio problema social, explicita-se o debate sobre os jovens como protagonistas e agentes de desenvolvimento social e humano. Na prática, essa mudança de concepção e tratamento também contribuiu, segundo Novaes (2009, p.16), para uma significativa alteração das ações políticas construídas para esse público em vários países da América Latina, desde o final do século XX.

Sob essa influência latinoamericana foram construídos alguns Programas pontuais como o “Chile Joven”, cujos direcionamentos atingiram os jovens identificados como “desocupados”, com déficit educacional e de qualificação profissional. Estes se submeteram a um processo de formação para serem oportunamente inseridos em organismos privados de capacitação regulamentados pelo Serviço Nacional de Capacitação e Emprego do Chile -

SENCE. Esse processo de formação, habilitação e certificação alternou frequência escolar e as experiências obtidas nos locais de trabalho. Por meio de uma ação conjunta entre o Estado e as empresas, mas com forte cunho privatista, os jovens aprendizes recebiam “pelo menos um salário mínimo” pela sua inserção e ações desenvolvidas (BARONE, 1998).

Experiências semelhantes também foram construídas como a do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, num contexto de programas como o “Brasil Jovem”. O Estado Brasileiro, impulsionado por pressões internacionais, como as oriundas da Conferência Mundial dos Ministros responsáveis pela Juventude¹, realizada no ano de 1998, criou esse projeto no ano de 1999, por meio da Emenda Constitucional de nº 20. Trata-se de uma ação política de transferência direta de renda para os jovens entre 15 a 17 anos, aptos para a inserção no mercado de trabalho, evadidos do sistema educacional e identificados como em situação de risco e vulnerabilidade social. Em suma, é sobre esse último Projeto que se detém o presente estudo.

Nas análises então realizadas identificou-se a avaliação² do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano feita pelo Tribunal de Contas da União - TCU, em 2004. Esse procedimento de controle social o destacou como a única política pública, direcionada até aquele ano, para o segmento juvenil nestas situações. Entretanto, apresentava sérios problemas quanto a sua estruturação, alcance de objetivos propostos, aos seus reais impactos qualitativos e a falta de indicativos sobre a condição de vida de seus egressos.

Mediante necessidade de prestar contas ao Estado e à população, outros estudos sobre o Projeto foram realizados em 2007, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS, em parceria com a Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro - UFF. Estes sinalizaram avanços, mas também alguns desafios ainda não superados. Os resultados obtidos revelaram que os desenhos institucionais dessa política; a falta de monitoramento sistemático; da construção de indicadores sociais e de avaliações *ex ante* e *ex post*³, constituíram-se em evidentes empecilhos para o alcance parcial de alguns resultados.

1 Esse evento realizado pela ONU, em Lisboa, reforçou o Programa de Ação Mundial para a Juventude aprovado em 1985 e reuniu vários responsáveis governamentais “na procura de respostas mais eficazes para as necessidades dos jovens”. Neste evento, discutiu-se sobre a promoção do Desenvolvimento Social a ser fomentado caso houvesse nacionalmente, ações políticas efetivas em áreas ditas prioritárias como a educação, a saúde, o emprego e o abuso de drogas. Para maiores informações sobre o evento, consultar o site <<http://www.un.org/events/youth98/pressrel/portugue/youth10.htm>>

2 Considera-se aqui a importância e o rigor de todo o processo investigativo e de avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais. Esse tipo de recurso teórico metodológico deve ser considerado como “um instrumento de tomada de decisões” que propicia “canais de controle social” tanto sobre “o gasto público na área social”, como sobre a efetividade das ações desenvolvidas (LOBO, 2007).

3 Segundo Lobo (2007) e Saravia (2004), a avaliação de uma política pública pode se dar tanto em sua fase de

Para fins analíticos, destacam-se particularmente os principais objetivos e resultados atinentes às dimensões da educação, formação, qualificação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Propositivamente, também se verifica a contribuição dessa ação política, que inspirou a criação de outros Programas como o Projovem adolescente, para a superação das situações de risco e vulnerabilidades juvenis existentes.

O contexto social, por sinal recente, no qual esse trabalho dissertativo foi construído se depara com a existência de um expressivo contingente populacional juvenil, na faixa etária de 15 a 24 anos, de aproximadamente 34.236.060. Quando se considera a institucionalização da faixa etária juvenil, prevista pelo Estatuto da Juventude Brasileiro⁴, de 15 a 29 anos, esse número aumenta significativamente para 51.340.473 jovens (IBGE, 2011)⁵.

Apesar da quantidade de jovens existentes, as ações políticas ainda não acompanharam a dinamicidade das demandas apresentadas por esses indivíduos e pelos segmentos que os representam. Além disso, mesmo com consideráveis avanços em termos educacionais, e de acesso dos jovens à educação, estes sujeitos ainda são vistos como os mais afetados pelo problema do desemprego, pela péssima qualidade das ocupações, bem como pela precarização do mercado de trabalho (IPEA, 2010).

Quanto à estruturação do presente trabalho apresentam-se as discussões ora elucidadas subdivididas em cinco capítulos. No primeiro capítulo são analisadas as concepções, entendimentos sócio – históricos, políticos e culturais sobre a juventude, e as juventudes contemporâneas, no sentido de perceber como se deu a construção, representatividade e institucionalização dessa categoria ao longo dos tempos. Dentre os principais autores que sustentam tais discussões destacam-se Ariès (1981), Damazio (1991); Groppo (2000); Bourdieu (2003); Velho (2006); Peralva (2007); Abramovay e Castro (2006); dentre outros.

O segundo capítulo discorre à luz de autores como Friedman (1972); Santos (1995), Bourdieu (1998); Antunes (1999); Arendt (2004); Pochmann (2008); Guimarães (2008); Abramo e Branco (2008), Leon (2007), dentre outros, sobre alguns desafios apresentados pelas juventudes em situação de risco e vulnerabilidade social. Para isso, analisaram-se os sentidos do trabalho e as transformações no processo de produção capitalista que exigiram um novo perfil do trabalhador, com maior escolaridade e qualificação

elaboração, implementação e execução, como também após a sua finalização.

4 O Estatuto da Juventude foi aprovado por meio do Projeto de Lei de nº 4529 de 2004.

5 Dados referentes ao Censo Brasileiro de 2010, divulgados no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_12.pdf>.

profissional, num contexto de complexas desigualdades sociais.

Por sua vez, o terceiro capítulo traz algumas questões atinentes ao processo de construção de políticas públicas “de juventude”, ainda numa perspectiva homogeneizadora, na América Latina e principalmente no Brasil. O entendimento vindouro permitiu compreender quais os fundamentos e em que contexto essas ações políticas foram gestadas, bem como foram constituídos seus principais objetivos. Dentre os autores utilizados situam-se Abad (2003); Sposito (2003); Bango (2003), entre outros.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é analisado no quarto capítulo desse trabalho. Este abarca questões atinentes ao seu processo de criação, objetivos, principais referências, legislações, regulamentações, bem como as resoluções que o legitimam enquanto ação política e pública. Serviu como base para análise a avaliação feita pelo TCU (2004) e os demais documentos oficiais institucionalizados a seu respeito.

O quinto e último capítulo aproxima as realidades nacionais e regionais do Projeto Agente Jovem. Faz-se uma análise comparativa sobre os resultados do seu impacto apresentados por documentos oficiais (BRASIL, 2008; BRASIL^a/MDS/SAGI,2007; BRASIL^b/MDS/SAGI, 2007) e suas perspectivas aplicadas ao contexto de Montes Claros/MG. Ainda nesse capítulo, reiteram-se alguns desafios interpostos bem como as reais contribuições das ações desenvolvidas pelo Projeto, em termos de eficácia, para a melhoria da condição de vida dos atendidos entre 2005 a 2008.

Aportes teóricos metodológicos do estudo

O processo de investigação requer o conhecimento sobre o assunto pesquisado, capacidade de indagação, comprometimento e disponibilidade do pesquisador que deseja realizar uma “atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (MINAYO, 1993, p.23).

Também se considera a partir dos argumentos de Andrade (2001), a constituição da pesquisa como um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico cujos objetivos são o de encontrar soluções para os problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos. Nesse sentido, é necessária uma definição do método a ser seguido e, conseqüentemente, da metodologia a ser utilizada.

Para viabilização do estudo sobre o Projeto Agente Jovem foram realizadas durante todo o processo de investigação, pesquisas bibliográficas e documentais que elucidaram as análises processadas. Esse tipo de pesquisa se portou como suporte, desde a

definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa, na escolha do tema e na elaboração final desse trabalho.

Com as pesquisas realizadas foram identificadas importantes avaliações existentes sobre o Projeto Agente Jovem, tanto em âmbito nacional como regional. Assim, as análises processadas se fizeram necessárias por considerar a relevância, centralidade e oportunidade da discussão para produção de outros conhecimentos. Como também ressalta Vaitsman (2008, p.157), a avaliação de uma política não é uma ação qualquer, uma vez que faz parte da qualidade da gestão e diz respeito à “produção de informação qualificada e sistematizada sobre programas, ações e serviços, a fim de subsidiar a tomada de decisões por parte de gestores e gerentes”.

Acerca da avaliação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano priorizou-se a análise sobre sua eficácia. Esse recurso, de acordo com Arretche (2004, p. 34), é imprescindível nesse processo de verificação por estabelecer certa relação entre,

(...) os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. Pode ser feita entre, por exemplo, as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou entre os instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados.

Essa técnica de avaliação permite que com base nos dados e informações disponibilizadas, se faça uma correlação entre o previsto e o alcançado, e não sendo diferente, entre o sucesso ou fracasso da política implementada. Sobretudo, sabe-se dos riscos ao se realizar uma pesquisa com tamanha complexidade. Por isso, optou-se em cruzar dados e informações, de forma comparada, por expressarem resultados de uma mesma realidade, objeto ou fenômeno estudado.

A priori, são integradas as perspectivas de um estudo *ex post - facto* com outro que abarca a dimensão dos resultados, pois estes sinalizam o desempenho da ação política quanto aos produtos definidos e obtidos pelas metas anteriormente estabelecidas (VAITSMAN, 2008, p. 158-159). Os estudos assim intitulados contribuem, de acordo com autores como Silva (2001), para o acúmulo teórico sobre as ações desenvolvidas principalmente porque condizem com resultados publicizados de uma ação que já se findou.

Ao se fazer analogias resgatam-se características peculiares do ser humano. Como bem enfatiza Franco (2000, p. 198), o homem, enquanto ser racional e no convívio com o

outro, e com o diferente, mesmo inconscientemente, comumente faz uso de comparações a fim de conhecer determinadas realidades e identificar possíveis ganhos, perdas, avanços e /ou retrocessos, a partir de uma dada situação ou objeto.

Para autores como Schneider e Schmitt (1998, p. 49), o estudo comparado permite “descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças”. Nessa direção, concorda-se com Dulci (1999, p. 21) quando pontua que a identificação de diferenças sociais cria “oportunidade para a análise comparativa como meio de explicar o contraste entre as realidades, fenômenos e experiências concretas”.

Assim, toma-se o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano como referência e as dimensões da educação e do trabalho como categorias a serem analisadas, e comparadas, quanto aos seus resultados, desafios e eficácia. Os anos de referência serão 2005 a 2008, e o objeto de maior análise serão as condições de vida de egressos do Projeto, identificadas no ano de 2011.

Ao utilizar as demais abordagens, como a quantitativa, puderam-se verificar dados já sistematizados, demais informações referentes ao perfil socioeconômico dos segmentos estudados, questões de ordem demográfica bem como percepções sobre as principais categorias de análise utilizadas neste trabalho. Tem-se, para o momento, que a definição de categorias “adquire real consistência quando elaboradas a partir de um contexto econômico – social e político, historicamente determinados, pois a realidade não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos” (CURY, 1989, p.21).

No entanto, assim como em qualquer pesquisa realizada, não se pode deixar de lado o rigor teórico metodológico de todo o processo de investigação científica, e particularmente, sobre a escolha dos sujeitos sociais que colaboraram com o estudo realizado. Os cuidados éticos também devem ser priorizados em todo o momento de realização desse estudo, principalmente porque não se trata de conhecimentos de objetos, e sim de realidades sociais que influenciam diretamente a vida dos indivíduos.

Deste modo, teve-se o cuidado no registro das falas dos entrevistados, principalmente porque se considera que “o historiador que utiliza evidência oral continua a ter uma responsabilidade ética, que está acima de tudo, de garantir que a história será devolvida às pessoas cujas palavras ajudaram a construí-la” (THOMPSON, 1992, p. 291). Estratégias a esse respeito serão construídas a contento e em tempo oportuno.

No intuito de construir um estudo o mais fidedigno possível apontou-se a necessidade de realização de uma pesquisa qualitativa, por meio da realização de entrevistas

semi estruturadas junto a alguns jovens ex-beneficiários. Os roteiros de entrevistas tiveram perguntas fechadas a respeito do perfil socioeconômico dos partícipes do estudo, e abertas, relacionadas à percepção destes sobre questões diversas como educação, trabalho e sobre as reais contribuições do Projeto Agente Jovem.

Foi realizado um total de 13 entrevistas com jovens que, além de permanecerem por maior tempo no Projeto, se encontravam em seus endereços, entre os dias de realização da pesquisa⁶. A escolha dos partícipes desse estudo foi realizada em observância a listagem de todos os jovens atendidos entre 2005 a 2008, devidamente distribuídos nos 13 pólos⁷ de referência. Por meio desse documento, que continha os dados pessoais dos beneficiários, endereços, seu ano de ingresso e saída, listaram-se aqueles jovens que permaneceram por maior tempo nessa iniciativa/ação política juvenil.

Com essa verificação, e mediante constatação de que o tempo de permanência do jovem no Projeto deveria ser de até 12 meses, identificaram-se jovens cujos benefícios se estenderam em tempos variados: entre um mês até mais de dois anos. Em observância aos critérios da pesquisa qualitativa a ser realizada, identificaram-se aqueles com maior tempo de permanência para possível participação nesse estudo.

Para tanto, sob cuidados quanto às generalizações, destaca-se que não se toma aqui esses 13 jovens para se inferir e analisar a realidade de todo o contingente juvenil atendido pelo Projeto. A intenção é de conhecer como vivem egressos dessa ação política que propunha, dentre outros objetivos, contribuir para a superação das suas situações de risco e vulnerabilidade social existentes. Espera-se, com essa iniciativa, realizar “uma descrição adequada das características de um grupo” (RICHARDSON, 1999, p.189), até porque é esse mesmo público, identificado como vulnerável, que será posteriormente, beneficiado por outras iniciativas políticas como o Projovem Adolescente.

A sistematização de todos os dados e informações foi realizada com o suporte de outros métodos de análise, como o de conteúdo e o de contexto. Para autores como Bardin (2009) é preciso se atentar para o cuidado de se analisar falas, histórias e o que foi dito, principalmente porque dizem respeito às realidades concretas, e diferentes, a serem relacionadas e tratadas “sob diferentes procedimentos de análise”. A análise de discurso, por sua vez, permitiu a compreensão sobre os desafios e questões atinentes à condição de vida dos

6 Esta foi realizada entre os dias 17 a 22 de janeiro de 2011.

7 O total de pólos para a realização do Projeto Agente Jovem correspondeu ao total de 13 bairros/locais de referência para o desenvolvimento de suas atividades socioeducativas, a saber: Vilage do Lago; Renascença; Cidade Cristo Rei; Santos Reis; Cidade Industrial; Batalhão; Delfino Magalhães; Chiquinho Guimarães; Major Prates; Maracanã; Independência; Morrinhos; Santa Lúcia.

jovens egressos do Projeto Agente Jovem, além de suas reais contribuições. Além disso, importante foi à pesquisa *in loco*, pois em alguns casos, contou-se com a presença e apontamentos substanciais das mães dos atendidos.

Já a análise de contexto contribuiu para que realidades, para além das constatadas por meio dos discursos, fossem analisadas. Dentre elas destacam-se o local onde vivem e residem os jovens egressos e as nuances de seu ingresso e saída do Projeto mencionado. Sobre a junção desses métodos pode-se dizer, à luz de autores como Neves (1996, p.5) que,

compreender e interpretar fenômenos, a partir de seus significantes e contexto são tarefas sempre presentes na produção de conhecimento, o que contribui para que percebamos vantagem no emprego dos métodos que auxiliam a ter uma visão mais abrangente dos problemas, supõem contato direto com o objeto de análise e fornecem um enfoque diferenciado para a compreensão da realidade.

Ao interpretar o exposto acima, registra-se, para o momento, que durante esse intenso processo de realização da pesquisa, junto aos egressos do Projeto Agente Jovem, alguns fatos chamaram maior atenção. Dentre eles tem-se a residência da maior parte dos escolhidos em bairros e vilas com notória precariedade quanto às condições de habitação e habitabilidade, infraestrutura, acesso a serviços públicos, como a pavimentação de ruas (ou a sua melhor disposição); redes pluviais e de esgoto.

Frente a essa situação se destacam os bairros Vila Campos, Chiquinho Guimarães, parte do Major Prates, correspondente aos becos e a Conferência Cidade Cristo Rei. Os estigmas e preconceitos sócio-espaciais produzidos certamente têm a ver com as realidades encontradas no processo de realização das entrevistas. Na Conferência Cidade Cristo Rei, em especial, deparou-se com o sentimento de medo e de desconfiança quanto à presença de jovens nas ruas, inclusive comercializando substâncias ilícitas.

Outro fato certamente marcante foi à identificação da jovem que seria entrevistada na chamada Vila Campos. Ela havia permanecido no Projeto Agente Jovem por dois anos e quatro meses. Contudo, ao procurá-la para possível realização da entrevista deparou-se com a informação de seu trágico falecimento decorrente de uma briga com um dos seus sobrinhos.

O próximo jovem selecionado, que participou por mais tempo nesse mesmo pólo de referência (Maracanã), sinalizou outra questão passível de maiores reflexões. Segundo o entrevistado, dos seus amigos mais próximos ex-beneficiários do Projeto, somente 03 estavam vivos. Haviam se envolvido com o tráfico de drogas.

Sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, e frente a essas inferências, considera-se importante a junção de métodos e a possibilidade de uma compreensão mais ampla da realidade que envolve os ex-beneficiários do Projeto Agente Jovem, desenvolvimento entre os anos de 2005 a 2008. Questiona-se como uma ação política que destina uma renda de R\$ 65,00 se apresenta para os seus beneficiários? Seria possível superar todas as situações de risco e vulnerabilidades identificadas? Frente a existência de problemas estruturais é possível garantir que os jovens beneficiados irão se inserir no mercado de trabalho e permanecerão na escola até a conclusão do ensino médio? Os principais desafios identificados foram de fato enfrentados? As condições de vida interferem nos modos de ser jovem? Estas e outras questões estão presentes no decorrer desse trabalho.

CAPÍTULO 1

JOVENS, JUVENTUDE E/OU JUVENTUDES: APREENSÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E POLÍTICAS

Este capítulo analisa representações e significados atribuídos aos segmentos juvenis, bem como determinadas características criadas sobre os jovens, a partir do século XVII, no decurso dos processos sócio-históricos, econômicos e políticos ocorridos. Enfatiza, prioritariamente, a construção social da categoria juventude no século XX, numa perspectiva intergeracional, destacando a sua contribuição para o entendimento contemporâneo acerca das juventudes.

O Estudo destas temáticas se faz importante devido à imprecisão e as ambigüidades existentes em torno desses atributos. Estes, por sua vez, corroboram para a própria indefinição e pouca efetividade das políticas públicas concernentes ao público demandatário de suas intervenções: ora se apontam os jovens enquanto indivíduos concretos, com trajetórias peculiares, ora os consideram como um segmento homogêneo, único, condizente com critérios e características específicas tendentes a desconsiderar, por exemplo, as heterogeneidades juvenis existentes.

A compreensão dessas diversidades sinaliza, desde o final do século XX, o entendimento social, institucional e político de que não se pode mais considerar a existência de uma única “juventude”, mas sim de “juventudes” (no plural), por ser esta rural, urbana, com condições socioeconômicas diferenciadas, com modos de vida dispares, dentre outras caracterizações. A despeito de ainda se utilizar esses termos com frequência amplia-se, na contemporaneidade, a compreensão dessa categoria como sendo relacional, justamente por não ser única, no tempo, no espaço e nos modos de ser jovem.

Tais significados, condições socioeconômicas e aportes culturais sugerem também o quanto experiências múltiplas, como as relacionadas à educação e ao trabalho, podem ser diferentemente construídas no processo de transição dos jovens para a vida adulta. Destarte, ao partir de entendimentos gerais sobre o assunto vislumbra-se, no decorrer deste trabalho, compreender as singularidades atinentes a esse contingente populacional.

1.1 - Análises sócio-históricas e políticas sobre a juventude

Não existe um único conceito para designar o que venha a ser “juventude”. Ao

longo da história, sob fortes aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e intergeracionais, diversas e distintas definições, bem como explicações, foram cunhadas objetivando caracterizar melhor os indivíduos os quais poderiam fazer parte dessa fase da vida humana.

Conforme aponta Ariès (1981), um dos teóricos franceses mais expressivos para o início das discussões intergeracionais e sobre as chamadas idades da vida, sempre existiram crianças, adolescentes e jovens na história da humanidade, e isso pode ser demonstrado por meio de vários documentos, a partir de citações bíblicas ou a partir de escritos que remontam à Grécia Antiga, há aproximadamente 2.000 a.C. Mesmo assim, ainda são escassos e imprecisos os registros históricos sobre o assunto, e isso tem dificultado uma maior produção de conhecimentos condizentes com cada realidade, contexto e época considerada como referência para as análises.

Os estudos referentes à história social da infância influenciaram outras abordagens sobre as demais fases da vida, como a adolescência e a juventude. Entretanto, segundo Ariès (1981), até o século XII, não havia um considerável interesse em representar⁸ as primeiras fases da vida humana, principalmente, por conta da sua função social, porque eram vistas como transitórias e pelos altos índices de mortalidade infantil que situava a infância sob o ponto de vista da sua fragilidade.

A institucionalização infanto-juvenil nestas sociedades tradicionais se dava nas famílias ou em entidades de abrigo, porém a socialização e o aprendizado de crianças, adolescentes e jovens não eram, até esse período, priorizados por seus familiares. Tudo o que se deveria aprender, e apreender, ocorriam de forma espontânea no cotidiano. Esse aprendizado, sem nenhum tipo de distinção ou diferenciação, também se dava no espaço das ruas, onde idosos, jovens, adolescentes e crianças compartilhavam experiências sociais semelhantes.

Não existiam proibições, tanto uma criança como um jovem poderia frequentar estabelecimentos como tavernas e prostíbulos. Os manuais de civilidade, da mesma forma, eram os mesmos, independentes da faixa etária. Nesse cenário, somente havia diferenciações quanto ao trato infanto-juvenil a partir das relações de gênero.

Ainda em tenra idade, muitos pais eram motivados a destinarem suas jovens filhas a conventos, internatos e ao aprendizado do trabalho doméstico. Assim como almejavam, o casamento de suas filhas, bem como a preservação de sua “dignidade”,

⁸ Para Jodelet (1984, p.33), as representações sociais são conhecimentos socialmente construídos orientados “para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos”. O indivíduo, então, acaba materializando por meio de conceitos e definições, as maneiras de perceber tudo ao seu redor e que faz parte ou não do seu cotidiano.

contribuiu para que as jovens iniciassem seu processo de escolarização muito depois dos jovens do sexo masculino.

Até a Idade Média⁹, não existia uma maior pressão social e de mercado por um tipo específico de aprendizado e de comportamento que fossem funcionais a um sistema, como o é na contemporaneidade. Somente com o passar dos anos, os jovens europeus pertencentes às camadas sociais privilegiadas foram, incisivamente, “conduzidos pela manutenção das linhagens e patrimônio da família” (RODRIGUESa, 1997, p.241). Desde então, se fazia presente o receio de que os “objetivos da juventude fossem objetos de manipulações por parte dos detentores do patrimônio que deveriam manter em estado de juventude, quer dizer de irresponsabilidade, os jovens nobres que poderia aspirar tal sucessão” (BOURDIEU, 2003, p.151).

Frente às construções sociais carregadas de significados e atributos, as fases da vida foram demarcadas a partir de limites etários, frutos de intensos processos sócio-históricos. Sob esse viés de análise, a compreensão dos jovens como sendo indivíduos pertencentes a uma categoria social homogênea; como uma unidade e/ou grupo social constituído apresentou contradições e possibilidades diferenciadas de interpretação.

Ao situar a questão entre a Baixa Idade Média, por exemplo, a juventude foi representada como sendo um período associado a determinadas características como a de indisciplina. Por isso, passou a ser vista de forma pejorativa e a partir de percepções negativas, o que, conseqüentemente, provocou certas resistências da própria sociedade. Esta, na sua dialeticidade, percebia os jovens como possibilidade de ruína de uma dada ordem vigente, e noutras como potencial de mudança social. Sobre as representações negativas acerca da juventude, discorre Keil (2004, p.22): a própria sociedade já esperava, preconceituosamente, tendo em vista certos atributos dispensados, que os jovens “fossem desviantes, delinqüentes, boêmios e radicais políticos”.

Veronese e Rodrigues (s/d), ao citarem autores como Pastoureau (1996)¹⁰, enfatizam que essas percepções negativas referenciadas influenciaram, posteriormente, o processo de compreensão de juventude. Isso porque, a ideia disseminada era justamente de que essa fase da vida era “turbulenta, ruidosa, perigosa”; os jovens tendiam às desordens;

⁹ Compreende-se a Idade Média como o período histórico que perpassa o século V ao XV. Apesar de também ser compreendida em sua totalidade, esse período pode ser dividido entre a Alta Idade Média (X ao XI), que se caracterizou pela crise do escravismo romano e a Baixa Idade Média (XI ao XV) com destaque para os Renascimentos do comércio, urbano e o cultural (TOTA, 1997).

¹⁰ PASTOUREAU, M. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos Jovens na Imagem Medieval. In.: LEVI, G.; SCHMITT, J.C. **História dos jovens: da Antigüidade à era Moderna**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.245-263.

“não obedeciam aos valores estabelecidos”; não respeitavam ninguém, além de transgredirem a ordem social e moral vigentes.

Por meio das análises intergeracionais de Groppo (2000, p. 24) referenciando Mannheim (1961)¹¹, identifica-se a existência de diferentes compreensões sobre a juventude. Em determinadas épocas e contextos, os jovens foram representados como um motor, força da sociedade e “potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”. Essa concepção sustentou inclusive a ideia dos jovens serem os principais envolvidos em situações de guerras e de defesa em grandes conflitos.

A esse ponto, a Revolução Francesa, ocorrida no século XVIII, foi fomentada por jovens idealistas e contrários a ordem vigente que, por conseguinte, negava os direitos humanos. Ao compartilhar dessas concepções revolucionárias, outras propostas e ações políticas, como as legitimadas pelo projeto Jacobino (criado após a Convenção realizada na França, em 1792) desejavam criar por meio dos estabelecimentos de ensino, “uma geração com padrões de pensamento e comportamento revolucionários”. Essas ideias influenciaram, inclusive, ações fascistas e nazistas, “movimentos políticos autoritários”, e a disputa do poderio e colonização de novos territórios, a partir de guerras com intensa participação de jovens, os quais há algum tempo, eram preparados para o porte de armas (RODRIGUESa, 1997, p.242).

Com o advento da modernidade (evidenciada entre o século XV ao XVIII), tem-se a desinstitucionalização do modelo de família tradicional, a ampliação dos incentivos sobre o processo de escolarização e o aumento da escolaridade¹² dos adolescentes e jovens. Para Rodriguesa (1997), esse cenário favorece uma “complexa relação entre família-fábrica e jovem”, visto que, mesmo destinando à escola o papel de disciplinar e de formar futuros trabalhadores, sejam estes intelectuais ou não, o conjunto das informações demonstra, aos poucos, os jovens deixando de serem vistos como “filho-operário de uma oficina-família”, para serem percebidos como indivíduos sociais inseridos em outras relações de trabalho.

Somente a partir do século XVII, mais precisamente, com a chamada “descoberta da infância” e do “sentimento de família”, ambos influenciados pelo processo de transição do feudalismo para o capitalismo, é que os limites etários se tornaram referência para algumas

¹¹ MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

¹² Define-se escolarização como sendo “um processo de ensino institucional e formal, cujo objetivo principal é possibilitar uma formação integral aos indivíduos nele envolvidos” (MONTEIRO, s/d). Já a concepção de escolaridade relaciona-se com o cumprimento de determinados ciclos de estudo, portanto, níveis escolares, como aqueles apontados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996): “educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e a educação superior”.

práticas e experiências, como as de escolarização dos segmentos infanto-juvenis. Sob essas novas influências, houve uma maior preocupação com a formação, moralização e disciplinarização destes sujeitos e ainda a construção social de novos hábitos, práticas e costumes, objetivando atender demandas estruturais e socioeconômicas. Contudo, estas nem sempre eram condizentes com as peculiaridades dessas fases da vida humana.

Os limites etários criados foram considerados por diferentes autores como arbitrários e ambíguos, pois acabaram contribuindo para os jovens deixarem de ser o que poderiam ser e o que verdadeiramente eram (DAMAZIO, 1991). Ao se tomar a idade como principal instrumento de análise e de maior compreensão sobre determinados sujeitos, já se previa aquilo a qual cada pessoa seria capaz ou não de fazer, e isso, de certa forma, já apresentava indícios de possíveis manipulações acerca desse segmento populacional.

Por seu turno, Bourdieu (2003), ao analisar os discursos proferidos historicamente sobre a juventude, assevera tais limites etários criados, com o intuito de delimitar melhor as fases da vida e a divisão entre as idades, como sendo frutos de manipulações e podendo ser considerados como de fato arbitrários. No decurso dos anos foi persistente a construção do que vinha a ser a juventude, e isso se relacionou a vários fatores, ora resgatando a virilidade do indivíduo, sua beleza, vigor e sabedoria; ora sinalizando para as possibilidades de os jovens, ao saírem dessa fase considerada como imatura, pudessem assumir postos e/ou deterem o poder na sociedade.

Se por um lado até a Idade Média a infância não era muito valorizada, pelo contexto político, socioeconômico e cultural vivenciado na época, por outro, certas qualidades da juventude eram desejáveis, tais como o vigor, a beleza e a disposição, tanto para os prazeres, como para a procriação e para o trabalho. Ainda de forma dúbia, os jovens foram rotulados pela própria sociedade como indisciplinados, desviantes, como “problema” e/ou como “promessa” de protagonismo e mudança social.

Enquanto até o século XV ainda prevalecia a imagem do jovem aprendiz (TOTA, 1997), o qual inclusive trabalhava em troca de moradia e alimento ou por jornadas, prevaleceu nos séculos vindouros outras representações juvenis. Frente a intensificação do processo de produção capitalista, ocorrida desde o século XVIII, houve uma maior pressão para a construção social de novos hábitos e costumes. Destacam-se, nesse contexto, a escolarização dos filhos das famílias tradicionais, e posteriormente de futuros trabalhadores das classes menos favorecidas, como estratégia de reprodução social e de manutenção do próprio sistema.

Veronese e Rodrigues (s/d) elucidam, nesse ponto, que o ensino passou a ser cada vez mais útil para o sistema, em razão de a livre concorrência exigir novas habilidades e

empreendimentos daqueles desejosos em aumentar seus lucros. Assim, têm-se um crescente progresso científico e um crescimento industrial, ambos passando a requerer trabalhadores com “boa formação intelectual”. Com isso, adolescentes e jovens passaram a ser vistos como trabalhadores a serem explorados, assalariados, além de se tornarem também consumidores em potencial.

Todas essas construções em torno do conceito de juventude estão relacionadas às transformações societárias e, principalmente, aos “novos ordenamentos sociais e produtivos” evidenciados desde o século XIX e, mais precisamente, no século XX (WAISELFIZ, 2007, p.12). Sob a influência da expansão e fortalecimento das instituições de ensino, além das demandas de inserção juvenil no mercado de trabalho, percebe-se a constituição dessa categoria ao longo dos tempos.

Constata-se que mesmo diante dessas definições sócio-históricas construídas, é a escola o ponto de partida para o estudo sobre a juventude enquanto fase da vida humana, correspondente ao processo de transição para uma vida de maiores responsabilidades. Como sinaliza Waiselfisz (2007, p.12),

(...) a juventude desenvolveu-se no âmago do sistema escolar, que se converteu no principal agente de expansão das potencialidades individuais. Por isso, uma das primeiras imagens de fato representativas da juventude foi a do estudante. Especialmente nas últimas décadas do século XX, o processo de globalização originou transformações nas relações econômicas e sociais que, impactando o mundo todo, tiveram especial efeito na juventude. A globalização e universalização das comunicações, da publicidade, da TV a cabo, da Internet e as crescentes trocas a partir da nova conectividade originaram novos ordenamentos e arranjos na vida cultural, social e laboral.

Na verdade, sempre existiu a “história social dos jovens”, mas a definição específica da juventude, enquanto categoria social dotada de características distintas da adolescência¹³, só foi legitimada a partir do século XX. Corroborou para isso, o aumento

13 O debate a respeito da adolescência e juventude ainda desperta interesses diversos. Isso porque, mesmo sendo consideradas como categorias distintas, muitas legislações, como a que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) considera como adolescente a pessoa entre 12 anos completos até os 18 anos incompletos. Desde 1985, segundo Waiselfiz (2007, p.12), a Assembléia Geral da ONU, apesar de considerar a multiplicidade da aplicação do termo, passou a definir como jovem aquele entre 15 a 24 anos, e a sinalizar certas semelhanças e disparidades nos referentes discursos. Atualmente, considera-se que o processo de transição para a vida adulta se torna cada vez mais longínquo, seja pela busca juvenil por uma maior escolaridade; pela decisão de permanência na instituição familiar e/ou sua inserção tardia no mercado de trabalho. Esses fatores contribuíram, assim, para os jovens, em alguns países como o Brasil, ser considerados aqueles entre 15 a 29 anos de idade. Mediante debates considera-se também o termo “adolescência” pelo seu veio biológico e psicológico, e a “juventude” enquanto

expressivo do número de jovens entre 15 a 24 anos em todo o mundo e o agravamento dos problemas sociais por eles vivenciados. Descobre-se, nesse contexto, que as funções e o valor social agregado às pessoas e às distintas fases da vida se relacionaram, historicamente, com as constantes transformações da sociedade, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais.

Outros fatores são apontados quando se analisa a construção sócio-histórica da categoria juvenil. Dentre estes, referencia-se o agravamento das expressões da questão social¹⁴, com maior incidência sob os jovens pobres, com precárias condições de vida, principalmente, por serem vistos historicamente como potenciais ameaças à ordem pública e às lógicas do capital. Como destaca Marshall (1967, p. 169), “a pobreza é uma das causas do estado de necessidade” e essa situação, certamente agravada, põe em voga a própria estrutura da sociedade.

Sobre a presente questão, discorre Brito (2006, p.11-12) que esses jovens pertencentes às classes populares sempre estiveram envoltos às expressões da questão social. Particularmente porque o entendimento presente defendia que estes sujeitos sociais trilharam,

(...) o caminho da pobreza em face da desigualdade social, da rigidez e seletividade do mercado capitalista, do modelo de políticas públicas compensatórias, entre outras causas que produziram a exclusão. Como diz José de Sousa Martins (1991, p. 89), “essa população sobrando não sofre apenas a carência de bens materiais, sofre também a carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (BRITO, 2006, p. 11-12).

Apesar desses problemas, com dimensões intergeracionais, provocarem efeitos negativos em toda a sociedade, os jovens tendem a ser os mais atingidos por essas transformações sociais, seja porque suas necessidades básicas e vitais se tornaram mais complexas; seja devido ao maior incentivo ao consumo e/ou porque outras exigências educacionais lhes foram apresentadas num contexto de carências múltiplas, de violação de direitos, de mutações e restrições do mercado de trabalho.

categoria sociológica oportuna para análises intergeracionais.

14 De antemão poder-se-á referenciar a questão social como sendo uma “aporía” que representa as fissuras, desigualdades e problemas socioeconômicos agravados a partir do século XVIII com a Revolução Industrial. Neste trabalho, recorre-se aos argumentos de Castel (2005) para maiores entendimentos sobre esse termo, discutido no decurso dos capítulos.

1.2 – A juventude e alguns de seus dilemas numa perspectiva intergeracional

O processo de construção sócio-histórica, econômica e política da categoria juventude aponta a influência de debates intergeracionais e de uma maior discussão em torno de outras fases da vida, tais como a infância, a adolescência e a velhice. Nesse ínterim, as concepções e as funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, como os jovens, em épocas e sociedades distintas, modificaram-se constantemente.

Foi a partir da definição das principais fases da vida humana “que muitas divisões e subdivisões foram criadas, recriadas e suprimidas ao sabor das mudanças sociais, culturais, e de mentalidade, pelo reconhecimento legal e na prática cotidiana” (GROPPO, 2000, p.13). Todavia, estas nem sempre estiveram associadas apenas à faixa etária a qual pertenciam os indivíduos, mas também aos seus significados, características biológicas e psicológicas, bem como aos atributos, valores, função social e às regulamentações jurídicas existentes.

Autores como Ariès (1981), Peralva (2007); Pollock (1983¹⁵, Apud GUERRA, 2001), dentre outros, reafirmam a legitimação da categoria juventude, enquanto tal, entre o final do século XIX, e mais precisamente no início do século XX. Esse processo foi consideravelmente influenciado pelas transformações societárias em curso e pelo prolongamento das chamadas idades da vida, fomentado desde o século XVI.

A escolarização direcionada para o segmento infanto-juvenil atrelada aos anseios de disciplinar, moralizar e formar futuros aristocratas objetivou criar novos hábitos sociais, a partir do isolamento desses sujeitos “do convívio promíscuo com os adultos” (ARIÈS, 1981). Tendo, assim, como estratégia, o desejo de impregnar através destes “bons modos”, e conforme pode ser observado, “uma condição diferenciada (que justificasse seu isolamento e seu tratamento desigual) e uma condição inferior (que submetesse o infante e o jovem a uma rede hierárquica de vigilância e punição)” (PERALVA, 2007).

Sob esse prisma, a escolarização relacionava-se com a necessidade de legitimar posições sociais e status, reproduzir comportamentos e criar novos padrões de convivência social por meio do isolamento. Isso aconteceu quando a família e a escola, motivadas pela então descoberta da infância, “retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 278). Aquela tendo certa “liberdade” e permissividade foi aos poucos confinada “num regime disciplinar cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX, resultou no seu total enclausuramento”. Não sendo diferente, o tratamento direcionado aos jovens

¹⁵ POLLOCK, L. **Forgotten children**: Parent-child relations from 1500 to 1900. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

também cumpriu essas finalidades.

Para Pollock (1983, Apud GUERRA, 2001), esse novo processo de institucionalização e isolamento permitiu, instigou e fomentou o surgimento de alguns dos principais conceitos sociológicos e psicológicos sobre a infância, adolescência, juventude e sobre outras categorias sociais analíticas. Tais conceitos, complementam outros autores como Groppo (2000, p.12), favoreceram as delimitações etárias para cada fase da vida e estas, por sua vez, passaram a ser muito utilizadas seja pelas instituições de ensino, seja pelo Estado, pelo direito e pelo mercado do trabalho.

O processo de escolarização desses indivíduos em colégios demonstra também a atenção particular que os mesmos passaram a ter dentro das famílias e a preocupação da classe burguesa pelo processo de formação daqueles tendentes a ocupar os melhores postos na sociedade tradicional. Contudo, essa separação, apesar de ser vista como socialmente necessária, “é contraditória com o sentimento de família nascente e com a nova importância assumida pelos vínculos afetivos na estruturação das relações familiares” (PERALVA, 2007, p. 15). O indicativo aponta tais aceções como tendo forte influência das pressões do mercado e de questões mais estruturais ligadas ao processo de produção capitalista.

Foi nesse cenário de distanciamento da criança, do adolescente e do jovem do seio familiar, e da possibilidade de se realizar estudos mais detalhados sobre esse assunto, que as Ciências Médicas, biológicas e psicológicas “criaram a concepção de puberdade, referente à fase de transformações no corpo do indivíduo que era criança e estava se tornando maduro” (GROPPO, 2000, p. 13). Mudam-se com isso, as formas de pensar; iniciam-se outros processos e convivências tornando possível a construção de identidades e personalidades, além de toda uma alteração biopsíquica e social destes indivíduos.

A adolescência, então, passa a ser vista como o início de um processo de maturidade e, para tanto, assinala o começo processual de preparação e de transição para uma vida adulta que se consolidaria com a juventude. Retorna-se, com isso, às buscas etimológicas para melhor diferenciação da adolescência de outras fases como a juventude. Assim, apreende-se “a palavra *juvenis (aeoum)* (significando) ‘aquele que está em plena força’, e adolescência, que remete ao termo *adulescens*, sinaliza ‘aquele que está em crescimento’” (GUIMARÃES e GRINSPUN, 2008).

Nesse contexto, a contribuição da Sociologia foi significativa, visto que ao distinguir adolescentes e jovens, ela passou a “trabalhar com a concepção de juventude quando trata do período interstício entre as funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto” (GROPPO, 2000, p. 14). Estas últimas funções perpassam, por exemplo, pela

permanência e aumento da escolaridade; pela inserção no mercado de trabalho e a constituição de uma família. Certamente, essas caracterizações e apontamentos quanto às funções sociais dos indivíduos variaram no tempo e no espaço e foram imprescindíveis para posteriores compreensões relacionadas à juventude.

De forma interligada e inter-relacionada, a adolescência e a juventude passaram a ser identificadas como fases da vida correspondentes a um estágio sucessivo de desenvolvimento do indivíduo. A primeira fase corresponde ao início de fortes mudanças biológicas e psicossociais. A segunda se apropria desse processo de mudanças para legitimar outras experiências, como as referentes à transição para a vida adulta, que expressam certa maturidade social por parte dos jovens.

Enquanto os primeiros momentos da adolescência estão mais próximos do período da infância, os seus “últimos” momentos se relacionam muito com a juventude, justamente por apontar esse relevante processo de maturidade pessoal e social. Essa afirmação se torna pertinente uma vez que passara a ser comum, desde o final do século XX, a consideração da juventude como constituída por momentos distintos, compreendendo o adolescente-jovem (de 15 a 18 anos); o jovem-jovem (dos 18 aos 24 anos) e o jovem-adulto (dos 24 anos até os 29 anos). Mesmo com essas definições em curso, ainda se percebe a necessidade de melhor definir, especificamente, as semelhanças e peculiaridades dessas duas fases da vida humana (adolescência e juventude) para além dos limites etários.

Ao que observa Touraine (1993¹⁶, Apud PERALVA, 2007, p. 17), a definição dessas fases da vida, bem como das categorias que sustentam sua representação, “tornaram-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa – vale dizer jurídica e institucional, ainda que abrigando fortes diferenças sociais no seu interior”. Por isso a necessidade de valorizar a sua diversidade de aplicação. Tais apreensões apesar de serem específicas, históricas, sociais, culturais e de remontarem a idades específicas, subsidiam estudos, legislações e aparatos jurídicos que indicam as fases da vida como sendo interdependentes, porém necessárias de serem analisadas a partir de suas próprias características.

Ariès (1981) também sinaliza que as definições em torno das fases da vida são mesmo históricas, evocando a necessidade de contextualizá-las temporal e socialmente. O supracitado autor cita como exemplo algumas caracterizações feitas até o século XVI, pela sociedade francesa, sobre as diferentes fases da vida humana, distintas das consideradas em

¹⁶ TOURAINE, A. Jeunesse et société au Chili. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 137, ago. 1993.

vários outros países do mundo, desde o século XX.

A representação da infância junto a essa sociedade, até o século XVII, relacionava-se aos primeiros estágios de vida e foi definida como sendo aquela que se estende até os 07 anos do indivíduo (ARIÈS, 1981). A puerilidade, situada entre os 07 aos 14 anos, requereria certos cuidados familiares como o início do processo de escolarização. Já a adolescência durava até os 28 anos com possibilidade de extensão para até os 30 ou 35 anos (idade considerada como oportuna para a procriação).

Por seu turno a juventude, estendida a partir da adolescência, podia durar até os 45 ou 50 anos; representava todo o acúmulo de força, vigor e disposição que um indivíduo poderia ter. A velhice e a senilidade, até o século XVIII ainda sendo vistas como as fases vivenciadas por aqueles que galgaram a fase da juventude, representavam aqueles os quais não tinham bons modos e costumes, davam muito trabalho e apresentavam péssimas condições de saúde e vitalidade. Como esclarece Ariès (1981), essas idades relacionavam-se com as fases biológicas da vida humana, mas, sobretudo, com as funções sociais desempenhadas pelos próprios indivíduos.

A partir do século XX, esses limites etários adquiriram outras definições. Especificamente sobre a juventude, em foco, a partir das discussões provocadas por organismos internacionais como a ONU, desde 1965, e particularmente em 1985, passou-se a considerar como jovem a pessoa entre 15 a 24 anos de idade. Tal caracterização deve-se ao fato de o indivíduo acabar postergando a sua inserção na vida adulta justamente por permanecer mais tempo no sistema de ensino e retardar cada vez mais o seu ingresso no mercado de trabalho. Por conta disso é que certos países, como no Brasil, começaram a posteriormente considerar como jovem aquele entre 15 a 29 anos.

Com inferências de novas possibilidades, de uma tardia inserção de jovens no mercado de trabalho, do acesso de alguns ao ensino superior e a cursos profissionalizantes, há um prolongamento da juventude e um “tardar” desse processo de transição para a vida adulta. Como propugna Abramovay e Castro (2006, p. 10), o período anteriormente delimitado como sendo da juventude acaba se prolongando na contemporaneidade, justamente por que também passam a ser dilatados, “os processos de emancipação dos jovens por diversos motivos, como a ampliação do período de formação escolar para enfrentar as exigências do mercado de trabalho”. Essas autoras ainda complementam a discussão destacando que

Na medida em que as sociedades passam do rural ao urbano, do agrário ao industrial e do industrial à atual sociedade do conhecimento, a abrangência

do que vem a ser o jovem, em termos etários, alarga-se e assume dimensões que são inéditas na história da humanidade (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 10).

Nessa direção, por considerar a disposição de novas demandas e as heterogeneidades juvenis existentes, prolongam-se os limites etários representativos desse segmento em vários países do mundo¹⁷ e, particularmente, na atual conjuntura latino-americana. Isso permite que a nível nacional, alguns Projetos de Lei como o de nº 4529/04, aprovado somente em 2010, reforce a concepção do jovem como sendo aquele entre 15 a 29 anos. Essa iniciativa política levou em consideração a expansão do tempo de permanência do jovem em suas famílias de origem; a quantidade desse contingente populacional; e, o prolongamento das idades da vida, mas também as pressões da sociedade e do mercado, levando por tencionar certas relações como as produtivas. Torna-se imprescindível, portanto, correlacionar esses segmentos enquanto sujeitos sociais inseridos em uma realidade onde se percebe a existência de classes, grupos e uma nítida estratificação social.

Mesmo se tornando comum a utilização de parâmetros intergeracionais de análise internacionais, cada época e sociedade definem seus limites etários que favorecem a compreensão de comportamentos, normas, representações, funções, significados e valores diversos de acordo com as transformações existentes. As concepções sociais do que venha a ser “novo” ou “velho”, substancialmente se relacionam com essas questões. No âmbito das sociedades capitalistas, por exemplo, tende-se a dar mais valor aos trabalhadores com maior vigor, sem problemas graves de saúde, pois isto poderia os impedir de realizar atividades produtivas e de gerar mais valia, em menor tempo, para os proprietários dos meios de produção.

Enquanto aqueles identificados como “velhos” passaram a serem vistos, em sua maioria, como inúteis frente às novas exigências mercadológicas, um considerável contingente juvenil passou a ser visto e inserido entre os mais novos explorados, em quantidade suficiente para comporem os ditos “sobrantes” do mercado de trabalho (CASTEL, 2005). Praticamente, esses jovens sinalizam uma restrita possibilidade de mobilidade social,

17 Segundo as autoras supracitadas, apesar de ainda ser recorrente o uso da faixa etária de 15 a 24 anos como forma de se identificar o público juvenil, estudos e discussões mais recentes, como os protagonizados pelo *Informe Juventud em España* e na *Encuesta Nacional de Juventude*, realizado no ano 2000, pelo Instituto Mexicano de La Juventud, recorrentemente e respectivamente utilizam as faixas etárias entre 15 a 29 anos e 12 a 29 anos, principalmente, porque “a construção da autonomia – característica fundamental dessa etapa da existência – avança crescentemente sobre os anos a partir desse ciclo etário” (ESTEVEZ E ABRAMOVAY, 2007, p. 23).

ainda possuindo baixa escolaridade e pertencentes em grande quantidade às famílias pobres e com precárias condições de vida. Tais condições certamente favoreceram a permanência de jovens em realidades e espaços cujos contextos eram de exploração e de negação de direitos básicos como os definidos sociais.

A caracterização do termo “pobre”, apesar de intensamente relacionado às condições materiais de sobrevivência, diz respeito àquele que “tem pouco”, “vale pouco”, “tem pouca sorte”. Segundo Estivil (2003, p.10), a pobreza revela estados de privação acirrados com as transformações sociais de todas as ordens, como a econômica e a política. As necessidades pessoais e sociais, de certa forma, revelam muito sobre os indivíduos e, sem sombra de dúvidas, dentre as várias possibilidades, essas “carências podem ser *estruturais*, ‘ser pobre’; *circunstanciais*, ‘estar pobre’; *excludentes*, ‘não ser rico’(...)”. Tais questões sinalizam dimensões e perspectivas mais complexas.

Para outros autores como Magalhães (2009, p. 403), a pobreza pode ser analisada a partir de quatro dimensões: 1) monetária, por identificar quem recebe rendimentos inferiores a um determinado valor; 2) a referente às necessidades básicas insatisfeitas; 3) aquela relacionada a privação de capacidades, que não permite a vivência de uma vida digna; e, por último, 4) a pobreza crônica sinalizando a reprodução intergeracional da pobreza.

Se não bastassem esses entendimentos sobre a pobreza, as definições e caracterizações sócio-históricas, sejam elas positivas ou negativas feitas em torno da juventude, acrescenta Keil (2004, p.22) que jovens pobres e marginalizados se transformaram, para a classe burguesa, em um perigo em potencial. Com isso, ao serem identificados como pertencentes a uma classe perigosa sinalizaram os maiores riscos, medos e dramas presentes na sociedade capitalista. Conseqüentemente, estes sujeitos passaram “a ser mal-vistos não apenas no campo moral, mas também no campo da criminologia”, acabando por contribuir para a construção de certos estereótipos e para a identificação destes como possíveis criminosos.

Ao longo dos tempos, a resposta societária para possíveis riscos e ameaças à “segurança pública” foi a sistematização da vigilância social e a criação de aparatos institucionais cada vez mais punitivos e repressivos, como códigos, prisões, instituições de abrigo e ressocialização, dentre outros¹⁸. A respeito da chamada criminalidade juvenil, por exemplo, agravada pelas expressões da questão social, constata-se sua maior discussão e

18 Mendes e Costa (1994) ratificam que o primeiro Tribunal de Menores foi criado em 1889 nos Estados Unidos. Posteriormente, essa iniciativa influenciou toda a América Latina que também institucionalizou tal prática a partir do século XX. Especificamente no Brasil, vê-se em 1830 a aprovação de um Código Criminal já fazendo preconceituosa menção à “delinqüência juvenil”.

enfrentamento justamente a partir do século XIX em todo o mundo.

Mendes (1994) afirma que a história social dos segmentos infanto-juvenis da América Latina, principalmente, pertencentes às camadas populares, pode ser percebida como sendo a história do controle de crianças, adolescentes e jovens pobres. Sob um discurso ideológico e camuflado de “proteção” e “assistência”, todo esse público foi tratado à luz das definições de risco social. A preocupação era verdadeiramente resguardar a sociedade de possíveis ameaças e não assegurar a esses sujeitos, a superação da fragilidade vivenciada, em observância das suas condições humanas e cidadãs de sobrevivência.

Não sendo diferentes, os autores Cassab, Costa e Schettino (2006; 2007) fazem os seguintes comentários sobre algumas percepções cunhadas em torno desse segmento juvenil pobre:

A não inserção no mundo do trabalho formal fortalece a imagem do jovem ocioso e perigoso, sendo feita uma associação entre conduta criminosa e tempo livre que é somada a idéia da juventude como uma faixa etária naturalmente agressiva. A intenção é ocupar o tempo livre desses jovens através de políticas que tenham um caráter normativo e que sigam uma concepção de cidadania civilizatória e de pacificação social, na linha de adequá-los a condutas determinadas.

Essa realidade, dentre outras, como a de uma explosão demográfica juvenil; a da explicitação de segmentos mais vulneráveis; do agravamento das condições de vida dos jovens, particularmente, das camadas populares; do aumento de doenças sexualmente transmissíveis; do aumento da criminalidade e violência urbana; além de uma maior atuação dos jovens nos processos de redemocratização ocorridos em grande parte da América Latina, desde as últimas décadas do século XX, incitaram a criação de estratégias de enfrentamento dos problemas sociais emergentes. Isso também contribuiu para que vários estudos, produções bibliográficas e até a implementação de políticas públicas de juventude comessem a ganhar espaço em todo o cenário mundial (GROPPO, 2000; PERALVA, 2007).

Desde então, os problemas vivenciados por esses jovens pobres passaram a ser vistos como passíveis de enfrentamento. Contudo, a obtenção do maior destaque, seja pela dimensão social e política, foi a concepção liberal dos jovens como sendo, na verdade, o próprio problema social. Com isso, o discurso saiu da esfera estrutural e passou a culpabilizar o indivíduo enquanto principal responsável pela sua condição de vida e pelas conseqüências dela atinentes. Ao persistir as caracterizações negativas sobre essa juventude reforçou-se a construção histórica de medidas específicas, pontuais e emergenciais para a questão

anunciada.

Sob tais argumentos, a juventude, ainda de forma homogênea, passou a ser vista como condição: não se é jovem, se está jovem e, assim, “jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a certo padrão normativo” (PERALVA, 1997). Por conta dessa assertiva, muitas vezes se associou a juventude a uma perspectiva de transitoriedade, fugaz em seu tempo, acabando por ser pouco significativa dado os inúmeros anseios futuros.

Sob essa perspectiva, sustenta-se a ideia dos jovens logo chegarem à idade adulta e desempenharem papéis e funções nem sempre relacionadas aos aprendizados da adolescência e juventude. Isso desconsidera as questões cruciais vivenciadas nessa fase da vida que são importantes por si mesmas, sendo referências para o processo de amadurecimento e de transição do jovem para a vida adulta.

O que se evidencia, já nos dias atuais, é a substituição da perspectiva homogeneizadora de uma só juventude para influências de maiores discussões e de estudos os quais apontam diferentes modos de ser jovem (LEVI, G.; SCHMITT¹⁹, 1996, Apud VERONESE e RODRIGUES, s/d). Todo esse processo de construções sociais contribuiu para uma maior reflexão sobre a “cristalização histórica das idades da vida”, inseparável do processo de constituição da modernidade e que incidiu sobre os costumes e os comportamentos dos indivíduos.

Todos esses entendimentos permitiram a construção do que veio a ser a juventude a partir do século XX, e as juventudes, numa perspectiva de heterogeneidades, no limiar do século XXI. Essas abordagens compreendem a juventude como uma fase crucial na qual o indivíduo se insere, e interage de forma mais intensa e diferenciada, com os demais membros da sociedade e em distintos espaços sócio-ocupacionais. Para uns representa ainda uma fase de incertezas e problemas, para outros de desenvolvimento, de potencialidades, práticas profissionais e de relacionamentos afetivos.

A Assembléia das Nações Unidas, realizada em dezembro de 2009, a exemplo disso, considerou oportuno refletir mais sobre esse segmento populacional bem como definir novamente um ano como sendo da “Juventude”, dada a complexa situação de vida do público em questão. Nesse sentido, aprovou-se por meio da Resolução de nº 64/134 que, entre agosto de 2010 a agosto de 2011, deve-se alcançar o objetivo desse organismo internacional de “divulgar a importância da juventude para o desenvolvimento de cada país” (UNICEF, 2010).

¹⁹ LEVI, G.; SCHMITT, J.C. **História dos jovens: da Antiguidade à era Moderna**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

Essas novas concepções dos jovens como possibilidade de mudança, protagonismo e desenvolvimento, integraram-se aquelas características sócio-históricas que foram e são atreladas a essa fase da vida humana.

Essa atenção para a “juventude” e a definição de outro ano para possíveis reflexões, ações e encaminhamentos sobre os principais problemas vivenciados pelos jovens em todo o mundo, adveio das seguintes realidades apontadas pela própria ONU em 2010:

Hoje, os jovens representam 18% da população global ou 1,2 bilhão de pessoas. 87% dos jovens vivem em países em desenvolvimento enfrentando desafios trazidos pelo acesso limitado a recursos, a cuidados de saúde, educação, treinamento, emprego e oportunidades econômicas (UNICEF, 2010, p.03).

Esses problemas e desafios contribuíram também para a construção de um Programa Mundial de ação para a Juventude, que segundo a UNICEF (2010), abarca 15 grandes áreas consideradas como prioritárias e passíveis de resolução pelos governos nacionais. Dentre elas situam-se a educação, o emprego, a fome, a pobreza, a saúde, o meio ambiente, o uso de drogas, a delinquência juvenil, as atividades de lazer, questões de gênero, particularmente, aquelas sobre meninas e jovens mulheres, a participação, a globalização, o uso de tecnologias de informação e comunicação, o aumento do HIV/AIDS, os conflitos específicos da juventude além das relações intergeracionais.

Especificamente sobre a educação e o trabalho, áreas vistas como prioritárias devido às demandas provocadas e apresentadas pelas próprias juventudes, Novaes (2009, p.15) conclui dizendo não ser tais áreas ingenuamente identificadas como necessárias. A pressão social pela abertura de novos postos de trabalho, por exemplo, contribui para que os problemas vivenciados pelos jovens sejam prioritariamente inseridos nas agendas políticas dos Estados. Oportunamente, as respostas dadas por essas instituições visam amenizar tal quadro de reivindicações juvenis. E, em observância a isso é que

O investimento em educação foi uma resposta que os estados ofereceram – com mais ou menos sucesso – para incorporação de novas gerações. A preocupação com os jovens – que não precisavam entrar precocemente no mundo do trabalho – circunscrevia-se à educação: tratava-se de desenvolver as aptidões exigidas pelo processo de qualificação da força de trabalho. Dessa forma, configuravam-se aí duas juventudes: aquela a quem se prepara para a vida adulta por meio da educação e outra que, como parte da classe trabalhadora, sequer era vista como jovem (NOVAES, 2009, p.15).

Perceber a existência de juventudes é de fato compreender que problemas semelhantes podem provocar efeitos diferenciados na vida dos indivíduos. O fato da diversidade dos modos de ser jovem ser atendida sob uma perspectiva singular “de juventude” revela a complexidade quanto às formas de vivenciá-los e enfrentá-los, dado também os diferentes modos de intervenção. Como pano de fundo identifica-se questões estruturais situadas para além da vontade dos jovens, ou seja, muitos dos dilemas vivenciados não podem ser resolvidos por meio de ações pontuais, emergenciais ou tendentes a remediar situações graves e complexas.

Os discursos ainda presentes, sustentando, por exemplo, que a educação, por si só, promove o desenvolvimento ou o fato de todo trabalho produzir as condições necessárias para que todos os jovens tenham uma vida melhor, devem ser questionados. Particularmente, desperta maior atenção a imprecisão dos conceitos e entendimentos de órgãos internacionais e nacionais quanto a termos muitas vezes aplicados ideologicamente a várias situações, como o é o do “desenvolvimento”.

Assim como existem possibilidades múltiplas de aplicação do termo juventude, as definições em torno do desenvolvimento também devem ser contextualizadas, até por que, como destaca Rist (1997), nenhum estudo sobre ele é realmente preestabelecido. Apesar de apresentar-se como um modelo único, idealizado e sustentado por um discurso único e homogeneizante, como outrora enfatizado, pode-se afirmar a não existência de um único conceito para o que se denomina desenvolvimento.

Por conta de várias possibilidades de sua aplicação, vários conceitos foram formulados levando em consideração os contextos históricos, os interesses políticos, econômicos e sociais vigentes em cada época. Sendo assim, as adjetivações ao termo desenvolvimento são importantes e necessárias, mas sem maiores reflexões, contextualizações e descrições revelam muito pouco sobre o que de fato se espera ao procurar promover e sustentar o discurso do desenvolvimento, como aqueles considerados como desenvolvimento “social” e “humano”.

Assim, diante desses problemas teóricos tendenciosos a unificar biologicamente ou socialmente os indivíduos, enfatiza Bourdieu (2003, p. 153) a necessidade de se “analisar as diferenças entre as juventudes” e não a existência de uma única juventude. A partir desse entendimento, vê-se a relevância de se compreender melhor como os modos de ser jovem estão sendo considerados, bem como estão sendo percebidas as pluralidades e diversidades aí existentes.

1.3 - A compreensão contemporânea sobre as juventudes

O debate em torno do conceito contemporâneo de “juventudes” (no plural) não assinala apenas uma questão de “modismo”. Trata-se de uma reflexão e abordagem contemporânea a qual aponta a necessidade de não estabelecer verdades universais, de não mais compreender os sujeitos sociais concretos somente pela análise de uma mesma categoria social, ou de limites etários, que os abarca e que historicamente os define. Apesar de considerar a diferença entre a pessoa e as fases da vida humana, ousa-se empreender análises mais profundas, para além de limites etários e critérios institucionalizados, acerca das diversas realidades, modos de vida, contextos e épocas distintas.

As recentes abordagens intergeracionais também acompanham essas perspectivas de análise. Tornando-se recorrente, por exemplo, considerar as múltiplas infâncias existentes, até por que, ela não é vista como sendo algo natural; é fruto de todo um processo de construção social, sendo diferentemente constituída a partir de fatores biológicos, cronológicos, psicológicos, sociais e porque não dizer históricos. Como enfatiza Coelho (2007, p.02), “distintas culturas, bem como histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância”. Sobre essa mesma questão complementa a referida autora dizendo,

A “pluralidade das infâncias” não deverá ser entendida apenas como uma questão que emerge da comparação entre culturas e sociedades diferentes ou geograficamente diferenciadas. A noção relativa à infância e aos serviços organizados para o seu atendimento como construções culturalmente situadas (...) encerra a idéia de que não existe “uma infância”, mas diversas imagens de infância, as quais são socialmente interpretadas e reconstruídas no seio dos grupos e dos processos sociais que lhes dão origem (COELHO, 2007, p.05-06).

Ao se admitir a pluralidade de infâncias e juventudes considera-se o contexto aos quais se inserem os indivíduos concretos como sendo muito mais complexo do que aparentemente se normatiza, denomina e rotula. Como destaca Bourdieu (2003, p.153), a discussão sobre as juventudes perpassa, portanto, aos argumentos que insistem em se contrapor ao “abuso de linguagem que se subsume, no mesmo conceito, universos sociais que praticamente nada têm em comum”.

Frente aos questionamentos de como ou quando utilizar o termo juventude, ou juventudes, pode-se inferir diante de questões estruturais, que apontam diferentes necessidades e fragilidades, a imprescindibilidade de se perceber os riscos os quais se corre

quando se tenta aglutinar conceitualmente diferentes universos sociais. Sobre o assunto, autores como Novaes (2006, p.105) enfatizam, incisivamente, a existência de “(...) grupos e segmentos juvenis organizados que falam por parcelas da juventude, mas que, no entanto, não se encontram autorizados a falar ou representar todos os jovens que compõem a mesma faixa etária”.

Como também explicita Keil (2004, p.21), ao se recorrer a uma categoria cujo conceito é relacional, como é o da juventude, não se incorre ao erro quando se considera a sua diversidade e pluralidade. Ao contrário, ao se recorrer às concepções de “juventudes plurais”, interagem-se diferentes situações e percepções, como a que percebe os jovens por meio de várias características e aspectos biológicos e psicológicos; ou a referente a um tipo ideal ou estereotipado de juventude e ainda aquela percebida por meio dos limites etários socialmente construídos; suas diferentes condições e modos de vida, dentre outros aspectos conjuntamente analisados e expressivos de diversidades.

Na perspectiva conceitual de juventudes plurais, essa fase da vida será vivida de modo distinto de acordo com o gênero, classes sociais, condições socioeconômicas, localização demográfica, raça/cor, etnias e religiões. Portanto, a esfera sócio-histórica e as expressões juvenis são respostas dirigidas ao contexto social, confirmando assim a não existência de uma essência juvenil (KEIL, 2004, p.21-22; ABRAMO, 1989). As percepções sobre esse segmento social são construídas em cada sociedade e em cada época.

Ao considerar também a importância contemporânea de se pensar e de se discutir melhor a pluralidade das juventudes, até mesmo frente às iniciativas políticas que ainda a consideram sob uma perspectiva homogênea²⁰, outros autores como Velho (2006, p.192) apontam a necessidade de se pensar as heterogeneidades juvenis. Sob esta análise é preciso fugir de certas simplificações e esquematismos, como aqueles tendentes a reforçar, ao longo da história, o etnocentrismo e o enquadramento social dos indivíduos. É preciso considerar as diversas maneiras de ser jovem e seus mutipertencimentos sociais. Por isso,

as juventudes, com sua heterogeneidade e dinamismo, com novos tipos de projetos e trajetórias devem ser acompanhadas com cuidado e atenção. Essas combinações e sincretismos, de algum modo originais, certamente podem nos ajudar a pensar melhor sobre problemas teóricos e concretos da vida

20 Mesmo com a institucionalização de órgãos, conselhos e demais entidades específicas a partir do século XX, em todo o mundo, ainda é comum o ato de rotular as ações e políticas públicas como sendo “de juventude”. Nesse sentido, é que a Unesco e órgãos internacionais como a Organização Ibero Americana de Juventude – OIJ têm fomentado a discussão das políticas serem de, com e para as juventudes. O intento é atender demandas políticas e não somente problemas pontuais e emergenciais definidos à luz de concepções que perceberam a juventude como um problema social.

social (VELHO, 2006, p. 200).

Mediante colaborações teóricas, verifica-se o quanto ainda é preciso avançar em torno do debate sobre a existência de “juventudes”, principalmente, quando se considera que ao ser situada como a categoria social eminente do século XX e XXI, portanto, recente, sinaliza questões ainda não respondidas e devidamente apreendidas. No entanto, dependendo da lente com que se olha esse segmento social, ou esses segmentos sociais, pode-se incorrer no erro de construir conceitos e ações massificadas e homogeneizadoras que consideram ideologicamente a existência de uma única juventude.

Com isso, tornam-se pertinentes as afirmações de Castro e Abramovay (2006, p. 9), para as quais “o conceito de juventude é, a princípio, provisório”, justamente por não representar algo singular. Considera-se que os jovens não estão situados nos mesmos espaços, não possuem a mesma condição de vida, raça/cor, escolaridades, necessidades, anseios e perspectivas de vida. E, como complementa as autoras mencionadas (idem, ibidem), entre os especialistas tornou-se comum, “o alerta de que não há propriamente uma juventude, mas várias, definidas e caracterizadas segundo diferentes situações, vivências e identidades sociais”.

Numa perspectiva de análise estrutural, por exemplo, deve-se atentar para a existência de diferentes juventudes, contextualizadas em diferentes espaços e condições, uma vez que

ocorrem sociedades que coincidem no espaço social, mas crescentemente não o compartilham: jovens integrados que fazem uso de sua moratória de papéis contrastam com jovens em situação vulnerável, de desintegração dura, excluídos e desnecessários, os chamados jovens problema. Nesse contexto, há quem tenha a capacidade de incluir-se na lógica global. Os que não têm acesso a esse espaço global, na qualidade de protagonistas, ficam literalmente desligados e excluídos (BANGO, 2003, p.39).

Entre as possibilidades de integração e/ou de segregação juvenil seria apropriado considerar as demandas que porventura se originaram desses contextos. Focando as ações para jovens já integrados ou para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, por exemplo, pode evidenciar lacunas importantes que poderiam ser passíveis de intervenções políticas mais abrangentes.

A situação de vulnerabilidade está para além das carências financeiras e materiais que comumente, e de forma restrita, se atribuem aos sujeitos pobres. Ela se relaciona com as

possibilidades, fragilidades e ameaças, expondo-se os indivíduos às situações de risco, asseverando, por consequência, uma situação grave e evidente. Sendo assim, a vulnerabilidade também se relaciona “com a capacidade de resposta, material e simbólica que, indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco)” (BRONZO, 2009, p.172-173).

Mesmo considerando que questões emergenciais devem ser enfrentadas em curto prazo, elas não devem desconsiderar uma gama de anseios, desejos e perspectivas também relacionadas com as desigualdades sociais e que cotidianamente são construídas e apresentadas pelos segmentos juvenis.

Diferentes experiências, demandas e realidades em torno da educação e do trabalho podem ser verificadas, por exemplo, a partir da exposição de Pochmann (2001) quando destaca as possibilidades de sua apreensão e vivência:

para uma parcela significativa de jovens filhos de pais de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono do país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de remuneração. Aos jovens filhos de pais pobres, a violência tem se alastrado como reflexo da falta de um horizonte de ocupação e renda decente. Ou seja, em ambos os extremos da escala social, transparece um cenário de falta de perspectivas de inserção no mundo do trabalho, apesar da elevação dos indicadores de escolaridade (POCHMANNa (2001, p.114).

Ao analisar as políticas públicas de juventude, como as da educação e do trabalho, deve-se questionar sob qual crivo analítico se processam os conceitos, significados e percepções sociais como estratégia para se definir melhor quais serão as prioridades a serem atendidas. Como destaca Carrano (2006, p. 04), “as políticas públicas podem favorecer o encontro das juventudes”, o enfrentamento dos problemas socioeconômicos, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos sociais. A objetivação dessas peculiaridades acaba indo ao encontro de demandas que também podem ser comuns a determinados segmentos juvenis. Nesse sentido, as juventudes também devem ser pensadas em sua totalidade social, de forma intergeracional e inter-relacional.

Perceber a multiplicidade das juventudes é valorizar as experiências socialmente construídas, no presente, as quais também serão significativas no processo de transição para a vida adulta. A educação, o trabalho, o casamento, a constituição de família e o assumir de responsabilidades sociais diversas influenciam a construção de identidades e nos modos de ser jovem. Deste modo, não se pode perceber as juventudes apenas numa perspectiva de

“ajustamento aos papéis da idade adulta”. Para Abramovay e Castro (2006, p. 10), esse é um obstáculo socialmente construído, por frequência interposto no processo de políticas públicas, uma vez que estas acabam representando o jovem somente como o futuro da nação.

As autoras ainda reforçam que mesmo diante desse cenário, há uma preocupação maior com os jovens, nos dias atuais, principalmente, por que se reconhece esse segmento populacional como sendo o mais afetado pelas situações de vulnerabilidades,

(...) que lhes afeta em várias dimensões. Os jovens aparecem em destaque em estatísticas de violência, desemprego, gravidez indesejada, falta de acesso a atividades culturais, como teatros e cinemas, dentre tantos outros. Tais preocupações se avolumam quando se percebe que os jovens, além de serem uma promessa de futuro, possuem necessidades no presente (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006, p. 11).

O ser jovem, assim, é entendido como possuindo em si mesmo uma significação importante para a construção de identidades e experiências de vida. O vir a ser depende das construções sociais, das garantias e oportunidades que poderão ser fomentadas e viabilizadas nos primeiros estágios e no decorrer da vida humana. Nesse sentido, acredita-se que são as possibilidades e a garantia de direitos disponibilizados nesse momento da vida os quais podem decidir e inferir na formação de adultos mais conscientes, responsáveis e emotivamente mais equilibrados.

Sob o indicativo de juventudes plurais e, mediante contribuições de diferentes áreas do saber, apreendem-se as seguintes informações:

Para a Sociologia (Adélia Clímaco, 1991; Carmem Leccardi, 1991; Alberto Melucci, 1997), a juventude que transita entre 15 e 24 anos, focaliza a figura do jovem inseguro dentro do contexto contemporâneo de futuro. Os estudos antropológicos (Margaret Mead, 1951; Daniel Becker, 1989; J. M. Pais, 1993; Eric J. Hobsbawn, 1995; C. Calligaris, 2000) defendem a juventude como uma nova visão dos elementos culturais. Considera uma fase enriquecedora e apresenta a criação de uma “Cultura Juvenil”. Para a História (Levi & Schimitt, 1996; Carles Feixa, 1999; Mario Sandoval, 2002), a juventude não pode ser definida porque depende de fatores temporais, espaciais e culturais, dentro do período que está sendo estudada (GUIMARÃES e GRINSPUN, 2008, p.03).

A compreensão dessa diversidade certamente é um dos principais desafios impostos para as políticas públicas ainda consideradas como sendo somente “de juventude”:

atender a diversidade sem ser restritiva ou focalizada. E se focalizada, como aquelas as quais atendem jovens em situação de vulnerabilidade, intenta-se não perder de vista as singularidades dos indivíduos atendidos.

Determinadas políticas acabam realizando um restrito recorte etário, ou impõem-lhes certas condicionalidades, como forma de delimitar a população a ser beneficiada. Apesar de estes apresentarem demandas específicas e urgentes, não se deve perder de vista que toda a categoria também apresenta demandas dispare; estas necessitando de serem atendidas e introduzidas na agenda política.

Ao considerar as afirmações de Peralva (2000), referentes ao fato da juventude contemporânea prolongar cada dia mais o seu convívio no seio familiar, em decorrência da ainda insuficiente ou ausente autonomia financeira, por questões relacionadas ao desemprego e às escolhas pessoais, têm-se uma redefinição do período e do estágio da vida humana, anteriormente classificado como sendo da juventude, no singular.

A partir de todas essas reflexões permanece latente o seguinte questionamento: como então considerar comportamentos diferentes, as especificidades, expectativas, anseios e demandas de um segmento social, de forma não homogênea, sem perder de vista a totalidade social, mas levando em consideração uma determinada faixa etária e suas mais diferentes preocupações e necessidades? Tais questões são percebidas como sendo cruciais para a formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de quaisquer políticas públicas e sociais que hoje visam, prioritariamente, atender demandas provocadas pelos próprios jovens, como as referentes à educação e ao trabalho.

Não obstante, destaca-se o fato desse segmento populacional, muito percebido sob o crivo dos limites etários, “pressionar a economia para a criação de novos postos de trabalho”, sendo “os mesmos que estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas” (IBGE, 1999), às vulnerabilidades sociais e aos altos índices de fecundidade das mulheres. Ainda segundo algumas perspectivas mais recentes, pode-se dizer que na contemporaneidade

persiste e se agudiza a necessidade de compreender como os jovens são afetados pelas transformações sociais em curso. O ritmo e a intensidade das mudanças nas instituições escolares e no mundo do trabalho estão a exigir a reunião de esforços interdisciplinares e interinstitucionais (FÁVERO et al, 2007, p. 07).

Mesmo não revelando muito sobre os modos de ser jovem e as realidades

concretas de sujeitos sociais, ainda se considera os limites etários no intuito de se aproximar de um determinado universo ou segmento social, até porque esses critérios são os mesmos utilizados nas pesquisas sobre juventudes a níveis internacionais e nacionais, com as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada - IPEA. Entrementes, ao considerar o chamado relativismo etário (GROPPO, 2000, p. 9), o ser jovem passa a adquirir novas significações metamorfoseadas de acordo com o gênero, a classe social a qual pertence; a sua etnia, nacionalidade e regionalidade; assim como o que se apontou inicialmente como sendo o contexto histórico, político e social.

À luz dessas análises, as juventudes são percebidas, como sendo uma “concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” de forma diferenciada (GROPPO, 2000, p. 9). Simultaneamente, as juventudes enquanto fase da vida humana pode ser definida como sendo também uma situação vivenciada por diferentes indivíduos. E, para tanto, ao considerar a existência de juventudes, e indicativos como a faixa etária, não se incorreria em erros caso a necessidade remetesse a realização de um recorte analítico sobre um determinado aspecto dessas pluralidades juvenis.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E/OU TRABALHO? ALGUNS DESAFIOS DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Os jovens que tendem a construir experiências únicas e a fazerem “escolhas” cruciais ao longo de suas vidas, tais como obter ou não um maior grau de escolaridade, aprimorar sua formação profissional e se inserir, ou não, no mercado de trabalho, sinalizam carências e evidenciam necessidades complexas, a partir das privações que os permeiam. A superação de vulnerabilidades e a melhoria da condição de vida acabam sendo, neste contexto, impositivos necessários para a própria sobrevivência desses indivíduos. Não sendo diferente, essa geração apresenta, com maior intensidade, outras demandas, como aquelas ligadas ao consumo e às mudanças tecnológicas. A obtenção de renda é vista como possibilidade real para melhorar a condição de vida e para se inserir nessa sociedade capitalista.

No contexto de construção da(s) juventude(s) enquanto categoria social visualizou-se algumas percepções seja da transitoriedade dessa fase da vida; dos jovens como ameaça ou como “problema social”, e ainda, mais recentemente, como protagonistas do desenvolvimento “social” e “humano”. Dada a diversidade da condição de vida juvenil e dos modos de ser jovem infere-se que um mesmo fenômeno pode provocar efeitos diferenciados entre os segmentos sociais existentes. No entanto, os jovens pobres são os mais atingidos pelas desigualdades sociais, principalmente porque superar as situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas lhes aparece como um verdadeiro desafio.

Frente aos discursos sobre o jovem como protagonista da sua própria história destacam-se a educação e o trabalho como possibilidades de mudança social e reversão de contextos vulneráveis. A educação e a inserção no mercado de trabalho, então, passam a serem vistos, por esses sujeitos e também pelo Estado, como preocupações e instrumentos importantes para melhorar a precária condição de vida. Mesmo sendo imprecisa, a expressão “jovens como sujeitos de direitos” passa a sustentar iniciativas políticas mais recentes cujos objetivos perpassam pela necessidade de se garantir proteção social para esse segmento populacional.

Discute-se então nesse capítulo, o sentido do trabalho para os jovens bem como a percepção destes sobre a educação, o aumento da escolaridade, a sua inserção no mercado, a obtenção de um emprego e renda. Almeja-se com isso, conhecer a condição de vida desse

público, particularmente aquele identificado como em situação de vulnerabilidades. Pretende-se com isso verificar, posteriormente, se as políticas públicas intituladas como de “proteção social”, a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho e a obtenção de um maior grau de escolaridade são de fato fatores favoráveis para uma qualitativa mudança de vida e promoção do dito desenvolvimento “Social” e “Humano”.

2.1 – Sentidos do trabalho e da empregabilidade para jovens em contextos adversos.

Sobre os conceitos e significados do trabalho, verifica-se que muitos dos atributos existentes remetem a essa categoria de análise possibilidades divergentes para a sua compreensão. Certas concepções o associam às ideias de dor, labor, sofrimento, tortura, fardo, padecimento, punição e como sendo algo obrigatório. Outras, o consideram como indispensável para a sobrevivência humana e para o atendimento de necessidades vitais.

Esclarece Friedmann (1972, p.162-189) que “as tarefas ditas ‘ganha pão’ são vistas como coercitivas”, sob a perspectiva de não se fazer o que se quer, mas o que se deve e se requer. Tais características são percebidas por autores como Albornoz (2006, p. 24) como alienantes, exploradoras e limitantes da liberdade e subjetividade do homem. Sob essas influências, percebendo o trabalho como algo obrigatório, o indivíduo acaba não vendo outro sentido para sua vida além dele, até porque passa a ser visto como indispensável para a própria sobrevivência humana.

Grande parte do caráter negativo do trabalho pode ser atribuída às suas próprias menções originárias construídas historicamente. Nessa narrativa, que revela o deslize do homem ao desobedecer a seu criador, a punição recebida foi justamente o não mais desfrutar do bem criado em abundância, e do paraíso. Tem-se agora a obrigação individual de se prover o sustento com o próprio suor e por meio das próprias mãos (SANTOS², 1995). Foram essas concepções que certamente agregaram os significados do trabalho às ideias de necessidade, peso, fardo, castigo, sofrimento e punição.

Por sua vez, a palavra trabalho origina-se do latim *tripalium*, associada em alguns casos, ao termo *trabaculum*, que se refere a um instrumento específico, confeccionado a partir de três paus aguçados e em alguns casos, acrescido com pontas de ferro. Esse instrumento foi criado originalmente para os agricultores baterem, rasgarem e esfiaparem melhor o trigo, o linho e as espigas de milho. Entretanto, ele foi utilizado, posteriormente, como instrumento de tortura, daí a importante menção da relação e proximidade da palavra latim *tripalium* com o verbo *tripaliare*, que “significa justamente torturar” (ALBORNOZ, 2006, p. 10; SANTOS²,

1995).

Apesar desses aspectos negativos relacionados etimologicamente com suas possibilidades de aplicação e realização, não se pode deixar de perceber, segundo Friedmann (1972, p.189) que a noção de trabalho é ambivalente, polivalente, e evidencia a presença da “antítese coação – liberdade”. Outras percepções contrastantes são importantes frente à compreensão de discursos cuja retórica destaca o trabalho como possibilidade de crescimento econômico e mudança social.

Nesse contraponto, analisam-se perspectivas positivas sobre o trabalho. Em seu sentido originário, ele se associa às ideias de transformação ao interagir a intenção dos indivíduos à natureza. Arendt (2004) discorre sobre a artificialidade do trabalho, enquanto segunda atividade humana, no processo de transformação de algo considerado como natural em algo desejável e oportuno para se atender certas necessidades vitais. A condição humana exigível para tal atividade é a mundalidade, por ser a própria natureza o espaço e a matéria prima. Ao idealizar algo, o homem utiliza todas as suas habilidades e capacidade de pensar para criar algo novo, e com isso ele muda a si mesmo e o que está a sua volta. Com esse processo de transformação, o trabalho adquire existência, e é na sua realização em sociedade que funda o ser social e promove a sociabilidade dos indivíduos.

Embora pareça fácil o entendimento desse exercício conceitual, as dimensões e acepções ontológicas do trabalho, construídas ao longo da história, acabaram contribuindo para que a sua compreensão fosse ainda mais complexa. É recorrente, por exemplo, percebê-lo como possibilidade de ampliação de habilidades, como instrumento de exploração, mas também se tornou comum restringi-lo ao desempenho de uma função ou obtenção de um emprego²¹. Como esclarece Friedmann (1972, p. 164) é justamente essa “nova” racionalização do trabalho, decorrente de todo um processo de reestruturação produtiva, que evoca novos sentidos em torno dessa categoria de análise e outras mutações na vida social²².

A noção de que o trabalho favorece a exploração do indivíduo é própria da perspectiva da empregabilidade, do recebimento de salários pelo produzido, pela obtenção de mais valia pelo empregador, pela instabilidade do mundo do trabalho que desde a Revolução Industrial passou a exigir novos comportamentos dos trabalhadores, bem como sua adequação

²¹ Compreendido aqui como a obtenção de uma vaga no mercado, comumente remunerada, seja no setor formal e/ou informal. Por meio de um emprego se desenvolvem atribuições; cumprem-se funções se realizam atividades que nem sempre estimulam as habilidades e criatividade humana.

²² Friedmann (1972, 182) ainda questiona “se as técnicas novas de produção não provocaram, nos mais variados domínios, uma crise universal do homem de formação artesanal, do indivíduo polivalente, do profissional completo”.

a essa forma de acumular capital para os detentores dos meios de produção. Causa tudo isso, os ditos *estranhamentos* (ANTUNES, 1999) e a transformação da força de trabalho como algo passível de se tornar obsoleta e sem valor, dado o contingente de mão de obra em estado de reserva e/ou excluída desse mercado.

O processo de segregação, precarização e de reestruturação produtiva, segundo Silva e Rosa (2010), cria um excedente de força de trabalho, e isso favorece a escolha do capital “entre aqueles adaptáveis às novas demandas produtivas, em detrimento de uma multidão de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou inseridos em condições de precariedade”. Exige-se, nesse contexto, um novo perfil do trabalhador. Demanda-se uma maior qualificação profissional e técnica, e de certa maneira, uma escolarização para o trabalho.

Fragmentam-se cada vez mais as tarefas e as formas de produção, flexibilizam-se ainda mais o cenário produtivo cujos efeitos são acirrados com a precarização das relações de trabalho e da qualidade de vida daqueles que precisam de rendimentos para sobreviverem. Frente a tal perspectiva, pensa-se hoje numa *classe-que-vive-do-trabalho* por compreender “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES, 1999, p. 130.196-198).

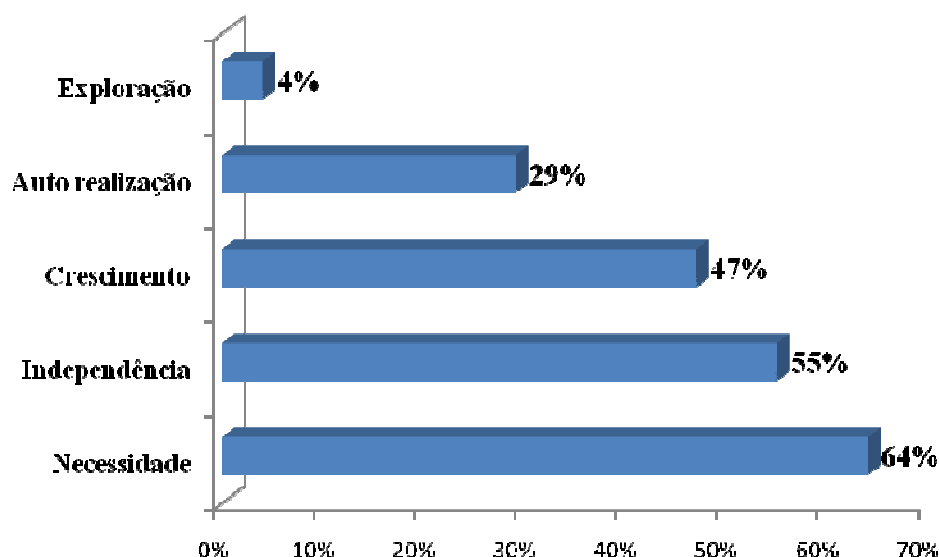
Os jovens, em sua diversidade, experimentam peculiarmente essas exigências vindouras e as questões oriundas do mercado de trabalho. Alguns, pertencentes às famílias com melhores condições de vida, podem escolher entre se inserirem imediatamente ou não no mercado de trabalho. Estes têm a oportunidade de se qualificarem melhor, de ampliarem seu capital cultural²³ e seu tempo de estudo, para posteriormente obter um emprego que inclusive o remunere satisfatoriamente. Entretanto, a maioria dos jovens pobres, pertencentes às camadas populares, foi e é aquela que ao longo da história estiveram à margem do mercado de trabalho, seja porque a sua condição de vida e oportunidades sociais lhes foram limitadas; seja por não possuírem os meios de produção; terem baixa escolaridade, ou porque a obtenção de um emprego, e renda, passou a ser vista como questão indispensável para sobrevivência e para a transição desses sujeitos para a vida adulta.

Os sentidos do trabalho são distintos quando se considera as singularidades e acepções juvenis. Isso é percebido por autoras como Guimarães (2008, p. 50), ao analisar as

23 Para Cunha (2007, p.14), a compreensão do que vem a ser o “capital cultural” deve ser mais abrangente do que o simples entendimento sobre o baixo rendimento escolar das pessoas pertencentes às camadas populares. A partir de Bourdieu (1964) enfatiza que o desempenho escolar e o acúmulo de capital cultural devem ser analisados a partir da estrutura de dominação vigente, mediante “o acesso a percursos escolares” e o “patrimônio familiar transmitido por herança às futuras gerações entre famílias de classe social favorecida”.

principais demandas e preocupações dos jovens brasileiros²⁴, a partir dos dados divulgados da pesquisa nacional sobre o Perfil da Juventude Brasileira (2003). Os resultados desse estudo a deixaram instigada, justamente porque o trabalho aparece como demanda real para os 3.051 jovens pesquisados. Como se percebe no gráfico 1, os seus significados são díspares, mas se contrapõem aos discursos da “não centralidade do trabalho” e da sua influência na subjetividade dos indivíduos.

Gráfico 1 – Significado do trabalho para os jovens brasileiros
(estimulada e múltipla, soma de duas menções).



Fonte: Abramo e Branco (orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. (com adequações da pesquisadora, 2011).

Conforme os dados apresentados acima, poucos são os jovens que percebem o trabalho como exploração (4%); a maioria o vê como necessidade (64%) e contributo para a tão sonhada independência financeira (55%). Aqui se destaca a importância da obtenção de um emprego, e renda, para se atender necessidades e demandas reais, como aquela

²⁴ Essa pesquisa foi realizada pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Cidadania, no ano de 2003, mas só foram divulgados por Abramo e Branco em 2008. Segundo informações metodológicas sobre essa pesquisa, destaca-se que teve como público alvo, jovens entre 15 a 24 anos, residentes em 198 municípios, localizados em 25 estados brasileiros. A amostragem foi probabilística e sua operacionalização foi por meio de “sorteio dos municípios, dos setores censitários e dos domicílios, combinada com controle de cotas de sexo e idade para a seleção dos indivíduos”. A coleta dos dados realizou-se por meio de um questionário estruturado com 160 perguntas, sobre assuntos diversos, entre o período de 22 de novembro a 08 de dezembro de 2003. As análises desses dados só foram divulgadas em um livro, no ano de 2008. A margem de erro variou de 02 até 03 pontos percentuais, com um intervalo de confiança de 95%. (ABRAMO E BRANCO, 2008, p. 370).

relacionada com as condições de vida desses sujeitos, com os desejos ligados ao consumo e aspirações de uma menor dependência juvenil dos recursos disponibilizados pelos familiares e responsáveis.

Ainda na perspectiva de menção a duas respostas, os jovens brasileiros entrevistados sinalizaram também que o trabalho corrobora para o crescimento (47%) e para a sua auto-realização (29%). Deste modo, não é errôneo afirmar que as indicações juvenis contemplam as várias dimensões, ora negativas e positivas, do trabalho e que ele também possui relação com as lógicas do desenvolvimento, sejam elas econômicas, humanas e sociais. Autores como Friedmann (1972, p. 190) discorrem sobre isso quando enfatiza que o trabalho se constitui em um importante “fator de equilíbrio e de desenvolvimento para o indivíduo, ao qual assegura a inserção do real e, particularmente, em toda uma gama de coletividades econômicas e sociais, indo da equipe à sociedade global e passando (...) pela oficina, empresa, profissão organizada, sindicato”.

Sobre a necessidade de se pensar no equilíbrio das relações humanas e sociais, e também nos desafios da inserção juvenil no mercado de trabalho, defende Freud²⁵ (1929, Apud FRIEDMAN, 1972, p. 191) que há correspondências entre o papel do trabalho e o destino individual das pessoas. Por isso, o autor discorre sobre a importância da realização de um trabalho equilibrante, potencializador e estimulador das capacidades e habilidades humanas. Sob essa perspectiva não basta estar inserido. É preciso se inserir bem, principalmente porque o trabalho que se dá a partir de péssimas e deploráveis condições materiais, de higiene, morais e de exploração, “estão longe de responder às características do trabalho” e a seus “efeitos benéficos” para quaisquer indivíduos.

Entretanto, sem o acesso aos direitos sociais básicos, e mediante as subumanas condições de vida, muitos jovens se vêem motivados a inserirem precocemente ou precariamente no mercado de trabalho. A obtenção de renda passa a ser vista como indispensável para a sobrevivência humana e para a satisfação de suas necessidades múltiplas, agora potencializadas pelas lógicas do consumo e da globalização.

Para alguns jovens, inclusive, pior do que a inserção no mercado informal, sem previsão de direitos e de forma degradante, é a permanência da condição de “desempregado” ou de “inútil” frente à sociedade. Neste contexto, o aumento da escolaridade acaba sendo visto por parcela da população juvenil, como aquela em condição de risco e/ou vulnerabilidade social, como algo importante, mas que pode ser adiado. Estes certamente são

²⁵ FREUD, S. **Das unbehagen in der Kultur**. Viena, 1929. (trad.) Franc., *Malaise dans la civilization*. Paris, Denoel et Steele, 1934.

desafios apresentados às políticas públicas que se propõem a contribuir com a superação dessas situações de fragilidades.

2.2 – Desafios, necessidades e a inserção juvenil no mercado de trabalho

O processo de reestruturação produtiva contribuiu significativamente para que algumas mudanças acontecessem no mundo do trabalho e para a produção de novos significados decorrentes dessa atividade humana. A introdução de novas tecnologias, de novas formas de organização do trabalho e as mudanças quanto às qualificações profissionais, por exemplo, é vista por Toledo (2003, p. 31) como transformações cujos efeitos e impactos produzem novos sentidos e também atingem a subjetividade e a identidade dos indivíduos.

As experiências a partir do trabalho são construídas de forma diferenciada, influenciam subjetivamente a construção de identidades, mas a fragilidade das relações trabalhistas, a precariedade das condições de vida de jovens pertencentes às camadas populares e o aumento do desemprego sempre são evidências preocupantes nesse processo de reestruturação produtiva. De um lado, os jovens pobres se deparam com as necessidades do presente e com o desejo de conseguir um emprego para satisfazê-las por meio da obtenção de renda. De outro, persiste o entendimento de que sem uma satisfatória escolaridade a concretização de tais anseios não será possível. Mesmo assim, se faz presente a incerteza das garantias de um diploma obtido que, por si só, não assegura a aquisição de um rendimento consideravelmente satisfatório, rápido e “fácil”.

Para autores como Leon (2007, p.313), o desemprego juvenil incide muito mais sobre os jovens mais vulneráveis, principalmente porque,

por extrema necessidade, se lançam ao mercado de forma precária e prematura. Assim verifica-se que a incorporação desses ao mercado parece levar à interrupção de seus estudos, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da capacidade desses jovens para toda vida, contribuindo de forma decisiva para a transmissão intergeracional da pobreza, perpetuando e ampliando com isso o ciclo de pobreza em que grande parte de suas famílias encontra-se imerso.

Ao evidenciar a importância da escolarização, em sociedades que valorizam o conhecimento e a informação, verificam-se os contrapontos e interrelações criadas entre o trabalho e a educação. Para Tortajada (2000, p. 24), é no capitalismo que as desigualdades se agravam e complexificam, até porque os dilemas vivenciados passam a ser também globais e

a provocarem impactos nos territórios, por menores que eles sejam. Se não bastasse, a nova divisão internacional do trabalho legitima a precarização das relações e a flexibilização dos modos de produção e ainda aumenta os índices de desemprego estrutural intimamente relacionado com a produção de bens e riquezas no capitalismo.

Dadas às novas exigências que aponta um novo perfil de trabalhador, jovem, qualificado e bem informado, a polarização dessa realidade também pode ser evidenciada de forma dispare. A educação acaba refletindo tal situação, até porque, na maioria das vezes, corrobora para a manutenção do sistema e da ordem vigente. O discurso hegemônico acaba reforçando a importância de certas habilidades, seja para obter um emprego ou conseguir melhores salários.

Caso não possuam as ditas competências ou os conhecimentos valorizados pelo sistema vigente, os jovens são segregados, excluídos desse mundo do trabalho e de novas possibilidades sociais. De modo efetivo, pode-se afirmar que vai se caracterizando “uma sociedade na qual a educação, ao proporcionar acesso aos meios de informação e de produção, torna-se um elemento chave que dota de oportunidades ou agrava situações de exclusão” (TORTAJADA, 2000, p. 24). Os desafios e as incertezas de uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, e da obtenção de melhores rendimentos acabam despertando, na contemporaneidade, preocupações juvenis que, sobretudo, apresentam demandas no tempo presente.

Na pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Cidadania (2008) foram feitas algumas perguntas para os entrevistados, acerca dos principais problemas por eles vivenciados, com até três possibilidades de respostas. Dentre as mais referendadas destacaram-se: o desemprego²⁶ (30%); a segurança e a violência (24%); a fome e a miséria (22%); a administração política do país (6%), dentre outras. Quando motivados a pensar no que fariam se pudesse mudar o mundo, os jovens partícipes dessa pesquisa destacaram que acabaria com a violência (28%); acabaria com a miséria, a pobreza e a fome (15%); e resolveriam os problemas da falta de trabalho e emprego para todos, especialmente para os jovens (12%). Por meio dessas respostas se fazem presentes os dilemas e desafios que perpassam a vida desse segmento populacional.

O desemprego, nessa direção, tanto é visto como um dos principais problemas afeito às juventudes, como também é apontado como possibilidade de mudança social. De certa forma, as perspectivas de melhoria da qualidade de vida desses sujeitos ainda são vistas

26 Apesar de pesquisas recentes indicarem uma queda do desemprego juvenil (IBGE, 2010; IPEA, 2010), para os jovens entrevistados no ano de 2003, esse problema ainda está na ordem do dia.

de forma otimista, tanto que quando questionados, indicaram a obtenção de um emprego melhor como a possibilidade mais próxima para se ter um padrão de vida desejável (52%).

Especificamente sobre a educação, cerca de 37% se referem à possibilidade de terminar os estudos como algo oportuno para melhorar a sua vida pessoal; 23% dizem que a vida vai melhorar porque vai construir estratégias para aumento dos seus recursos financeiros; 12% apontam que a vida vai melhorar porque almeja adquirir bens materiais, como casa, carro e demais bens materiais. Deste modo, a perspectiva de mudança de vida e sua melhoria, na opinião dos jovens, tirando a perspectiva da educação, têm a ver com a possibilidade de se obter renda, de adquirir bens de consumo e se inserir no mercado de trabalho.

Diante desses problemas estruturais que afetam as possibilidades de inserção juvenil no mercado de trabalho, ganha o setor informal um maior número de adeptos jovens que o procuram para satisfazer suas necessidades e atender suas mais diversas e emergentes carências.

Os dados da mesma pesquisa apontada acima revelam também a seguinte realidade: do total de entrevistados, 76% trabalham ou já trabalharam, e destes, 35% tem relação trabalhista formal; 63% relação trabalhista informal e somente 2% se colocou como apenas estudantes. Quanto às dimensões de gênero daí presentes, destacam-se que entre os jovens do sexo masculino, cerca de 85%, entre 15 a 17 anos, desenvolvem trabalhos informais, enquanto jovens do sexo feminino, pertencentes a essa mesma faixa etária, sinalizam que 86% também se encontram nessa mesma situação de informalidade.

Essas formas precárias, e até ilícitas, de se obter rendimentos são vistas por certos jovens como possibilidades concretas para atender e suprir as necessidades, carências e privações vivenciadas. Estes lançam mão de “novas” estratégias produtivas no intuito de sobreviverem, e/ou viverem de forma condizente, obtendo assim um padrão de vida que não viole o princípio da dignidade humana e que o insira, de certa forma, na sociedade do consumo. Mesmo destacando tais questões, tem-se claramente que o incentivo ao consumo não se originou nos dias atuais. Como afirma Toledo (2003, p.28), “antes de la sociedad posmoderna em los países desarrollados se puede encontrar lo mismo uma ética del trabajo que el instrumentalismo (y hedonismo del consumo)” (TOLEDO, 2003, p. 28).

Esses problemas se fazem presentes e se interagem em todo o mundo, numa abrangência global, nacional e também local. O processo de globalização, evidenciado particularmente nestes últimos séculos, intensificou as desigualdades sociais, incentivou o consumo, a superficialidade e as dimensões “descartáveis” do que é produzido e vivenciado. Alguns autores, em observância a tais questões, sustentam a ideia de que a globalização não é

um fenômeno recente, mas seus efeitos contemporâneos tem sido perversos, pois a vida social se torna volátil, as condições de trabalho passam a ser mais flexíveis e precarizadas; direitos substanciais e legalmente previstos são ceifados e/ou não assegurados; as relações sociais tornam-se mais fragilizadas tendendo a valorizar o “ter” em detrimento do “ser” (SANTOS, 2003; IANNI, 2001), incitando assim o chamado “desencaixe dos sistemas sociais” (GIDDENS, 1991).

Certamente, a globalização favorece a internacionalização do processo de produção capitalista que se modifica conforme suas necessidades de superação. Não obstante, dada a não equalização das oportunidades sociais e do acesso das pessoas a um padrão de vida digno, “a responsabilidade pelo fracasso cai principalmente sobre os ombros dos indivíduos” que passam a serem os principais responsáveis pelo seu sucesso ou fragilidades, e pela invenção de oportunidades sociais imprescindíveis para se ter um padrão de vida melhor (BAUMAN, 2001, p. 14).

Numa dimensão mais ampla, fatores estruturais e as limitações do mercado de trabalho formal incitam a informalidade que, enquanto estratégia de sobrevivência ou de obter outros rendimentos, provocam efeitos complexos nas relações sociais e de trabalho, como também, corroboram para a diminuição da arrecadação estatal, também responsável por gerir grande parte das políticas públicas no país cujas influências são inclusive de organismos internacionais. Para serem efetivas alimentam utopias e ideais, como os relacionados à promoção de uma possível cidadania plena e emancipação humana em sistemas desumanos como o capitalismo.

Para autores como Ianni (2004, p. 103 – 112) não se pode negar a existência nesse cenário, do agravamento das desigualdades sociais, dos efeitos e manifestações da chamada questão social, que tende a ser diluída quando não criminalizada. Decerto, “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”, oriunda das contradições e perversidades geradas pelo sistema capitalista e pelos processos de globalização até então vigentes. Estes produzem, agravam e complexificam as mazelas sociais que na maioria das vezes, se relacionam à falta das condições necessárias de vida dos sujeitos e de suas respectivas famílias.

Os efeitos da manutenção de tais perspectivas e a pouca efetividade das políticas públicas para inserção juvenil no mercado de trabalho, por exemplo, incidem sobre o crescimento do mercado informal e das iniciativas de jovens que, precariamente e sem nenhuma segurança ou proteção, reduzem o seu tempo de estudo, de escolarização e formação a procura de recursos que irão melhorar sua condição de vida no presente.

Para Latouche (2000, p. 173), a preocupação dos indivíduos com a conquista de um padrão de vida desejável, o que de certo modo é subjetivo dado a heterogeneidade dos sujeitos, é recente e condizente com o mundo contemporâneo, apesar da preocupação com a satisfação de necessidades ser histórica. A busca humana pela satisfação de suas necessidades vitais e sociais é histórica, contudo, é neste cenário construído desde à Revolução Industrial que os indivíduos passaram a refletir melhor sobre isso e a almejam melhores condições de vida, em detrimento daquelas vivenciadas em contextos de privação e de consideráveis necessidades, desejos e anseios não satisfeitos.

Conforme elucida o autor, “a preocupação com o nível salarial, por parte dos assalariados, e pela sociedade como um todo, data da era industrial. À proporção que mais e mais pessoas passaram a ser trabalhadores assalariados, o salário passou a ser um componente essencial do padrão de vida” (LATOUCHE, 2000, p. 173). O salário mínimo, por exemplo, em determinados contextos, também pode ser uma referência básica, quando não insuficiente, de atendimentos das necessidades sociais.

Na pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo e o Instituto Cidadania em 2003, apreenderam-se os significados de uma melhor condição de vida para os jovens brasileiros. Os resultados obtidos a partir desse estudo revelaram que alguns temas em especial, têm preocupado e mobilizado os jovens brasileiros. No que diz respeito à qualidade de vida, alguns assuntos foram mais problematizados como a obtenção de um emprego e qualificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho; além da garantia do acesso a direitos imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento juvenil como a educação, segurança pública, saúde, alimentação, dentre outros.

Quando questionados²⁷, por exemplo, sobre quais os assuntos que mais os chamavam a atenção e os interessavam atualmente, os jovens entrevistados destacaram, em primeiro lugar, a educação (18%); a obtenção de emprego/qualificação (17%) seguido do reconhecimento do esporte e atividades físicas (11%). No que diz respeito aos problemas que mais causam preocupações destacaram, em primeiro lugar, a segurança e a violência (27%); a falta de emprego e qualificação profissional (26%), o uso abusivo de drogas, bem como a falta de assistência a esse respeito (8%). Como visto, os temas que tem despertado maior interesse pessoal dos jovens entrevistados relacionam-se com as preocupações acerca do seu futuro profissional. Estas se apresentaram em um total de 33% entre os entrevistados, enquanto a segunda possibilidade que se relacionou com a educação somou 28%.

²⁷ Apesar de os jovens terem a possibilidade de apontar até três respostas, considerou-se frente aos dados apresentados, somente as respostas identificadas como sendo as primeiras da lista dos entrevistados.

Assim como para os jovens a educação, o emprego e a qualificação são vistos como demandas importantes, as políticas públicas construídas para esse segmento, particularmente aquele em situação de risco e vulnerabilidade social, também os percebem como questões imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento social e humano. Ao se valorizar o protagonismo juvenil, intenta-se ampliar as possibilidades de inserção bem como a permanência dos jovens nas escolas; estimular sua qualificação profissional e a preparação para sua inserção no mercado de trabalho. E, na iminência de problemas estruturais frente ao alcance e impacto dessas ações políticas, apresentam-se desafios e paradigmas atinentes à condição de vida desses jovens.

2.3 - Paradigmas sobre a melhoria da qualidade de vida juvenil por meio da educação e do trabalho.

De antemão, considera-se que da mesma forma que o trabalho é muitas vezes associado ao emprego, principalmente quanto aos seus significados, a educação também é associada, simplificadamente, e com certa frequência, às concepções de escolaridade. Enquanto o trabalho favorece o aprendizado e o desenvolvimento de capacidades humanas, sem que para isso se exerça um cargo ou função numa empresa, a educação, que legitima processos de ensino e aprendizagem, também não se dá apenas em instituições formais de ensino. Ela se concretiza tanto na escola, como na família, na comunidade, e em todos os espaços sociais existentes.

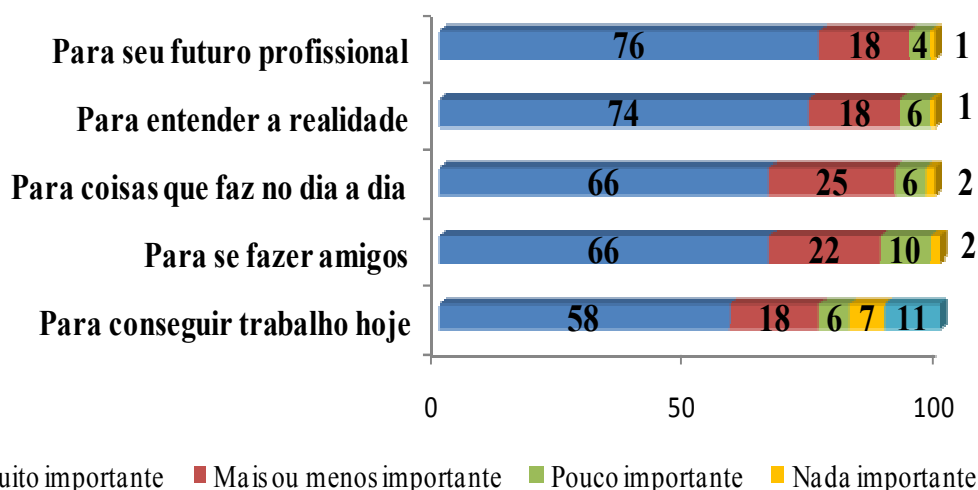
Como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (2006) “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Sendo assim reitera as dimensões socioeducativas do trabalho, não se desvincilhando de um complexo pano de fundo como o é o processo de produção capitalista.

Enquanto os próprios jovens percebem a educação, a formação e a qualificação profissional como sendo importantes para uma melhor inserção no mercado de trabalho há quem afirme que a educação corrobora para a reprodução social e legitimação do status de determinadas classes (NOGUEIRA E CATANI, 1998). A educação formal, concretizada por meio da obtenção da escolaridade, é mais compreendida e por isso mais bem analisada em vários estudos, como aquele realizado pela Fundação Perseu Abramo (2008). Este particularmente indagou aos jovens entrevistados sobre os significados e importância da

escola em suas vidas.

Como demonstra o gráfico 2, apresentado abaixo, dentre uma amostra de 99% dos entrevistados que estudam ou já estudaram, foram evidenciadas as seguintes respostas:

Gráfico 2 – Opiniões dos jovens sobre a importância da escola
(estimulada e única, em %)



Fonte: Abramo e Branco (orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. (com adequações da pesquisadora, 2011).

De acordo com os dados apresentados acima mensura-se que a escola é considerada como sendo muito importante para o futuro profissional do jovem (76%) e para entender a realidade social (74%). Entretanto, deve-se considerar também o expressivo número de pessoas considerando a relevância social da escola para a obtenção de um trabalho nos dias atuais (58%). Dentre os demais resultados, têm-se questões relacionadas com as demais dimensões da vida cotidiana (25%), e com o estabelecimento de relações sociais, como a de amizade (22%). Tais análises permitem afirmar que as representações sociais da escola, para os jovens entrevistados, correspondem às perspectivas teóricas que evocam que a escolarização formal é o principal instrumento para se promover o desenvolvimento.

Como visto, os jovens entrevistados percebem a escola como possibilidade de mudança de vida a partir da sua inserção profissional no mercado de trabalho. Assim, ao considerar seus atributos, vislumbra-se que os significados, percepções e representações não são construídas isoladamente, dissociadas do cotidiano. A compreensão da educação como fator de desenvolvimento, de mobilidade social dos indivíduos e para a obtenção de melhores postos de trabalho esteve, de certa forma, impregnada no processo sócio-histórico que

legitimou a construção da política pública de educação no mundo e não sendo diferente no Brasil.

Neste país, o início do processo de escolarização de adolescentes e jovens esteve associado e sob a responsabilidade dos jesuítas enquanto missionários da Igreja Católica. Imbuíam-se do doutrinamento cristão, aprendizado de línguas como o latim e a alfabetização dos nativos e demais residentes. Não obstante, a perspectiva educativa não era a mesma para todos os indivíduos. Segundo Nascimento, Collares e Zanlorenzi, et all (s/d)²⁸, aos poucos foram sendo construídas no Brasil “dois modelos de instrução: um para os indígenas, centrado na leitura, escrita e algumas operações, e outro para os filhos dos colonos, consistindo num ensino mais intelectualizado”. Tais questões incitam-nos a pensar sobre os legítimos fins da educação e no seu papel no processo de reprodução social.

À luz dessa visão identifica-se que com o passar dos tempos, e a partir dos conflitos de interesses existentes, realiza-se nesse país a primeira reforma educacional após a expulsão dos religiosos jesuítas. Com a mudança nas formas de ensino, outros fins específicos além dos religiosos, atentos para as perspectivas da modernidade foram construídos, principalmente porque a educação deveria se relacionar mais de perto com os interesses comerciais, políticos e econômicos da Colônia.

Diante desses objetivos, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal suprime entre o período de 1750 a 1777, por meio do Alvará Régio, aprovado em 28 de junho de 1759, as escolas e colégios jesuíticos; cria a pessoa do “Diretor Geral dos Estudos”, para acompanhar, monitorar e fiscalizar a ação dos professores. Além disso, estimulam-se iniciativas formais para incentivar a formação profissional de trabalhadores para as colônias, como a brasileira (SECO e AMARAL, s/n)²⁹.

A partir das novas propostas e reformas do sistema educacional brasileiro houve um crescente estímulo à abertura de cursos superiores que preparariam futuros profissionais e trabalhadores para o Império e a posterior República. Como elucida Nascimento, Collares e Zanlorenzi, et all (s/d), cria-se em 1808, a Academia Real da Marinha; no ano de 1809, a Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro e em 1810, a Academia Real Militar e em 1809. Como o acesso à educação ainda era um privilégio para elites, sustentou-se o acesso destes a um maior tempo de estudo e de escolarização.

²⁸ Para leitura do texto “**Instituições Escolares no Brasil Colonial e Imperial**”, acessar o site <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_075.html>.

²⁹ Para mais informações consultar o texto “**Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**”. Disponível no site <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso no dia 23/08/2010.

Ainda para Nascimento, Collares e Zanlorenzi, et all (s/d), todas essas mudanças no sistema educacional brasileiro destinaram a responsabilidade da educação ao Estado, mas não visavam promover o bem estar de toda a coletividade. Tanto que desde 1826, a educação no Brasil foi dividida em 04 graus de instrução, a saber: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. O que seria destinado a toda a população foi pouco privilegiado senão, marginalizado e, em alguns casos, visualiza-se a criação de ensino profissionalizante, como aquele criado em Minas Gerais, em 1812, para serralheiros e oficiais.

Sobre a oferta de ensino técnico e profissionalizante para jovens das camadas populares, pode-se dizer que este foi juntamente com o ensino caracterizado como normal,

(...) marginalizado durante o Império pelo poder público, uma vez que a estes não se facultava o ensino superior; pela clientela escolar, uma vez que quem estudava nesse período provinha da elite, e a escola era seu passaporte para o ensino superior. O abandono fica claro quando, em 1864, havia apenas 106 alunos matriculados no ensino técnico brasileiro (NASCIMENTO, COLLARES e ZANLORENZI, et all, s/d).

O compromisso do Estado condizia com a proposta de uma nova nação cujo principal valor foi atribuído às elites por terem maiores condições de assumir os melhores postos da sociedade. Com isso, as propostas construídas relacionavam-se às preocupações do Governo “em formar os alunos e os futuros cidadãos, apesar de estes serem apenas os filhos de homens livres, a elite dirigente do país, preocupando-se em criar escolas superiores e em regulamentar o acesso as mesmas” (NASCIMENTO, COLLARES e ZANLORENZI, et all,s/d). Tais inferências podem ser feitas porque, apesar da criação de algumas legislações desde o ano de 1854, grande parte da população brasileira, pertencente aos estratos mais pobres da sociedade, permanecia sem o acesso à educação formal, e quando o tinha, não se referia ao ensino superior. Por isso, sustentavam-se desigualdades e a realidade dispare do analfabetismo.

Para a Unesco (2008, p.25), as primeiras iniciativas políticas e públicas de promoção e ampliação da escolarização de jovens podem ser evidenciadas, de fato, a partir de 1947. Ao analisar o contexto sociopolítico vivenciado no Brasil, especialmente entre as quatro primeiras décadas do século XX, verificam-se as influências dos efeitos de uma crise de superprodução do sistema capitalista (1929); o início de um novo mandato presidencial comandado pelo Getúlio Vargas; o alarme de uma revolução e a reivindicação de trabalhadores por melhores condições de trabalho e aos direitos atinentes a estas (1930).

Tem-se em 1934, a aprovação de uma Constituição Brasileira que em seu artigo 138, tratou de incumbir a todas as esferas da Federação, a obrigatoriedade de estimular a educação eugênica e de “proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual” (UNESCO, 2008, p.25). Inclusive em seu artigo 139 já estava previsto que toda empresa, seja ela industrial ou agrícola, com mais de cinquenta funcionários e pelo menos dez analfabetos seria “obrigada a lhes proporcionar ensino primário gratuito”.

Essa Carta Constitucional de 1934 assegurou, em seu artigo 154, que “os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo”. Desde já se estimulava a educação para a erradicação das taxas de analfabetismo e para o trabalho, e não o fomento de uma educação para a cidadania (BRASIL, 2010).

Ao longo do século XX, permanecia ainda o intuito de desenvolver o país, sob a lógica da “ordem e do progresso”, e nessa direção, a escolarização e a formação de trabalhadores para a República atingiriam os fins políticos e decorrentes de discursos dominantes ora vigentes. Em períodos históricos como na Ditadura Militar Brasileira, a educação de jovens, como também a de adultos estava sob a responsabilidade do Estado. Isso contribuiu para a “manutenção da coesão social e legitimação do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção” (UNESCO, 2008, p. 28).

Iniciativas como a do Mobral, que objetivava erradicar o analfabetismo também foi potencializada, contudo, não surtiu grandes resultados. Além de serem privados do acesso às condições dignas de sobrevivência, enquanto cidadãos brasileiros, jovens privados do acesso à escolarização foram marginalizados e excluídos de maiores possibilidades de mobilidade social.

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que os analfabetos puderam efetivamente exercer o dever e o direito de cidadania através do voto. Além disso, a Carta Magna assegurou aos jovens o direito ao acesso ao ensino fundamental público, de forma gratuita, prevendo a oferta da ampliação do ensino básico para todos os cidadãos brasileiros. Tais questões, e um melhor detalhamento da política educacional brasileira foram explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN aprovada em 1996.

Não obstante tal avanço, preconizado pela nova LDBEN de 1996, enfatiza a Unesco (2008, p. 29) que,

As políticas educacionais dos anos 90 não corresponderam às expectativas

geradas pela nova Constituição. Frente à reforma do Estado e às restrições ao gasto público impostas pelo ajuste da economia nacional. As orientações neoliberais, as políticas públicas da década de 1990 priorizaram a universalização do acesso das crianças e adolescentes ao ensino fundamental. Outros níveis de modalidades de ensino, entre os quais a educação de jovens e adulto, foram relegados a um plano secundário na agenda das políticas educativas.

A prioridade do atendimento das políticas de educação a partir de tal período era para as crianças e adolescentes recentemente reconhecimentos no Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) como sujeitos de direitos a terem direitos imprescindíveis para a promoção do seu desenvolvimento integral. De certa forma, essa prioridade ia ao encontro das legislações internacionais que desde 1989, com a adoção da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Assembléia Geral das Nações Unidas³⁰, no dia 20 de novembro desse mesmo ano, aprovou e legitimou a chamada Doutrina de Proteção integral.

O ECA, aprovado no dia 13 de julho de 1990, passou a prevê a educação como um direito substancial, inalienável e intransferível para esse segmento. Neste contexto passaram a ser, os níveis básicos e fundamentais de ensino, de caráter obrigatório e responsabilidade do Estado. Por isso é que, enquanto as políticas de juventudes começaram a ser elaboradas e discutidas desde o início do século XX, em vários países da América Latina, ainda se legitimava no Brasil, em plena década de 1990, os direitos e uma maior atenção política para a infância e adolescência.

Somente no final da década de 1990 é que questões atinentes à explosão demográfica juvenil; de uma maior incidência de crimes, da violência urbana bem como da precariedade das condições de vida de determinados jovens foram mais explicitadas. Num contexto internacional de estímulo ao enfrentamento da pobreza e de enfrentamento de problemas sociais, a questão juvenil entra na agenda política passível de intervenção por meio de políticas públicas específicas.

O acesso a educação de jovens, por exemplo, acabou retomando a agenda política do Estado, por conta das discussões que acenavam para o pouco tempo de estudo desses sujeitos, quando não analfabetos, de sua pouca qualificação profissional e por outras questões atinentes à evasão escolar (UNESCO, 2008, p.29). É nesse cenário que programas específicos

³⁰ Para mais informações a esse respeito consultar o site da UNICEF, disponível a partir do seguinte link <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>

para os jovens em situação de risco e vulnerabilidade são criados, como o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em 1999. Dentre os seus principais objetivos encontra-se o de incentivar a inserção e permanência de jovens, em idades consideravelmente críticas e relacionadas ao ensino universal, como a de 15 a 17 anos, na escola.

Outros estímulos, como o da criação de programas de Educação de jovens e adultos – EJA consubstanciaram o lançamento em 2003, do Programa Brasil alfabetizado. A progressiva inclusão dessa modalidade educacional no “fundo de financiamento da educação – FUNDEB”, começou a ser estimulada e construída a partir de 2007, segundo a Unesco (2008). Contudo, ainda se valorizou e valoriza a educação como possibilidade de inserção no mercado de trabalho, e pouco se promove outros aspectos e funções sociais da educação.

Na obra “Escritos de educação”, do Pierre Bourdieu (1998), traduzida por Nogueira e Catani (2000), a escola é vista como aparato legitimado socialmente para a reprodução de classes e da própria sociedade. Ela não é agente de transformação porque está intimamente ligada a uma ordem dominante privilegiada pelo acesso e acúmulo do capital econômico potencializados de outros tipos de capitais como o cultural. Sob tais perspectivas, a escola por si só não corrobora para a transformação e mudança social.

O que os indivíduos constroem depende muito do aparato e das condições disponíveis para o acesso a outras redes, tipos de educação e aprendizagem, de socialização e de acesso a bens, direitos, serviços e oportunidades sociais. Deste feito, ao referenciar esses discursos e ideais, verifica-se que mesmo os indivíduos tendo acesso a um excelente processo de qualificação a sua qualitativa inserção no mercado de trabalho e melhoria em sua qualidade de vida irá depender também de outros fatores e variáveis como o capital cultural e social construído.

Entretanto, segundo Bourdieu (1998), mesmo diante das teses cujas defesas são: “a escola não forma para o trabalho” e “os objetivos da escolha fracassaram”, deve-se considerar que “a posse de títulos e estudo ainda são chaves para alguém não ser excluído do mercado de trabalho”. Portanto, estes quesitos não podem ser meramente desconsiderados quanto ao seu valor e relevância social, mas devem ser percebidos numa perspectiva macro social cujas influências são estruturais.

Sendo assim, mesmo sendo incitada a fazê-lo, a escola sinaliza limitações, principalmente porque “não pode prevê quais serão as ocupações que as pessoas realizarão, uma vez que continuamente estarão sendo geradas novas profissões, além de já termos uma única ocupação ao longo de nossa vida profissional” (BOURDIEU, 1998, Apud, NOGUEIRA e CATANI, 2000, p.28). Para tanto, faz-se necessário compreender melhor a relação existente

entre juventude, escolaridade e sua inserção no mercado de trabalho.

2.4 – Dimensões ora distantes ora transversais: juventudes e os desafios da proteção social.

Diante dos principais desafios enfrentados por jovens brasileiros, como os relacionados à sua condição de vida, à educação, à escolaridade, a obtenção de renda e a sua inserção no mercado de trabalho vislumbra-se cada vez mais esse segmento populacional como sujeitos de direitos. Como sinaliza a publicação do Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE (2008, p.09), criado em 2005 no Brasil, “cada vez mais as singularidades das juventudes têm sido reconhecidas como direitos que devem ser efetivados por meio de políticas públicas”.

Neste estudo, as políticas públicas são consideradas como um sistema de ação envolvendo atividade política, de dimensão pública e de caráter imperativo. Se operacionaliza um conjunto de ações, estratégias permanentes e contínuas, socialmente elaboradas, formuladas a partir de investimentos e orçamento públicos. Objetivam reduzir conflitos e problemas sociais, ao atender as necessidades coletivas, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população (SARAVIA, 2006; HÖFLING, 2001).

Com influência direta ou indireta, é crescente a produção de estudos, pesquisas e diagnósticos sobre os modos, realidades e as condições de vida dos jovens brasileiros. Dentre estes, destacam-se aqueles que tematizam sobre a educação; o ingresso desses sujeitos no mundo do trabalho e sobre as mais diferentes situações de risco e vulnerabilidades existentes. Tais destaques se justificam porque os jovens, a partir do século XXI, “têm-se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carência de bens culturais, lazer e esporte” (CASTRO E ABRAMOVAY, 2004, p. 15).

Especificamente sobre o desemprego, têm-se contrastes que ora revelam realidades internacionais complexas, ora anunciam mudanças positivas a níveis nacionais. A Organização Internacional do Trabalho – OIT, por exemplo, apesar prever melhoras sobre essa realidade, enfatiza que o ano de 2010 é expressivo quanto ao aumento do número de desempregados em todo o mundo. Em seu estudo mais recente³¹ explicita: “a taxa de desemprego juvenil atingiu seu maior nível já registrado e deverá aumentar até o final de

³¹ OIT. Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude - 2010. Disponível somente na versão em inglês, no site < http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_184.php>.

2010”. Sobre esse problema, reforça dizendo que,

(...) de cerca de 620 milhões de jovens economicamente ativos com idade entre 15 e 24 anos, 81 milhões estavam desempregados no final de 2009 - o número mais elevado já registrado. Este número é de 7,8 milhões de jovens a mais do que o número global registrado em 2007. A taxa de desemprego dos jovens aumentou de 11,9 por cento em 2007 para 13,0 por cento em 2009.

As perspectivas desse aumento do desemprego, quando se considera as questões de gênero, é mais perceptível entre as mulheres jovens. Apesar de sinalizarem um aumento de sua escolaridade a nível mundial, evidenciam desigualdades como a obtenção de rendas menores e ainda de uma tímida inserção no mercado de trabalho. Não obstante, não é menos preocupante o número de jovens, do sexo masculino, que também se encontram nessa situação. Para a OIT (2010), as economias em desenvolvimento também sinalizaram um aumento do emprego informal e vulnerável, que contam, inclusive, com a inserção de adolescentes em plena idade escolar. E isso certamente evidencia a fragilidade das políticas sociais muitas vezes construídas para esse segmento populacional.

Ao considerar sua abrangência, não se destaca as peculiaridades nem a dimensão nacional e regional desse problema. O estudo em questão sinaliza o problema do desemprego juvenil, a partir de grandes regiões como as relacionadas às Economias desenvolvidas e da União Européia; da Europa Central e do Sudeste (fora da UE); do Sudeste Asiático e Pacífico; do Sul da Ásia; da América Latina e Caribe; Oriente Médio; do Norte de África e a África Subsariana. Frente a essa perspectiva global, chamam a atenção para o fato de que “nas economias em desenvolvimento, onde vivem cerca de 90% dos jovens [estes] são mais vulneráveis ao subemprego e à pobreza”.

Sobretudo, a realidade brasileira é agregada a da América Latina e a do Caribe cujas dimensões apontam a existência de diversidades socioeconômicas, políticas e culturais. De forma peculiar, os dados abrangem todo esse território, mas em toda a publicação, o Brasil é dissociadamente analisado quando se citam exemplos de recursos e estratégias políticas dos países para o enfrentamento da pobreza. Nesse sentido, se destacou o programa de transferência de renda “Bolsa Família”, por equilibrar nesse país os efeitos da crise internacional de 2009/2010 e manter o poder de compra da população mais pobre.

As estatísticas brasileiras, divulgadas mensalmente pelo IBGE, e analisadas pelo IPEA (2010), pontuam que nos últimos anos têm-se um considerável crescimento do número

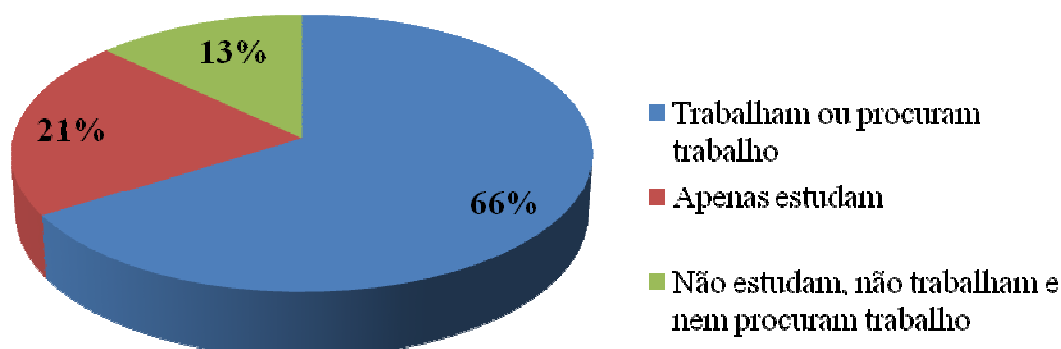
de empregos, no Brasil, para todos aqueles em idade consideravelmente ativa. Também contribuiu para isso o aumento de cerca de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) entre os três últimos meses do ano de 2009, até os três primeiros meses do ano de 2010.

Sobre o aumento do número de empregos, anunciam que segundo “o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos seis primeiros meses do ano foram criados 1.473.320 novos postos de trabalho” (IPEA, 2010). Por conta disso, pode-se afirmar que houve um significativo aumento do número total de empregos de 4,5%, se comparadas às estatísticas referentes ao mesmo período no ano de 2009. Assim, mesmo visualizando cenários internacionais de aumento do desemprego, tem-se no Brasil uma realidade um pouco melhor quanto a isso.

Mesmo com evidências de uma considerável redução do número de desempregos, ainda se mantém vigente a preocupação com a preparação e inserção dos jovens no mercado de trabalho, seja por conta da sua baixa escolaridade, pouca qualificação profissional e/ou precária condição de vida que o incita a deixar os estudos e a desenvolver certas atividades informais no intuito de obter renda. Assume-se com isso, postos de trabalho pouco qualificados e com baixa remuneração, mas que tendem a atender de forma emergencial, determinadas necessidades pessoais e sociais.

Sobre as situações relacionadas ao trabalho e permanência dos jovens na escola verifica-se, no Brasil, a seguinte realidade exposta no gráfico 3 sistematizado a partir dos dados do Instituto Ibi (2006):

Gráfico 3 – Situação ocupacional dos jovens brasileiros em 2006



Fonte: IBGE/Pnad (2006); Instituto Ibi (2006), com adaptações (2010).

Os dados apresentados permitem inferir que do total de 35.940.374 jovens pesquisados, cerca de 66% com idade entre 14 a 29³² anos, “estão no mundo do trabalho, trabalhando ou em busca de trabalho. Os que só estudam formam um contingente bem menor, de 11.212.957”, que equivale a 21%. Ao considerar a faixa etária, já se espera a esse respeito, uma maior participação dos jovens maiores de 18 anos.

Outros 6.835.259 jovens, com esse mesmo perfil, responderam a pesquisa dizendo que “não estudam, não trabalham e nem procuram trabalho”, correspondendo com isso um total de 13% (INSTITUTO IBI, 2006, p. 18). Destarte, o considerável “tempo livre” desses jovens em contraposição à condição de vida de muitos cujas estratégias para superação de pobreza, demais vulnerabilidades e o atendimento de suas necessidades, sejam por melhor lícitos ou ilícitos.

Ao perceber essa situação evidenciam-se algumas caracterizações que identificam os jovens como em risco, vulnerabilidade social e mandatários de proteção social. Esta se relaciona com as estratégias de ação viabilizadas principalmente por meio do Estado, de forma a assegurar o acesso dos indivíduos às condições de vida digna. Autores como Digiovanni³³ (1998, p. 10, Apud PNAS, 2004, p.31) destaca importância da proteção social, principalmente porque pode decorrer “(...) de certas vicissitudes da vida natural ou social”, tais como os acometimentos originados por problemas de saúde e/ou doenças, bem como das situações de pobreza, miserabilidades, infortúnios diversos e demais privações.

Com isso, a proteção social deve ser pensada num contexto em que se percebe, “tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social” (DIGIOVANNI, 1998, p.10, Apud PNAS, 2004, p.31). Assegurar tais garantias às pessoas nessas condições de desenvolvimento, como os jovens, pode provocar mudanças em sua condição de vida e gerar oportunidades de competirem em “iguais” condições na sociedade.

Frente aos contextos de privação, agravados numa sociedade consumista e desigual, os desejos, anseios, demandas e necessidades se tornam mais latentes. Por conta das incertezas de uma vida presente, e de um futuro ainda mais dúbio, os jovens que não sabem se serão exitosos em sua transição para a vida adulta, já começam a serem infelizes no tempo

³² Como sinalizado anteriormente, considera-se como jovem no Brasil a pessoa entre 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2006; 2010).

³³ DIGIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

presente. A sua condição de vida e as mais diversas situações de vulnerabilidades e de privação acabam sendo muito violentas e até desumanizadoras (ODÁLIA, 1983).

A escola, neste contexto de privações e necessidades imperiosas influencia na construção de significados e representações sociais. Ela tende a não ter sentido e relevância em si mesma para esses sujeitos inseridos num processo de transição para a vida adulta e que procuram a satisfação de suas necessidades no tempo presente.

Instiga-nos a refletir sobre as dimensões e as possíveis visões que o Estado poderia ter de toda a sociedade. Sua habilidade política, se não fosse sustentada por interesses e ideologias capitalistas, permitiria compreender “que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”. Com isso, as situações identificadas poderiam ser vistas não somente pelas ausências e fragilidades, mas também pela existência do que se faz presente e pode ser utilizado para mudar e/ou superar esse contexto e cenário contemporâneo (PNAS, 2004, p. 15).

Neste contexto, a educação, bem como a escolarização, é considerada como fator importante para o desenvolvimento juvenil. Mas a criação de possibilidades e a garantia de uma melhor formação iniciada desde a infância tornam-se imprescindíveis para se potencializar os seus significados, função e papel social, apreendida de forma diferenciada pelos jovens em sua pluralidade.

O debate sobre as questões de gênero, por exemplo, atinentes aos segmentos juvenis ainda é pouco explorado, apesar dos seus desdobramentos e implicações no contexto educacional. Um fator relacionado a isso e que certamente tenciona a vida de jovens do sexo feminino, especialmente daquelas que tem uma precária condição socioeconômica e/ou inexistente acesso a uma rede de proteção social, é a sua gravidez precoce.

Considerável é o indicativo desse fenômeno entre o público juvenil abaixo de 20 anos. Muitas vezes, as jovens mães acabam deixando os estabelecimentos de ensino, comprometendo e/ou não completando o seu ciclo de escolarização, por justamente se desdobrarem frente aos seus mais novos desafios e as necessidades múltiplas agravadas com essa nova situação.

A partir de todos esses entendimentos, não se tem a intenção de reiterar e/ou reforçar estereótipos e questões relativas à criminalização da pobreza, mas considera-se que os jovens pertencentes às famílias de classe média, na maioria das vezes, possuem melhores condições socioeconômicas favoráveis ao seu posicionamento tanto frente à obtenção de um ensino de melhor qualidade, quanto no mundo do trabalho.

Quando comparadas às condições de vida de jovens de distintas classes estimam-

se que as vulnerabilidades e situações de riscos tendem a ser diferentes. As dificuldades quanto ao acesso ao ensino superior e à uma melhor inserção no mercado de trabalho tendem a se fazerem presentes, e com maior intensidade, no cotidiano de jovens pobres. Ao considerar os jovens das classes mais favorecidas, tem-se que as incertezas e dificuldades sociais do presente, dificilmente os limitam quanto a obtenção de um emprego ou de sua inserção no ensino superior.

Argumenta Santos (2007, p. 99), à luz de autores como Pochmann (2004) e Frigotto (2004), que os jovens brasileiros, oriundos de classes sociais menos favorecidas possuem “poucas oportunidades de mobilidade social – ingressam precocemente no mercado de trabalho, o fazem com pouca escolaridade, ocupam as vagas de posições hierárquicas subordinadas e de baixa remuneração”. Em contrapartida, jovens com melhores condições de vida, e pertencentes às famílias das classes mais favorecidas, emigram para fora do país, com certa frequência, no intuito de obter “melhores perspectivas ocupacionais e de renda, enquanto aos jovens filhos dos pobres a violência tem emergido em meio à falta de alternativas decentes de trabalho e renda” (SANTOS, 2007, p. 99).

Ao obterem uma maior escolaridade, uma melhor qualificação profissional e um maior incentivo de inserção no mercado de trabalho, os jovens podem competir em melhores condições no mercado de trabalho. É nesse sentido que a proteção social, segundo a PNAS (2004) se faz importante para aqueles que não têm muitas escolhas. Assim, o direito à proteção social, sob a perspectiva da seguridade social, deve assegurar aos indivíduos que dela necessitar, as seguintes seguranças: “de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”.

Especificamente sobre a segurança de sobrevivência enfatiza-se que ela não se resume às lógicas compensatórias do salário mínimo, insuficiente para assegurar as condições necessárias para a promoção de uma vida digna. Traduz esse tipo de segurança na possibilidade de que todos os indivíduos,

(...) tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego, como é o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadão (PNAS, 2004, p.31).

Por conta destas condições adversas, relacionadas às expressões da questão

social³⁴, são considerados como público alvo de algumas políticas públicas, como a da Assistência Social: os não beneficiados por essas ações públicas; as pessoas em situação de pobreza e aqueles que não se inseriram ou se inseriram precariamente no mercado de trabalho (seja ele formal e/ou informal). Mesmo sabendo das prerrogativas, diretrizes e previsões legais, ainda se considera como um verdadeiro desafio assegurar tais condições, até porque, como esclareceu Telles (1994), o acesso a esses direitos dependem da capacidade de reivindicação e exigibilidade dos indivíduos.

O que essas apreciações evocam é a necessidade de se analisar os dilemas, contextos, desafios e complexidades atinentes à condição de vida juvenil, especialmente aqueles identificados e caracterizados como vulneráveis. Faz-se necessário compreender melhor as dimensões da vida social relacionadas ao trabalho e a educação passível de intervenções por meio de políticas públicas.

Como consta no Caderno de Resoluções da Conferência Nacional de Juventude³⁵ (2008, p. 09), dentre as maiores reivindicações dos jovens brasileiros ainda se fazem presentes a educação e o trabalho, dentre outras como cultura, participação política, esporte e segurança. As mais escolhidas tem como fundamento a convicção de que viabilizarão melhores condições de vida. Contudo, ainda nesse documento, enfatiza-se que apesar de importantes, “as políticas universais ainda não chegaram para uma parcela significativa da juventude o que indica onde o Estado deve concentrar seus investimentos”. De certa forma, tais sinalizações também evidenciam que muitos problemas de ordem estrutural afeitos ao desenvolvimento ainda não foram devidamente enfrentados.

Deste modo, faz-se necessário compreender como se constituíram as políticas públicas de juventude(s). Ao realizar tais análises objetiva-se entender os fundamentos de projetos específicos como o Agente Jovem cujos propósitos eram de promover o desenvolvimento social e humano dos atendidos, bem como a superação das situações de risco e vulnerabilidade vivenciada.

³⁴ Segundo Castel (1998), trata-se de uma aporia que revela as mazelas e desigualdades provocadas pelo capitalismo, decorrente do processo de destituição de direitos e possibilidades dos trabalhadores e, acúmulo de capitais por parte da classe burguesa.

³⁵ Esta Conferência foi realizada em Brasília no ano de 2008.

CAPÍTULO 3

PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS “DE JUVENTUDE”

No contexto de produção e agravamento das desigualdades sociais, situadas entre as expressões da questão social que fragilizam as condições de vida de grande parcela da população, a questão juvenil passou a ser mais bem discutida em todo o mundo. Recentemente, os jovens foram representados como sujeitos de direitos a terem direitos e suas demandas incorporadas na agenda política dos países, tornando-se, com isso, em verdadeiros problemas políticos.

Dentre os fatores que provocaram efeitos diretos na vida dos jovens, particularmente pobres, estão as dificuldades de se obter renda suficiente para sobrevivência pessoal e familiar; a desproteção social vivenciada e a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, seja pela falta de oportunidades, qualificação profissional não compatível com as novas exigências do capital, baixa escolaridade, e ainda a pouca ou nenhuma experiência de trabalho. Não menos importante, lista-se também o aumento expressivo de jovens nas últimas décadas do século XX; o crescimento da violência e da criminalidade urbana, dentre outras questões complexas.

Ao considerar que “os efeitos do mercado continuam sempre a exercer-se, inclusivamente sobre as classes populares que continuam sempre virtualmente sob a alçada das leis do mercado” (BOURDIEU, 2003, p. 137) priorizam-se, neste terceiro capítulo, as análises sobre as condições de vida juvenis e a compreensão sobre as políticas públicas específicas para os jovens, tanto na América Latina como no Brasil. Ainda neste capítulo aponta-se a relevância das políticas sociais como estratégia de enfrentamento das expressões da questão social, bem como das diferentes situações de risco e vulnerabilidade social.

3.1 – Políticas Públicas e Políticas Sociais: construindo perspectivas para análises

As demandas e os problemas apresentados pelos segmentos juvenis, desde 1990, contribuíram para que estes deixassem o seu “estado de coisas” e passassem a serem considerados como verdadeiros “problemas políticos” (RUA, 1998). Desde então, os jovens foram identificados como atores sociais emergentes e como protagonistas do desenvolvimento (BRASIL, 2006). Dentre os problemas evidenciados situam-se maiores demandas por políticas públicas específicas, dada a considerável situação de risco e vulnerabilidade social

vivenciada pelos jovens. Além disso, destaca-se a necessidade de enfrentamento da violência e do agravamento das taxas de desemprego juvenil, dentre outros fatores.

As situações de risco e vulnerabilidade social se relacionam, neste trabalho, com as concepções de segurança social afeitas à proteção social. A primeira, a situação de risco, “provoca padecimentos, perdas, como privações e danos, como ofensas à integridade e à dignidade pessoal e familiar”. Já a vulnerabilidade social é representada pela carência de direitos, pela fragilidade e precariedade das condições de vida, pelo tensionamento de vínculos estabelecidos e pela “incapacidade em operar potencialidade”. A proteção social, nesse sentido, perpassaria pela necessidade de se prevenir algo ou o agravamento de uma dada situação. Sendo assim, pressupõe “a redução de fragilidades aos riscos que podem ser permanentes ou temporários, e que passam a fazer parte do exame da questão do enfrentamento de riscos sociais” (SPOSATI, 2009, p.29-33).

Apesar dos argumentos de que o Estado não seria o principal responsável pela elaboração e execução de ações políticas e públicas capazes de contribuir para a melhoria da condição de vida e promoção do bem estar das pessoas³⁶, parte-se do pressuposto de que essa instituição social, mesmo tencionando relações, produzindo conflitos e a manutenção de privilégios políticos e sociais para certas classes, pode intervir frente aos problemas políticos relacionados cotidianamente com a vida de seus cidadãos.

Para Rúa (1998), as políticas públicas enquanto decisões e ações políticas são aquelas destinadas a resolver problemas políticos e/ou conflitos sociais interpostos na sociedade. São elaboradas e formuladas a partir das pressões populares e das demandas de grupos diversos, e isso provoca politicamente o Estado para a criação de estratégias de intervenção frente a tais realidades, necessidades e problemas.

No entanto, sabe-se que o Estado pode representar tanto a instância cuja autoridade e legitimidade favorecem a articulação, interlocução e unificação entre os cidadãos, nações e países, como também podem expressar um poder instituído o qual legitima “as relações dominantes de uma sociedade” (ABAD, 2003, p.19). Assim, se para uns o Estado deve ir ao encontro dos interesses existentes, ele deve primar pela representatividade e garantia dos direitos das pessoas, além de se impor, de uma forma não violenta, frente aos contextos que violem a integridade humana (ARENDETT, 2004).

36 Apesar destes termos e assertivas serem complexas e muitas vezes subjetivas, considera-se para o momento que tanto a melhoria da qualidade de vida e a promoção do bem estar estão relacionadas à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Não se apresenta aqui nem a defesa pelo luxo, nem pela acumulação de riquezas, muito menos pela concepção de mínimos sociais. Ousa-se referir às condições dignas de sobrevivência humana que se respaldam na idéia de que nenhum direito é por si só absoluto. Portanto, todos são imprescindíveis.

As Políticas Públicas são percebidas como “instrumentos privilegiados de dominação” e como ações carregadas de “ideologias da mudança social”, comumente difundidas como sempre positivas, em certos discursos hegemônicos (ABAD, 2003, p.14). Muitas vezes, em observância a tais questões, tendem a ser focalizadas, seletivas e mantenedoras de situações vulneráveis, dada a sua incapacidade, e/ou não objetivo de sustentar certos interesses, e ainda de produzir impactos reais e positivos nas vidas dos atendidos.

Como enfatiza Saravia (2006), as políticas públicas atuam como possibilidade de proteção social frente aos desequilíbrios sociais provocados pelas relações de dominação e/ou desigualdades sociais que privam os indivíduos das condições propícias para a promoção do seu bem – estar. Para autores como Abad (2003, p.14), as políticas públicas refletem as ações do Estado, a serem ou não concretizadas, sob o incentivo de recursos financeiros, humanos e físicos a serem dispensados, frente as mais diversas realidades e problemas sociais.

Segmentos, órgãos e instituições internacionais também pressionam e viabilizam recursos para financiamentos diversos. Forçam e/ou convencem os governos nacionais a aderirem a determinados acordos ou a desenvolverem determinadas ações emergenciais, no intuito de resolverem, ou mesmo minimizarem, certas mazelas sociais. As políticas sociais, por sua vez, apesar de instigarem diversas possibilidades de compreensão, são consideradas políticas públicas com fins específicos.

Marshall (1967, p. 7) costumou referenciá-la como a ação política desenvolvida por governos ao disponibilizar serviços públicos, serviços sociais ou renda causadora de “um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos”. Para outros autores como Mauriel (2006, p.62) tratam-se as políticas sociais de uma “invenção moderna” imbuída de duas funções precípuas: proteger a sociedade dos riscos provocados pela economia e promover a justiça distributiva a partir da organização das relações sociais. Assim, relaciona-se com o surgimento das políticas sociais intimamente relacionadas com a histórica necessidade de enfrentamento da Questão Social.

Por sua vez, a questão social é eminente às contradições existentes desde meados do século XIX. Assinala os efeitos, conseqüências e mazelas provocadas pelo acúmulo de riquezas, desigualdades sociais e demais problemas socioeconômicos emergentes à sociedade industrial (CASTEL, 2000). Nessa direção, não seria errôneo entendê-la como expressão de “fraturas e rupturas sociais”, ou mesmo como representação da “erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal” (BÓGUS, 2000, p.7). Certamente, produz desequilíbrios sociais que, se

não enfrentados numa perspectiva estrutural, podem ser agravados pelos ditames neoliberais e da globalização.

As políticas Sociais, nesse contexto, são vistas como desdobramentos e podem se constituir em estratégias de enfrentamento “às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 57). Frente a essa perspectiva analítica, percebe-se que o Estado capitalista, já no final do século XIX, passou a planejar e a formular políticas sociais sistematicamente, e em observância à correlação de forças existentes em sua própria esfera de ação. Agrega-se ainda, às graves expressões da questão social, a existência de pressões da classe trabalhadora pelo acesso e ampliação de direitos.

A intensificação de desigualdades sociais permite que grande parte da população, sem proteção social e segregada, sobreviva sob condições subumanas, quando não, em precárias condições de vida. A pressão pela garantia de direitos torna-se, com isso, um instrumento importante para a busca da superação das situações de risco e vulnerabilidade social. Se na contemporaneidade é necessário revigorar o sentido político dos direitos sociais (TELLES, 1994, p.35.38), que é um dos “dilemas mais cruciais do mundo”, também é imprescindível reestabelecer o bem estar e “as proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho” (CASTEL, 2000, p.35).

Sinaliza esse autor, dentre outros como Bógus (2000) e Keil (2004), que os jovens foram, e ainda são, as principais vítimas de segregações e consequências injustas desse sistema. Além de serem constantemente pressionados a fazerem a transição para a vida adulta, a partir da sua inserção no mercado de trabalho e do assumir de certas responsabilidades familiares, o “déficit de integração” destes sujeitos no mercado de trabalho, a precarização destas relações e a existência de jovens com pouca escolaridade, inseridos em contextos vulneráveis, agravam ainda mais essas realidades e a condição de vida desse segmento populacional.

A fragilidade dos sistemas efetivos de proteção social interpela que o trabalho, diante dessa situação, acaba sendo um dos principais responsáveis por integrar os jovens de camadas populares, particularmente, à organização estrutural das sociedades. No entanto, a inserção no mercado de trabalho adquire formatações mais complexas na sociedade capitalista, uma vez que “perde o sentido como parte do processo educativo para se tornar uma estratégia de sobrevivência das famílias pobres”, e numa “grave questão social” (RODRIGUES e LIMA, 2007, p. 59).

Tal situação evidencia duas realidades interrelacionadas: de um lado, têm-se as

precárias condições de vida presentes em cotidianos juvenis, que interferem diretamente nos modos de ser jovem, no seu bem-estar, na sua visibilidade e reconhecimento social. De outro, evidencia-se, segundo Keil (2004, p.23), a segregação de jovens pertencentes às famílias pobres e vulneráveis, “à margem legal da sociedade burguesa”, justamente por representar um segmento que ameaça a ordem social.

A existência e agravamento dessas situações, bem como a persistência histórica do desemprego juvenil, e/ou sua inserção precária no mercado de trabalho, acabou justificando a implementação de políticas públicas para os jovens ditos vulneráveis, legitimadas por ideias neoliberais como a da restrição e a seletividade. Outras características também podem ser acrescentadas a tais políticas, como a de “setoriais ou por categorias de população (...) já que as categorias destinatárias se definem a partir de um nível de necessidade, pobreza ou risco” (SANTOS^a, 2007; ABAD, 2003). Substancialmente, a iminência de graves problemas políticos, como estes, impulsionaram o Estado, a partir do século XIX, a expandir a oferta de políticas sociais com vistas a tornar menos conflituosas as relações sociais existentes.

Desde meados do século XIX existe uma maior pressão pela ampliação de direitos, mesmo frente ao predomínio do liberalismo, e isso, de fato, favoreceu o surgimento e expansão de políticas sociais de forma gradual e diferenciada entre os países. Sob as lógicas do capital, o Estado aumenta o investimento dessas políticas, “num novo contexto socioeconômico e de luta de classes” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.63). Apesar das iniciativas fomentadas possuírem “um caráter mais social”, não se pode dizer que toda política social promove de fato o bem estar e a emancipação dos cidadãos.

Em contextos neoliberais, como dito, as expressões da questão social tendem a ser enfrentadas de forma paliativa. Sobre tais argumentos discorre Pereira^a (2008, p.104), ao analisar algumas postulações clássicas de pensadores como K. Marx e F. Engels, que a política social, mesmo vinculada e desenvolvida em um Estado ativo, tende a manter disparidades e a não promover a emancipação dos desiguais.

Essas iniciativas, pelo contrário, “funcionam como um meio para manter a desigualdade e perpetuar a dominação do Estado como um instrumento manejável pelos grupos no poder”. Essa assertiva reforça outras análises, como a de Lessa (2007, p.46-49), para o qual o Estado capitalista pode até favorecer a emancipação política dos cidadãos, porque esta também se relaciona com a produção de riquezas, contudo, sob esses princípios, ele não pode promover a emancipação humana porque isso requer a extinção do sistema econômico vigente. Assim, seria totalmente contraditório falar em cidadania plena tendo o capitalismo como referência.

A redução da intervenção do Estado, principalmente quando se analisa a influência dos preceitos liberais e neoliberais no rol de suas ações políticas, é reconhecida como dúbia, pois tanto pode atender demandas e necessidades “da esfera do trabalho” como da “esfera do capital” (PEREIRA^a, 2008, p.100). Nesse cenário, as políticas sociais não são efetivas e eficazes quanto à redução das históricas desigualdades sociais, até porque o enfrentamento de fato dessas situações não se insere entre os principais objetivos do sistema capitalista que por si só é perverso e desumano.

A manutenção desse sistema vigente, bem como das hierarquias, relações de poder e do *status quo*, “não devem ser totalmente satisfeitas, pois sua manutenção é um instrumento eficaz de controle do crescimento populacional e do conseqüente controle da miséria” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 62). Entretanto, mesmo diante de tais empecilhos, alguns teóricos acreditam que as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos, de suas famílias e da sociedade como um todo. Pode incitar o controle social, a responsabilização dos governos pelas ações realizadas e, além disso, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

No rol das discussões sobre as políticas públicas situa-se o debate específico sobre determinadas políticas públicas. Para o momento, considera-se oportuna a compressão sobre o processo de políticas públicas intituladas como sendo “de juventude(s)” na América Latina e particularmente no Brasil. Esse estudo permite uma melhor apreensão acerca dessas iniciativas e de projetos específicos, como o do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, criado no Brasil na década de 1990, particularmente no contexto das influências neoliberais.

3.2 - As políticas públicas “de juventude(s)” e a construção dos jovens como sujeitos de direitos

Carvalho (2004), ao discorrer sobre o longo caminho de construção da cidadania no Brasil, o distingue de outros existentes no mundo. Enquanto em países da Europa houve certa mobilização popular pelo reconhecimento de direitos civis, políticos e posteriormente dos sociais, no Brasil, e também em alguns países da América Latina, os laços de exploração, colonização e de concentração de renda segregou os cidadãos merecedores de maior atenção política por parte do Estado. A condição de vida da população pobre se agravou ao longo dos tempos, evidenciando a execução, estatal e da sociedade civil, de ações ora de repressão ora assistencialistas para esse segmento.

Nesse contexto, várias Políticas Públicas e Políticas Sociais direcionadas a segmentos específicos como crianças, adolescentes, idosos foram elaboradas e executadas no Brasil ao longo de sua trajetória política (MENDES e COSTA, 1994; PEREIRAa, 2008; ABAD, 2003). Em sua maioria, prevaleceu o caráter emergencial; restritivo, focalizado; relacionado com alguma demanda econômica ou às pressões de determinados segmentos, como os dos trabalhadores e jovens. Especificamente sobre as ações direcionadas aos jovens, sabe-se que estas são recentes quanto a sua inclusão na agenda política de vários países da América Latina como o Brasil.

A inclusão de certas demandas dos jovens brasileiros, como as relacionadas à educação, trabalho e melhoria da condição de vida, por exemplo, só foram inseridas na agenda política desse país de forma emergencial, reforçando, com isso, as principais características das políticas sociais neoliberais analisadas anteriormente. Se não bastasse, esse público passou a ser percebido, desde o século XX, como o “mais atingido pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica existente (BRASIL, 2006, p. 5).

Ao situar, dentre as políticas existentes, aquelas direcionadas aos segmentos juvenis, vê-se que cada período sócio-histórico do Brasil revela os traços e as ideologias presentes nesse processo. Em períodos de enfrentamento, principalmente pelos órgãos do Estado, de atos identificados e rotulados como de “delinqüência juvenil”, criaram-se Códigos no intuito de coibir a ação destes sujeitos; de reeducá-los, para uma posterior reinserção na sociedade, de forma a manter a harmonia e a ordem social vigente. Os atos de delinqüência eram atrelados às questões morais e aos vícios decorrentes das precárias condições de vida dos indivíduos. Logo, os adolescentes e jovens pobres eram vistos como um perigo e ameaça em potencial.

O primeiro Código Criminal de 1830, o Código Penal de 1890 e o Código de Menores de 1927 representam bem esses discursos e ideologias vigentes. O primeiro, por exemplo, criminalizava a mendicância e já previa possibilidade de punição para os menores de 14 anos de idade. O segundo Código, por sua vez, previu a redução da inimputabilidade penal dos ditos “menores” de 14 para 09 anos. O terceiro, sob uma perspectiva moralizadora, e que acenava para as complexidades decorrentes da situação de pobreza e miserabilidade, também reviu a punição de 09 para 14, prevendo a liberdade vigiada, daquela idade até os 16 anos. Considerava-se o ato praticado com discernimento, e este era averiguado pelo juiz que decidia se o indivíduo o praticara com ou sem outras motivações.

Esse cenário revela, para os dias atuais, questões pontuais em torno de discussões

como a da suposta necessidade de redução da idade penal dos adolescentes, de 18 para 16 anos. Certamente, e os estudos demonstram isso, a sociedade brasileira não deixou de ser mais violenta somente por conta desses critérios criados ao longo dos tempos. Ao contrário, isso revela como é preciso avançar acerca das garantias e melhoria da qualidade de vida desses indivíduos, dos entendimentos sobre segurança pública e proteção social, como estratégias de prevenção para a possível prática de atos ilícitos e/ou violentos.

Substancialmente, o termo “menor” indica, nas concepções romanas do direito, atenuante para a aplicação de penas destinadas às pessoas adultas. Entretanto, ele foi utilizado ao longo da história do Brasil, de forma pejorativa e preconceituosa, para se referir aqueles indivíduos hoje vistos como crianças e adolescentes muitas vezes ociosos; que pertenciam às famílias vistas como “desestruturadas”; com condições socioeconômicas precárias; negros; com hábitos e costumes de vida não idealizados pela elite brasileira, dentre outras caracterizações estigmatizantes. Nesse contexto, os menores passaram a ser vistos de forma preconceituosa e como verdadeiro problema social.

Posteriormente destaca-se a criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, em 1942 no Brasil. Trata-se de uma ação do Estado destinada a incentivar adolescentes e jovens ao trabalho e ao cumprimento de atividades socioeducativas, mas com forte caráter punitivo e repressivo. Para Oliveira e Assis (1999), o SAM foi criado com a finalidade de substituir instituições vigentes e de assistir os desvalidos e infratores.

Em outras áreas temáticas, como da educação, percebe-se que o ensino oferecido aos segmentos infante juvenis pobres também pode ser considerado como dual e discriminatório. De acordo com Sales (2008), ao se referir aos comentários de Cordão e Cury (2006)³⁷, a educação profissional foi direcionada “à população desfavorecida, tais como escravos, operários, pobres, órfãos e desvalidos da sorte, em geral, visando ao preparo para o trabalho manual”; e o ensino superior, por sua vez, era destinado ao mais favorecidos, visto que ao possibilitava “a continuidade dos estudos (...) e, conseqüentemente, a manutenção de suas posições sócio-econômicas privilegiadas”. Essa dualidade pode ser evidenciada desde a década de 1940, época em que as práticas assistencialistas e ligadas à educação começavam a se emergir no cenário político brasileiro.

A década de 1950, segundo Bango (2003, 41), assinala uma incorporação quantitativa, mas ainda não qualitativa, de crianças, adolescentes e jovens no ensino primário e médio. Esse período também foi oportuno para a inserção juvenil “nos processos de

37 CORDÃO, Francisco Aparecido; CURY, Carlos R. Jamil. **Educação Profissional: cidadania e Trabalho.** Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 32, nº 1, p. 46 a 55, jan./abr. 2006.

modernização por meio das políticas educativas”. Sobretudo, argumenta o autor que essas iniciativas, apesar de importantes, não podem ser consideradas efetivamente como políticas públicas de juventude, justamente por conta de seus objetivos diversos e finalidades institucionais.

Nesse processo de incorporação quantitativa dos segmentos infanto juvenis percebeu-se que o aumento da escolaridade passou a representar, mediante discursos vigentes, maior possibilidade de se obter um melhor emprego e melhores rendimentos. Enfatiza Bango (2003, p.45) que, “numa sociedade que assume o conhecimento como definidor quanto as possibilidade de crescimento econômico, a tarefa de formação dos recursos humanos passou a ser prioritária”, e a terem destaque na agenda política.

A educação também começou a ser vista como instrumento para a promoção do desenvolvimento do país. No entanto, os adolescentes e jovens pobres foram incentivados, desde muito cedo, a se inserirem no mercado de trabalho de forma a ocupar seu tempo livre, e de colaborar com a superação da situação precária por sua unidade familiar. Ao longo da história do Brasil não era preciso que o adolescente e o jovem pobre estudasse muito, a ponto de completar o ensino superior. O ensino profissionalizante preencheria bem as lacunas existentes, seja de escolarização ou de formação profissional, e ainda resolveria problemas emergenciais como o da falta de renda/recursos financeiros para o provimento de necessidades.

Os problemas vivenciados pela unidade familiar³⁸, juntamente com a ausência de proteção social, comumente incentivam seus membros a se inserirem precocemente no mercado de trabalho e a não estudar. Em casos mais exitosos, e que exigem maior esforço por parte dos adolescentes e jovens, eles conseguem conciliar a necessidade ou o desejo de se manterem no emprego e o de aumentarem a sua escolaridade. Como enfatiza Santos^a (2007, p. 96), “as adversidades na unidade familiar têm influenciado a exigência de uma agenda pública mais abrangente para a juventude”.

Há uma recorrente e perversa interação histórica entre a educação, o aumento da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho. Na maioria das vezes atribui-se ao indivíduo, a maior responsabilidade pelos seus êxitos e fracassos. Assim, acredita-se que as oportunidades decorrem do mérito e do esforço pessoal desses sujeitos mediante seu empenho e interesse particular de melhorar sua qualidade de vida.

As políticas públicas, enquanto respostas governamentais, podem ser estratégias

38 Somente na contemporaneidade é que a política de Assistência Social reconhece a família como sendo matriz, e como núcleo também responsável pela proteção social de seus membros (C.F.,1988; PNAS, 2004).

de ação para a construção de capital humano e social, e ainda para a ampliação das oportunidades sociais a serem destinadas a todos os indivíduos. São importantes frente à construção de sistemas e aparatos de proteção social; e para a disponibilização de bens, direitos e serviços públicos. Como reforça Santos (2007, p. 97) essas condições referentes à proteção social, principalmente para as famílias, são fundamentais para a superação de vulnerabilidades.

Ainda no que diz respeito à interação entre educação, aumento de escolaridade e inserção no mercado de trabalho, vislumbra-se a fragilidades das políticas públicas historicamente construídas no Brasil. Santos (2007, p. 98), a esse respeito, discorre sobre os dilemas, dualidades e desafios apresentados às políticas sociais brasileiras, fomentadas desde a década de 1940, em torno da educação e do trabalho. Para essa autora, frente a tantas segregações, as políticas públicas, como as sociais, “devem contribuir para que seus beneficiários sejam capazes de suplantar seus limites de idade, cor, gênero, etnia, deficiência física ou mental, enfim qualquer tipo de preconceito ou discriminação”.

Esses desafios também foram apresentados às políticas sociais executadas entre as décadas de 1960 e 1970, não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, por ainda reforçarem práticas de segregação e repressão para com certos jovens. Exemplo disso é a criação em 1964, de aparatos autoritários e repressivos como a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM e a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM. Apesar de se constituírem em políticas e estratégias de promoção do Bem Estar dos Menores, herdaram a mesma estrutura rígida e autoritária do SAM (1942), e as mesmas representações enquanto “depósito” de criminosos (COSTA, 1994).

Já o Código de Menores de 1979 alterou a representação do adolescente jovem que até então era visto como risco em potencial. Passou a considerá-lo como aquele em situação irregular, geralmente ocasionada por conta do abandono, da pobreza, necessidades e carências existentes. Afirma Bango (2003, p. 42) que tais políticas revelaram a preocupação do Poder Público em promover o controle sob os comportamentos tipificados como adversos ao contexto político vigente e também sob qualquer forma de mobilização juvenil.

Os anos de 1980 são representativos, tanto para o Brasil como para a América Latina, por revelar a dificuldade de se formular políticas públicas para distribuir de renda aos mais pobres. Nos últimos anos dessa década, as ações de enfrentamento às expressões da questão social foram mínimas e mantiveram seu caráter “compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira, subsumida à crise econômica, apesar do agravamento das expressões da questão social” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.144).

No rol das iniciativas e ações que contribuíram no processo de superação de visões emergenciais e preconceituosas sobre determinados segmentos sociais destaca-se a promulgação da Constituição Federal de 1988³⁹, por reconhecer legalmente as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos a terem direitos e não mais como os ditos “menores”. Esse reconhecimento foi de fato significativo para a construção e posterior aprovação de um documento específico, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Essa conquista foi fruto de vontade política, pressão internacional e particularmente da participação de movimentos sociais, como o Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR.

Sobre o hiato existente entre a previsão legal e o acesso real de direitos deve-se considerar questões atinentes à exigibilidade. Esclarece Telles (1994, p.36) dizendo que mesmo com a previsão legal de direitos sociais em cartas constitucionais, como a brasileira de 1988, ainda existe “uma brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões – e nesse caso, falar dos direitos sociais seria falar de sua impotência em alterar a ordem do mundo”. Isso porque apesar de sua previsibilidade e formalização, o acesso aos direitos também depende da capacidade dos indivíduos em reivindicá-los.

Sobre as possibilidades de se assegurar os direitos sociais evidenciam-se os séculos XIX e XX pela introdução de sistemas de proteção social, sejam eles de atendimento à classe trabalhadora como aqueles cujas dimensões propostas eram universais. A lógica da proteção social consiste, segundo Viana e Leucovitz (2005, p. 17), numa ação coletiva cujos objetivos são de “proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou de assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência”. As situações de risco e vulnerabilidade social, por exemplo, situam-se entre essas necessidades socialmente produzidas.

No rol das discussões sobre os sistemas de proteção social consubstanciam-se os entendimentos sobre as políticas sociais enquanto respostas políticas para os problemas e desigualdades sociais geradas. Segundo Castel (2000, p.27), as políticas sociais tendem a ser pensadas “como estratégias limitadas no tempo, a fim de ajudar a passar o mau momento da crise, esperando a retomada de regulações melhor adaptadas ao novo cenário econômico”.

39 Somente no dia 13 de julho de 2000, por meio da Emenda de nº 65, é que o termo “jovem” foi inserido no texto Constitucional. Com a mudança, o capítulo VII desse documento passou a se chamar “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”. Em termos de garantias e avanços, o artigo 227 da C.F de 1988 compreende que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade (...), entre outros”.

Com isso, elas adquirem certas finalidades e almejam objetivos específicos como os outrora apontados.

Mauriel (2006, p.48), sob essa ótica, analisa as políticas sociais como “instrumentos para ajudar na construção de habilidades que tornarão os indivíduos “inseríveis” no padrão de sociabilidade contemporânea (uma sociedade de troca, de mercado, com dimensões globalizantes)”. Os jovens, por sua vez, com precárias condições de vida, desempregados, sem acesso aos sistemas de proteção social e com pouca escolaridade se tornam vítimas preferenciais de um sistema excludente. Atentar-se para a sua formação, inserção no mercado de trabalho, socialização e desenvolvimento torna-se, nesse contexto, uma verdadeira estratégia política.

Os subsídios neoliberais para a década de 1990 se legitimam mediante essas questões. As propostas de reforma, presentes nesta década, que deveriam legitimar os princípios da Social-Democracia, na construção de um sistema de proteção social efetivo e na justiça social, começam a ser diluídos em discursos, ações e interesses adversos aos preceitos da Constituição Federal de 1988. Contraditoriamente, a temática da juventude foi inserida substancialmente na agenda política do país a partir dessa década.

O aumento da população juvenil e dos problemas a ela atinentes também foram substanciais nesse processo de incorporação. Para tanto, valeram-se determinadas concepções dos jovens como um problema sociais. Como elucidada Bango (2003, p. 44),

no marco das definições de prioridades, os setores juvenis considerados como sendo os beneficiários das políticas foram os setores excluídos socialmente, que apresentaram condutas delinquentes, sendo um fator de insegurança cidadã. A aplicação desse enfoque contribuiu enormemente no estigma da condição juvenil questão esta ainda hoje muito fortemente enraizada no imaginário social.

As políticas sociais delimitaram um foco para suas ações: atender os jovens com demandas socioeconômicas latentes. Encaixavam-se entre esse público, dentre outros, o/a jovem pobre; a jovem que engravidou precocemente; jovens fora do mercado de trabalho ou envolvidos com a criminalidade e violência urbana. Apesar de esse novo olhar, as políticas públicas não objetivavam assegurar direitos nem enfrentar as verdadeiras desigualdades sociais existentes (NOVAES, 2007, p. 141).

A década de 1990 é reconhecida como sendo importante, pois aponta o esforço de instituições, pesquisadores e movimentos juvenis no sentido de destacar os problemas sociais

existentes, agravados sob a lógica do capital, bem como “a singularidade da experiência social desta geração de jovens” (BRASIL, 2006, p.5). Segundo Bango (2003, p.44-45), as “novas” políticas de juventude se preocupavam um pouco mais com a inserção desses jovens, em situação de risco social, no mercado de trabalho, como estratégia de superação das situações de risco e vulnerabilidades.

Torna-se oportuna as reflexões de Behring e Boschetti (2007, p.147) quando dizem que os anos de 1990, até os dias atuais, são marcados pelas propostas de contra reforma estatal e “de obstacularização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram destruídas até mesmo aquelas condições políticas po meio da expansão do desemprego e da violência”. A contra reforma torna-se então, uma ameaça aos princípios e garantias constitucionais legitimadas e aprovadas. Ela potencializa os interesses existentes inclusive da não consolidação da recente democracia. Para tanto, retoma-se, ainda nesta década, ao uso do termo reforma, mas agora para, implicitamente, implementar políticas neoliberais particularmente de ajustes fiscais. Deste modo,

embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da idéia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica (BEHRING e BOSCHETTI,2007, p.149).

A proposta de “reforma”, dentro deste contexto neoliberal, além de compatível com as políticas econômicas, reforçava ideologias e não estava afeita à construção de espaços e arenas oportunas para “o debate e a negociação sobre a formulação de políticas públicas” (BEHRING e BOSCHETTI,2007, p.154). As ações que provocariam impactos reais no país e na vida das pessoas, em sua maioria, foram institucionalizadas de forma tecnocrática e por meio de regulamentos, decretos e medidas provisórias. Ilusórias promessas de melhorias continuavam sendo difundidas, mesmo após a institucionalização do Plano Real em 1994, do aumento do desemprego e da pobreza, segundo as autoras em questão.

O discurso dessa pretensa “reforma” passou a ser amplamente divulgado tanto pela mídia. Os governos vindouros, como o do Fernando Collor de Mello e o do Fernando Henrique Cardoso revelaram, de forma implícita, que essa nova “reforma”, diferente daquela inspirada pelos princípios da Constituição Cidadã de 1988, iria incentivar as privatizações.

Pela sua forte orientação para o mercado, se inseriu “num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980”. A década vindoura, para tanto, legitima a existência e implementação de políticas sociais focalizadas, seletivas e descentralizadas de execução e recursos, mas não quanto ao poder político (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.155).

As políticas sociais, sob esse viés, se propõem a inclusive erradicar a pobreza, mas não são favoráveis à garantia do acesso da população aos direitos previstos Constitucionalmente. Estes passam a depender da disponibilidade do Estado, por exemplo, financeira; da correlação de forças existentes entre os atores políticos que tendem a defender seus interesses e também da capacidade política dos segmentos sociais para provocarem, pressionarem e demandarem ações políticas importantes para o acesso aos direitos formalmente legitimados.

Como assinala as autoras em questão (2007, p. 159), “o conjunto de direitos duramente conquistados no texto Constitucional foram, de uma maneira geral, submetidos à lógica do ajuste fiscal, permanecendo – mais uma vez – uma forte defasagem entre direito e realidade” (SALAMA e VALIER⁴⁰, 1997, p.110, Apud, BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.159). Os indivíduos tendem a ser novamente “acionados” como principais responsáveis pela sua situação de vida. Aos pobres se institui situações de riscos e vulnerabilidades sociais a serem atendidas por meio de políticas sociais com tais características neoliberais. O resultado é paliativo, de “contenção” e de minimização dos problemas vivenciados.

É neste contexto de construção de políticas públicas focalizadas e seletivas que se elabora e formula programas e projetos para segmentos específicos, como os juvenis marginalizados. Tal ocorrência tem a ver com o fato dos jovens se constituírem, desde 1980, em um expressivo contingente populacional; por ter sido representativa a participação juvenil em processos de redemocratização e democratização ocorridos na América Latina no final desta mesma década, e, não menos importante, por ter adquirido visibilidade social, as demandas desse público. Menciona-se também o fato das Nações Unidas designar o ano de 1985, como o Ano Internacional da Juventude, dadas às questões outrora apresentadas (BANGO, 2003, p. 40).

Autores como Sposito e Carrano (2003), analisam as políticas públicas de juventude implementadas a partir de 1990 no Brasil e as situam numa classificação temporal:

40 SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

1) **pré 1995**; 2) **entre 1995-1998**; 3) **1999-2002** e 4) **sem informações**⁴¹. Antes de 1995, identificaram-se apenas três programas, a saber: 1) Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde); 2) Programa Especial de Treinamento (PET – Ministério da Educação)⁴² e 3) Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia). Entre 1995 a 1998 reconheceram-se o total de seis programas: 1) Jogos da Juventude, Esporte Solidário (Ministério dos Esportes e Turismo); 2) PRONERA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 3) PLANFOR (Ministério do Trabalho e Emprego), 4) Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária.

Entre o período de 1999 a 2002, um total de 18 programas foi criado evidenciando uma maior preocupação frente aos problemas e questões juvenis. Destacam-se, nesse rol de iniciativas, os programas: 1) Escola Jovem; 2) Financiamento Estudantil; 3) Programa Recomeço (Ministério da Educação); 4) Jovem Empreendedor (Ministério do Trabalho e Emprego); 5) Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano – Brasil Jovem; 6) Olimpíadas Colegiais; 7) Projeto Navegar; 8) Esporte na Escola (Ministério do Esporte e Turismo); 9) Serviço Civil Voluntário; 10) Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual; 11) Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; 12) Programa Paz nas Escolas (Ministério da Justiça); 13) Centros de Juventude – Brasil Jovem (Ministério da Previdência e Assistência Social); 14) Prêmio Jovem Cientista do Futuro (Ministério da Ciência e Tecnologia), 15) PIAPS; 16) Cenafofo (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), 17) Brasil em Ação (Ministério do Planejamento, orçamento e gestão) e 18) Projeto Alvorada (Presidência da República). Este período, segundo Sposito e Carrano (2003), explicitou uma “verdadeira explosão da temática dos adolescentes e jovens no plano Federal”, mesmo com a ainda escassa consistência conceitual.

Em todo esse período foram implementados um total de 33 programas. Grande parte destes não foi direcionada especificamente para os jovens, visto que muitos mesclaram, entre o seu público alvo, o atendimento às crianças, aos adolescentes (menores de 15 anos) e os adultos. Como reforçam Sposito e Carrano (2003, p. 11), o atendimento a esse público

41 Sposito e Carrano (2003, p.9-11) apontam a dificuldade de se identificar maiores informações sobre um total de seis programas, tais como: 1) PEC (Programa de apoio ao aluno estrangeiro – Ministério da Educação); 2) Reinserção social do adolescente em conflito com a lei (Ministério da Justiça); 3) Combate ao abuso e exploração sexual (Ministério do Esporte e Turismo); 4) Projeto Sentinela (Ministério da Previdência e Assistência Social) e 5) Projeto Rede Jovem (Comunidade Solidária). Por conta disso, e não se tratando do objeto desse estudo, não se dispensará, neste trabalho, maiores análises sobre estes programas.

42 De acordo com informações do Ministério da Educação, o Programa Especial de Treinamento - PET, foi desenvolvido pela CAPES, em 1979, e tem como principal objetivo, formar grupos tutoriais com alunos do Ensino Superior (graduação). Mais informações sobre o Programas consultar o site <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pet01.pdf>>.

diverso “permite intuir, também, a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude”.

Enquanto houve maior mobilização política e social em torno da juventude na América Latina, a partir da década de 1990, no Brasil, o processo de “institucionalização da juventude⁴³”, a partir da criação de órgãos, conselhos específicos de Juventude, além da realização de eventos nacionais para a discussão de tal questão só se deu, de fato, a partir de 2005, como explicita o quadro abaixo. Essas iniciativas, apresentadas no quadro 1, certamente deram o tom para as futuras ações a serem direcionadas a esse segmento populacional.

Quadro 1 – Descrição das principais ações realizadas institucionalmente em prol da(s) juventude(s) na América Latina.

PAÍS DE REFERÊNCIA	ANO	AÇÃO/POLÍTICA IMPLEMENTADA	PRINCIPAIS OBJETIVOS
Argentina	1987	Criação do Conselho Nacional de Juventude	Realizar o controle social sobre as Políticas Públicas de Juventudes.
Chile	1991	Criação do Conselho Nacional de Juventude	Sistematizar informações sobre as juventudes e realizar o controle social das Políticas Públicas de Juventudes.
Uruguai	1991	Criação do Conselho Nacional de juventude	Realizar o controle social sobre as Políticas Públicas de Juventudes.
Punta (Uruguai)	1994	VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude	Aprovar os Estatutos da Organização Ibero-Americana de Juventude.
Paraguai	1994	Criação do Fórum latino-americano de Juventude (FLAJ).	Criar espaços plurais para convergência de múltiplas expressões organizadas de juventude da América Latina.
		Criação do Conselho Nacional de Juventude	Realizar o controle social sobre as Políticas Públicas de Juventudes.
Buenos Aires (Argentina)	1996	VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude.	Reconhecer a Organização Ibero-Americana de Juventude como entidade associada à Organização dos Estados Iberoamericanos.
Bolívia	1997	Criação do Conselho Nacional de Juventude	Realizar o controle social sobre as Políticas Públicas de Juventudes.
Assunção (Paraguai)	2003	Criação do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul (FJP)	Constituir espaço plurais para discussão e integração das juventudes da América Latina.

43 A institucionalização da juventude é considerada a partir da criação de órgãos e entidades específicas, como conselhos e secretarias, no âmbito de cada Estado.

Brasil	2004	Criação do Grupo Interministerial da Juventude, pela Secretaria-Geral da Presidência da República com 19 Ministérios e Secretarias.	Discutir as condições de vida dos jovens brasileiros; sistematizar informações a esse respeito e promover a integração das ações para as juventudes.
	2005	Aprovação da Política Nacional de Juventude	Orientar, direcionar e potencializar as iniciativas públicas voltadas para os jovens entre 15 e 29 anos.
		Criação da Secretaria Nacional de Juventude	Integrar programas e ações do governo federal em prol das juventudes
		Criação do Conselho Nacional de Juventude	Fortalecer as políticas de juventude no Brasil e integrar programas e ações do Governo Federal na área das Juventudes.
Montevidéu (Uruguai)	2006	Criação da Unidade Temática Juventude/Mercocidades.	Contribuir para o desenvolvimento das políticas locais de juventude nas cidades do Mercosul.
Santiago do Chile	2008	Ano Ibero-Americano da Juventude.	Intensificar as relações de cooperação mútua para melhorar as condições de vida da juventude.
México	2010	Conferência Mundial de Juventude	Fortalecer os laços de cooperação entre os países, envolvidos com as políticas de juventude e identificar as prioridades de ação para esse segmento.

Fonte: Santos (2010); IBASE e PÓLIS (2010); Brasil/SNJ (s/d); Lourival (2006); Dick (2003); Groppo (2004); Savage (2009).

No que diz respeito à organização sistemática das Políticas Públicas de Juventude na América Latina, destaca-se o atraso brasileiro quanto a sua efetiva implementação. Isso porque, apesar de existirem ações políticas pontuais, com vistas a atender os jovens em situações de risco e vulnerabilidade social, foi com a criação e institucionalização de órgãos nacionais específicos para esse segmento que as políticas de juventude adquiriram maior visibilidade, não somente quanto à sua execução, mas também por conta de seus impactos.

Outro fator que colaborou nesse processo foi o fato de os jovens terem sido caracterizados como sujeitos de direitos a terem direitos após intensos debates e conquistas que tiveram as crianças e os adolescentes como prioridade absoluta do Estado. Apesar de esse importante documento considerar “parte da população definida como jovem”, a discussão mais ampla e extensiva em torno dos jovens só veio à tona, especificamente, nos últimos 15 anos (BANGO, 2003, p.54). Ganha visibilidade as questões relacionadas à educação e ao

trabalho, justamente por serem vistas como oportunas para a promoção do desenvolvimento juvenil.

Particularmente tem-se no Brasil, uma forte participação da sociedade civil e movimentos sociais no processo de luta, disputa e reivindicação por reconhecimento social e por melhores condições de vida. Nesse cenário, o entendimento é que as pressões sociais foram as principais responsáveis pelo “reconhecimento público dos sistemas de proteção social” (GALIZIA, 2006, p. 82). A inclusão de jovens marginalizados passa a ser feita por meio de políticas compensatórias e de inserção destes no mercado de trabalho.

Léon (2003, p.82), ao analisar algumas definições sobre as políticas públicas “de Juventude”, as considera como instrumentos o aumento das capacidades juvenis oportunas para a modificação de realidades sociais e para realização pessoal e social dos próprios jovens. Essas políticas influem nos processos de socialização dos envolvidos bem como se orientam a reparar situações de fragilidade, compensar, superar riscos e vulnerabilidades e promover o desenvolvimento.

Afirmam autores como Sposito (2003, p. 65-66) que as políticas, programas e projetos criados no final da década de 1990, como o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, reconheceram as principais expressões da questão social que afetavam os jovens brasileiros, tais como a violência e o desemprego. Esse Projeto especificamente, criado em 1999, é uma ação política implementada num contexto neoliberal, destinada a jovens entre 15 a 17 anos de idade; considerados como em situação de risco e vulnerabilidade social e que vivem em cidades com baixos índices de desenvolvimento humano. Também imbuídos pelos princípios da então “Comunidade Solidária”, objetivava, segundo documentos oficiais, promover ações individuais com vistas a alcançar o “bem-estar” coletivo desses jovens.

Nesse sentido, no rol de ações criadas a partir de programas sociais como o Brasil Jovem e de projetos como o Agente Jovem, tem-se

o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão provocam o aparecimento de um novo tipo de ação – os programas de inclusão – que constitui os jovens pobres como um dos seus focos, em uma crise da ação do Estado com o predomínio das políticas neoliberais (SPOSITO, 2003, p. 65-66)

Sistematicamente, dentre as principais iniciativas relacionadas às políticas públicas de educação e trabalho criadas para os jovens no Brasil, nos últimos anos, tem-se a

seguinte realidade apontada no quadro 2, apresentada abaixo:

Quadro 2 - Principais ações políticas relacionadas à educação e ao trabalho, implementadas no Brasil desde o ano de 2000.

AÇÃO POLÍTICA	ANO	PÚBLICO ALVO	PERFIL DOS ATENDIDOS	PRINCIPAIS OBJETIVOS	RECURSOS TRANSFERIDOS
Programa Brasil Alfabetizado	2003	Jovens	Mais de 15 anos de defasagem escolar	Fortalecer as políticas de educação para jovens e adultos e promover a alfabetização destes sujeitos.	-
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE	2003	jovens entre 16 e 24 anos	Desempregados; sem experiência empregatícia; com renda familiar per capita de até meio salário mínimo; e que cursam o Ensino Fundamental ou Médio.	Preparar, qualificar e inserir os jovens no mercado de trabalho a partir da expansão deste e das ocupações alternativas, geradoras de renda;	Subvenção econômica para o empregador que recebe durante 01 ano o valor de R\$ 250,00 por vaga criada para os jovens; Bolsa para os jovens atendidos
Consórcios Sociais da Juventude	2003	jovens	-	Viabilizar aos jovens a formação, capacitação profissional e a realização de serviços voluntários durante 4 meses.	Vale-transporte e uma bolsa-auxílio de R\$ 150,00 reais. Meta de inserção de no mínimo 30% dos jovens no mercado de trabalho;
Programa Escola Aberta	2004	Jovens e a comunidade	-	Democratizar os espaços das escolas públicas para práticas educativas, culturais e de lazer para jovens e a comunidade.	R\$ 150,00 para jovens oficineiros.
Programa Juventude Cidadã	2005	Jovens	-	Preparar, qualificar e inserir os jovens no mercado de trabalho a partir da expansão deste e das ocupações alternativas, geradoras de renda;	Bolsa de R\$ 120,00 para os jovens durante 6 meses de vigência do Programa. Posterior inserção juvenil no mercado de trabalho;
Programa Escola de Fábrica	2005	Jovens entre 16 a 24 anos	Renda familiar per capita de até meio salário mínimo;	Estimular o ingresso/permanência juvenil na educação básica regular; e envolver o setor produtivo na formação e inclusão de jovens no mercado de trabalho.	R\$ 150,00 como estímulo para a permanência dos jovens nos cursos oferecidos e realizados.

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja	2005	jovens e adultos de, no mínimo, 21 anos de idade	Ensino Fundamental completo.	Aumentar escolaridade juvenil com a expansão de cursos de educação profissional para aqueles que não tiveram acesso na idade regular, de forma a promover a inserção destes no mercado de trabalho.	Bolsa de R\$ 100,00 para os atendidos, durante 12 meses de permanência no programa;
--	------	--	------------------------------	---	---

Fonte: Informações sistematizadas em 2010, a partir dos dados disponibilizados por Brasil (2006); Padilha e Borges (2007).

As políticas públicas criadas a partir do ano 2000 também reforçaram o caráter e as ideologias presentes nas políticas fomentadas anteriormente. Não sendo diferente, foram ao encontro dos Projetos difundidos nacionalmente cujo foco na educação e no aumento do número de emprego eram percebidos como possibilidade real para promoção do desenvolvimento do país. Com isso, às lógicas da educação enquanto instrumento de desenvolvimento e do trabalho como fonte de riqueza e bem estar passaram a ser disseminadas no cenário brasileiro.

O público alvo passa a ser o jovem, de segmentos populares, com pouca escolaridade, sem qualificação profissional e desvinculado do mercado de trabalho. A estratégia então construída para o início do enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social passa a ser atender esses jovens em programas sociais, obrigando-os, enquanto condicionalidades, a se matricularem e a terem uma frequência mínima na escola pública. Os gestores públicos criaram essa estratégia, mas não se atentaram para os seus efeitos, principalmente porque, tornando-se a frequência escolar uma atividade mais burocrática do que de promoção dos jovens com o ambiente escolar, “a qualidade da instrução fornecida aos participantes dos programas não é vista como uma prioridade” (CASSAB, COSTA e SCHETTINO, 2006, p.155).

Se não bastasse, os programas relacionados à educação adquiriram um caráter meramente instrumental, pois se preocupavam mais em treinar o indivíduo para o desenvolvimento de certas habilidades profissionais. Neste sentido, enfatizam esses autores que,

As concepções de educação e capacitação para o trabalho que presidem estes programas estão impregnadas por uma lógica de formação para a subalternidade, sem romper com os lugares sociais que estão indicados para eles. É, porém, uma subalternidade modernizada de acordo com os ditames

da nova organização do trabalho, em razão da reestruturação produtiva. Outra situação procede do fato de que muitos jovens buscam esses programas após concluírem sua escolaridade. Suas condições materiais da pobreza nem sempre os impedem de freqüentar a escola, entretanto, esta não garantirá a superação do contexto de desigualdade social que vivenciam (CASSAB, COSTA e SCHETTINO, 2006, p.156).

A superação de desigualdades e o atendimento das diversas necessidades sociais são feitas de forma paliativa. Com isso, as políticas que se propunham a formar, capacitar, criar habilidades e inserir o jovem no mercado de trabalho, explicitam suas fragilidades uma vez que não conseguiram enfrentar problemas estruturais mais complexos. Padilha e Borges (2007, p. 45-46) consideram as políticas até então implementadas como pouco eficazes quanto aos seus principais resultados, embora possam ser consideradas como importantes no cenário de implementações de políticas públicas específicas de juventude no Brasil.

Frente aos insucessos relacionados ao aumento da escolaridade dos jovens e da ainda ineficaz formação, capacitação e inserção efetiva destes no mercado de trabalho, de forma a reduzir o desemprego juvenil, os programas de transferência de renda adquiriram considerável importância, como estratégia de resolução de certos conflitos e problemas sociais.

No Brasil, o Programa Comunidade Solidária acabou sendo um exemplo disso. Ao ser “concebido” como uma intervenção estatal no combate à pobreza deixou como legados alguns retrocessos, tais como o ideário de uma política social “focalista, emergencial e parcial, que se apresenta ideologicamente reconfigurada, inspirada em inovações do pensamento liberal, para o qual a população pobre tem que dar conta de seus próprios problemas” (MAURIEL, 2006, p. 66). As propostas vindouras que se propunham a enfrentar a pobreza por meio da distribuição de renda também adquiriram tais dimensões, como as que foram direcionadas para os segmentos juvenis pobres, em situações de risco e vulnerabilidade social. Assim, como reforça Bango (2003, p.44),

as propostas de transferência de renda aos indivíduos mais pobres passou a ser vista como estratégia para se combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população (...) em praticamente todos os casos, a maior parte dos beneficiários eram jovens e isso pôde ser corroborado especialmente por meio da avaliação dos programas de emprego e emergência.

No que diz respeito à avaliação de Políticas Públicas e Sociais, principalmente

quanto à sua eficácia, sabe-se que o seu sucesso, ou mesmo fracasso, depende de como foram formuladas e elaboradas. Esse processo inicial à fase da execução é imprescindível, por se ocupar da definição de um problema político; sinalizar as principais demandas e prioridades a serem atendidas; prevê os recursos físicos, humanos e financeiros a serem alocados; a construção de indicadores sociais para o monitoramento e avaliação, além da verificação *ex ante* de sua viabilidade política e social.

Complementa Bango (2003, p. 53) dizendo que esse sucesso depende também do “acúmulo de conhecimentos sistemáticos” existentes, particularmente porque orientarão as políticas públicas a serem implementadas que deverão, prioritariamente, criar condições para que o jovem exerça de fato a sua condição de cidadão, e não de mero beneficiário de políticas públicas. Diante do exposto, analisa-se, no próximo capítulo, o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

CAPÍTULO 4

O PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO EM QUESTÃO

Como enfatizado anteriormente, a década de 1990 expressa tanto uma explosão de problemas sociais vivenciados pelas juventudes, como também sinaliza o início de um intenso processo de elaboração de políticas públicas de transferência de renda para os jovens brasileiros. Nesse contexto é criado o Projeto Agente Jovem, em 1999, para aqueles em situação de risco e vulnerabilidade, demandatários de proteção social.

Ao considerar os argumentos de que tal iniciativa política era a única, até 2004, a ser direcionada para esse público (TCU, 2004), faz-se necessário compreendê-la melhor, analisar seus resultados e possível eficácia a fim de verificar como tem sido atendidas as demandas desse segmento juvenil. Para o momento, também se interpelam alguns desafios apresentados nesse processo de criação e execução.

Não obstante, análises externas a dos órgãos gestores, como as que se propõem verificar a condição de vida dos ex- beneficiários, se fazem necessárias, até porque, a única avaliação oficial de seus impactos, feita em 2007 pelo MDS/UFF, justificou sua reformulação em 2008, e a constituição de novas bases para a implementação de programas de proteção social, como o ProJovem Adolescente, direcionado para o mesmo público entre 15 a 17 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social.

4.1 – Aspectos institucionais do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

A ação política intitulada como “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano” se constitui em um projeto que, juntamente com a proposta dos Centros de Juventude, foi criado por meio do Programa Brasil Jovem⁴⁴, no segundo mandato do Governo

44 O Programa Brasil Jovem foi desenvolvido pelo Ministério da Assistência e Previdência Social, em 1999, com vistas a atender jovens entre 14 a 25 anos em “condições de vulnerabilidade social”. Ele se desdobra em duas ações que são a criação de Centros de Juventudes (enquanto pólos de disseminação de informações sobre Políticas Públicas e demais ações nas áreas de saúde, educação, cultura e capacitação profissional), e no Projeto Agente Jovem. Este programa esteve presente nos municípios com altos índices de risco social juvenil decorrentes da pobreza e baixa renda per capita familiar; DSTs e AIDS; violência e criminalidade; exploração sexual; gravidez na adolescência; desocupação juvenil, analfabetismo e baixo índice de escolaridade (SPOSITO e CARRANO, 2003, p.15-16).

do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Teve como público alvo, jovens entre 15 a 17 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, pertencentes às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O órgão operador e responsável pela transferência de renda (bolsa) passou a ser a Caixa Econômica Federal⁴⁵.

Dentre os jovens a serem beneficiados pelo Projeto situavam-se as jovens que engravidaram precocemente; aqueles fora da escola e do mercado de trabalho; com envolvimento em atos infracionais e/ou submetidos às medidas socioeducativas; que estavam sob o amparo de alguma medida protetiva prevista pelo artigo 101 do ECA. Ainda como público tinha os jovens atendidos por outros Programas ou projetos sociais como o Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Serviço de Enfrentamento ao abuso e exploração sexual infanto juvenil. Além disso, 10% do total de vagas existentes deveriam ser disponibilizadas para jovens portadores de algum tipo de deficiência.

Conforme sinaliza a Portaria MPAS/SEA de nº 87946, que legitimou a regulamentação do Projeto feita no dia 03 de dezembro de 2001, a sua execução seria feita nos municípios brasileiros e grande parte do seu custeio/financiamento ficaria sob a responsabilidade do Governo Federal. Este investiria cerca de R\$ 1.000/ano por jovem atendido nos pólos ou grupos; o equivalente a R\$ 65,00/mês por cada bolsa concedida por meio de transferência direta aos beneficiários; R\$ 200,00/mês para cada bolsa disponibilizada para o orientador social e ainda R\$3.100,00/ano para um total de 300h/a de capacitações e ações socioeducativas a serem direcionadas ao público em questão. Mesmo com essa previsão, os municípios também seriam responsáveis por tal execução, pela qualidade, monitoramento⁴⁷ das ações e, principalmente, quanto ao co-financiamento dos recursos físicos e de alimentação.

Enfatiza Sposito (2003) que, o Projeto Agente Jovem, apesar de ter sido iniciado por meio de parcerias estabelecidas entre a Secretaria de Especial de Assistência Social – SEAS com ONG's, estados e municípios, não dispôs inicialmente de dotação orçamentária para o seu processo de implementação e execução, justamente porque não fora previsto no Plano Plurianual – PPA, de 2000 a 2003, do Ministério da Previdência e Assistência. Talvez

45 Informações disponível no site <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/estadual/distribuicao_servico_cidadao/agente_jovem/index.Asp>, acesso no dia 07/02/2007 às 16h45min.

46 Para outras análises consultar <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/MPAS-SEAS/2001/879.htm>>.

47 O monitoramento previsto seria de realização de visitas, pelas três esferas do governo, aos grupos ou pólos de realização das atividades do Projeto e a realização de pesquisas, coletas de dados diversos que tanto apresentariam a realidade social dos jovens quando ingressantes, como também sinalizariam as melhorias e ou dificuldades obtidas ao longo do processo.

seja esse um dos fatores que permitiram que o projeto com enfoque na concessão de bolsas e realização de ações socioeducativas fosse executado só depois de 2001.

Ao consultar o PPA - 2000/2003 constataram-se algumas previsões foram feitas acerca do Programa Brasil Jovem e respectivamente do Projeto Agente Jovem. De acordo com o documento (BRASIL/MPAS, 2003, p.926), o Programa Brasil Jovem tinha dois indicadores básicos oportunos para o monitoramento e avaliação de suas ações. O primeiro refere-se ao “nº de jovens atendidos na faixa etária de 15 a 24 anos” e o segundo ao “nº total de jovens e adolescentes nesta faixa etária oriundos de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo”. Contudo, ao analisar tais indicadores, o MPAS constatou equívocos quanto à abrangência e concepção do Programa cujo atendimento direcionava-se para jovens entre 15 a 24 anos, mas que prestavam também o “atendimento à criança e ao adolescente em abrigo”, ou seja, pessoas de 0 a 18 anos.

Essa falta de clareza quanto ao público atendido revelava a dispersão das ações e seu direcionamento para as questões de fato emergenciais e sem planejamento. Outro fator anunciado era a falta de dados precisos e atualizados sobre “o nº de jovens de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo” imprescindíveis para maior conhecimento da população brasileira sob as mesmas condições. Apesar dessas fragilidades apontou-se o Programa como cumpridor de suas metas direcionadas à concessão de bolsas para o público atendido pelo Projeto Agente Jovem e para sua capacitação.

Por conta disso, o referido projeto se tornou a ação mais significativa e expressiva do Programa Brasil Jovem. Além da previsão e destaque para a relevância social das bolsas concedidas, aponta o Plano Plurianual do MPAS (2003, p.927) que,

O que se obteve como resultado pode nos subsidiar que, numa análise geral, o AGENTE JOVEM permitiu que uma quantidade de jovens moradores dos grandes centros do interior do Brasil tivesse acesso a uma capacitação específica que lhes permitiu interagir com suas comunidades, pensar num novo projeto de vida individual, alterar junto à comunidade o olhar que a mesma tinha sobre estes jovens, considerando-os como peça importante no processo de transformação pelo qual passa a sociedade.

A bolsa oferecida aos jovens por meio da transferência de renda direta foi vista como oportuna para atender necessidades pessoais e sociais, resgatar a auto-estima e contribuir para a obtenção de renda dos jovens, até a sua efetiva inserção no mercado de trabalho. Ao se constituir em uma ação política sob a influência dos discursos ideológicos de

enfrentamento da pobreza, presentes na década de 1990, que estimulou inclusive a criação do Programa “Comunidade Solidária”, em 1995, o Governo Federal se dispôs a conceder o valor de R\$ 65,00, por mês, aos jovens que obtivessem no mínimo, o equivalente a 75% de rendimento e frequência, seja nas atividades de ensino ou teórico-práticas desenvolvidas no e pelo projeto.

No que diz respeito aos critérios de elegibilidade para seleção dos municípios que executariam o projeto Agente Jovem encontram-se aqueles com “maior prevalência de problemas envolvendo essa faixa etária, e regiões metropolitanas priorizadas no Plano Nacional de Segurança Pública”. Seriam também considerados aqueles municípios cujos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH fossem consideravelmente baixos; enfrentavam alguma situação de emergência ambiental ou social (como enchentes e secas); habitados para oferecer algum serviço ou programas da Assistência Social e que tinham em seu território de abrangência, alguma comunidade ou população tradicional (como índios e quilombolas). Para tanto, o cadastramento dos jovens a serem atendidos só se deu a partir do ano de 2001, conforme orientações do Decreto de nº 3877, de 24 de julho⁴⁸ desse mesmo ano.

A composição da equipe responsável pela execução do Projeto, segundo a Portaria nº 879/2001, deveria ser composta por um gestor local, comumente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social; um orientador social para cada grupo, núcleo ou pólo cuja previsão inicial seria de 25 jovens; e de instrutores qualificados, bem como comprometidos no desenvolvimento das temáticas e capacitações junto aos jovens atendidos.

Para tanto, a previsão do atendimento dos jovens inscritos no Projeto seria de 12 meses com possibilidade de ampliação desse tempo para mais dois anos⁴⁹, caso o jovem ainda permanecesse em situações de risco e vulnerabilidade social. Contudo, o beneficiário seria automaticamente desligado quando completasse seus 18 anos.

Nesse período de atendimento deveria ser cumprida uma carga horária mínima de 300h/a, dividida por dois “núcleos complementares”: um chamado de básico (cujos trabalhos deveriam abarcar temáticas como: auto estima e protagonismo juvenil) e outro identificado enquanto núcleo específico (por aprofundar assuntos como “o jovem como agente de transformação” e “ações comunitárias na áreas de saúde, cidadania e meio ambiente”. O objetivo desse método de trabalho condizia com o desejo de fomento ao protagonismo

48 Para maiores informações consultar o site <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2001/3877.htm>>

49 Em estudos feitos por Dayrell (2007) o jovem de Belo Horizonte, caso houvesse necessidade, poderia ficar no projeto por três anos, até completar seus 18 anos.

juvenil. A dimensão do projeto considerada como prática, por sua vez, estaria em “consonância com a capacitação teórica” apreendida, e estimularia a participação dos jovens atendidos na comunidade e na sociedade como um todo.

Mesmo o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano sendo definido como um projeto há concepções dos próprios órgãos gestores que também o percebem como um serviço. Como apresenta dados da Matriz de Informação Social do MDS (2011)⁵⁰, o Agente Jovem corresponde a “um serviço de proteção básica de assistência social para adolescentes de 15 a 17 anos e compreende a conjugação da Bolsa e de ações socioeducativas”. Sobre o entendimento conceitual do que venha a ser um serviço, este pode ser considerado como “o processo que transforma as condições de existência de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos” (ZARIFIAN⁵¹, 2001, p. 69, Apud MUNIZ, 2005, p. 102).

Os serviços atuam sobre as condições de vida de quem produz ou se beneficia com o acesso aos mesmos. Aquele que tem acesso aos serviços é atendido em suas necessidades e expectativas. Assim, quando um serviço é produzido e oferecido, uma mudança é provocada, seja ela “na situação de uma pessoa ou de um “bem” (MUNIZ, 2005, p.102).

Como discutido anteriormente, programas, projetos e serviços podem ser constituídos em decorrência da construção de política públicas ou podem até mesmo influenciá-los nesse processo. Se estas ações políticas provocam equilíbrios e/ou desequilíbrios numa dada situação ou realidade (SARAVIA, 2006), e se elas são fomentadas e construídas numa arena política permeada por interesses, relações de poder e disputas, não é certeza que sempre compreenderão os sujeitos destinatários em sua totalidade (mesmo que isso seja o ideal e algo imprescindível), e se orientarão rigorosamente pelos princípios de equidade, justiça social e cidadania. Apesar de ser o esperado, corre-se o risco de certas políticas não conseguirem provocar impactos reais na vida dos segmentos atendidos.

Frente a essas problematizações, sinaliza Camacho (2004) que o Projeto Agente Jovem não seria uma política pública por perceber os jovens atendidos como “adolescentes”, como “problema”, em situações fragilizadas e complexas, como “ser incompleto e em formação”, e não como sujeitos de direitos de fato. Isso acaba sendo incoerente e inconsistente, porque apesar de suas fragilidades abarca processos legais, institucionais e que atendem mesmo sob o prisma da focalização, certas necessidades sociais. Destarte, as ações

50 Para maiores informações consultar o site <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/uti/link_dici/link_dici.php?somente_xml_dici_link=0&codigo_dici_link=p0026>.

51 ZARIFIAN, P. **Objetivo Competência por uma Nova Lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

criadas ao longo dos anos no Brasil vistas como preconceituosas e incoerentes, não deixaram de ser consideradas e definidas como políticas públicas.

Infere-se que o Projeto Agente Jovem, enquanto ação política vinculada a um programa social, não percebera as demandas e necessidades juvenis em sua totalidade e nem ao mesmo sinalizou as nuances de um segmento tão heterogêneo, díspares e complexos. De acordo com a Portaria MPAS/SEA de nº 87952, que legitima a sua regulamentação em 03 de dezembro de 2001, o Agente Jovem se propõe a contribuir no processo de formação daqueles dos promotores do desenvolvimento social e humano. Entretanto, sabendo do caráter difuso e mesmo ideológico desses termos, não se conseguiu obter maiores informações sobre quais as concepções e entendimentos dos gestores públicos a esse respeito. Nem se sabe por exemplo, porque, propositalmente, o termo social foi colocado antes do que se convencionou dizer desenvolvimento humano. Em suma, indaga-se a pretensão dos gestores públicos em relação à promoção do desenvolvimento almejado tendo jovens em situação de risco e vulnerabilidade social como principais protagonistas.

Os objetivos do Projeto podem elucidar tais questões, principalmente porque visavam:

criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil⁵³; preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada; desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho (BRASIL, PORTARIA MPAS/SEA de nº 879, de 03 de dezembro de 2001).

A superação das situações de risco e vulnerabilidade social, como as apontadas acima, também são mencionadas no Mapeamento das Ações Orçamentárias Integrantes da Proposta Orçamentária Brasileira para 2003, feito pelo Ministério do Planejamento,

52 Para outras análises consultar <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/MPAS-SEAS/2001/879.htm>>.

53 O protagonismo juvenil pode ser entendido como a participação construtiva de jovens e como seu envolvimento com as expressões da questão social e da juventude. Estimula-se a pensar o global e atuar efetivamente no local, seja em casa, na escola ou em sua comunidade. Por meio dessa ação, o jovem pode “contribuir no processo de luta pelos direitos humanos e no enfrentamento dos problemas que provocam impactos diretos sobre suas vidas” (RABELLO, s/d).

Orçamento e Gestão e também pela Secretaria de Orçamento Federal nesse mesmo ano⁵⁴. Neste documento, o projeto Agente Jovem, vinculado ao Programa Brasil Jovem, objetivou “resgatar jovens” nestas situações; promover a “sua reinserção no sistema educacional; sua iniciação no mercado de trabalho favorecendo a transformação social de sua comunidade”. Essa menção é mais ousada porque associa o capital cultural adquirido pelo jovem; a sua possível empregabilidade e protagonismo junto à comunidade como estratégias de fomento ao dito desenvolvimento.

Muito se espera dos jovens, enquanto protagonistas de mudanças e transformações sociais. Contudo, ressalta Ruas (1998, p.748), ao nos apresentar as considerações das Nações Unidas (1995) que,

Embora o jovem exiba potencial de mudança e de ação coletiva, nem sempre este se orienta nos sentidos socialmente desejáveis, como mostram as ocorrências de gangues, grupos neonazistas, conflitos entre torcidas esportivas etc., que são espaços coletivos construídos para a expressão da sua identidade [...] Assim, parece certo que o fato de ser jovem por si só não constitui uma base de identificação social que oriente a ação política: em geral, o jovem se mobiliza a partir das agregações estabelecidas por instituições pré-existentes. Portanto, na ausência de instituições novas e adequadas, capazes de mobilizar a ação solidária dos jovens, é bastante possível que eles continuem, na melhor das hipóteses a serem objetos de políticas, sem capacidade de influir sobre as mesmas. Ou seja, dificilmente serão agentes na construção do seu próprio destino (NAÇÕES UNIDAS, 1995, Apud RUAS, 1998, p. 748).

Na contemporaneidade, além da influência dos processos de globalização nos comportamentos sociais, são apontados alguns processos de desinstitucionalização que certamente influenciam, seja positiva ou negativamente, os modos de ser jovem, sua socialização e na sua condição de vida. De um lado, os efeitos produzidos se relacionam com a “crise na família tradicional”, a evidência de suas novas reconfigurações e arranjos que se diferenciam dos ditos valores burgueses de uma família nuclear. Por outro lado, destaca-se a escola e seus significados sociais. Esta não é mais vista como a única responsável pela ascensão, socialização e mobilidade social dos indivíduos.

Não obstante, o trabalho e a obtenção de um emprego passaram a fazer parte efetivamente do processo de transição para a vida adulta e das trajetórias juvenis com maior intensidade. Esta realidade, segundo Abad (2003, p.24) pressionam os jovens quanto a sua

54 Documento disponível no site <<http://sidornet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/cadacao2003/downloads/0070.pdf>>.

inserção no mercado de trabalho e frente a implementação de políticas sociais “que reconheça a especificidade e as dimensões da nova condição juvenil”.

À luz dos estudos realizados, subentende-se que, ao ser beneficiado pelo Projeto, e a partir de um processo de formação e capacitação teórico-prática, o jovem amplia seus conhecimentos e perspectivas e, de forma responsável, pode criar ações que provocarão certos impactos, quiçá positivos, em sua própria vida, na da sua família e na comunidade como um todo. Essas dimensões educativas, nesse sentido, vão além da inserção, reinserção e/ou permanência juvenil em estabelecimentos de ensino, vistas como prioridades pelo Agente Jovem.

De acordo com documento que o regulamenta, o Projeto Agente Jovem atendeu, inicialmente, artigos da Constituição Federal de 1988, como o 227, ao considerar como público alvo da Assistência Social, as crianças, os adolescentes e os jovens. O projeto observou os dispostos estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, regulamentada pela Lei de nº 8.741/1993 que prevê, dentre os objetivos da Assistência Social: “I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes” (2º Art. da LOAS, 1993).

Também legitimou os pressupostos do 3º artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei de nº 8.069 de 1990, que assegura nos termos da lei, que toda criança e adolescente são sujeitos de direitos, passíveis de proteção integral imprescindível para a promoção do seu “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. Não sendo indiferente, se propõe a consolidar o estabelecido pelas Leis de nº 7.853 de 1989; de nº 10.098 de 2000 e pelo Decreto de nº 3.298 de 1999 que dispõem sobre os direitos, acessibilidade e a necessidade de proteção social às pessoas portadoras de deficiências, como crianças e adolescentes.

Conforme delimita hierarquicamente a Portaria sobre o Projeto Agente Jovem, este se orienta pela Política Nacional de Assistência Social (2004); pela Norma Operacional Básica da Assistência Social (2005); e pelas recomendações previstas na Declaração de Lisboa, sobre Política de Juventude, aprovada na Conferência Mundial de Ministros da Juventude realizada em 1998. Esta última influência foi substancial e sinalizou como as questões internacionais perpassam e pressionam a constituição da agenda política de vários países do mundo⁵⁵.

55 Outras resoluções sob tais influências e que apontavam os jovens como sendo os mais fragilizados e como sendo aqueles que mais têm dificuldades de se integrarem social e profissionalmente podem ser melhor analisadas a partir de documentos disponíveis no site <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=>

De forma objetiva, essa Conferência Mundial de Ministros da Juventude, influenciada pelas discussões em torno dos problemas, vulnerabilidades e direitos dos jovens provocadas pela ONU desde 1985, trouxe o debate acerca da necessidade de políticas públicas para a juventude, particularmente nas áreas da educação, emprego e saúde. Como percebido, dentre os documentos e demais legislações que inspiraram a regulamentação do Projeto Agente Jovem em 2001, e sua criação desde 1999, somente houve menção da categoria juventude, ou dos jovens, na Declaração de Lisboa específica para esse segmento. Nos demais, apesar da proximidade etária, considerou-se somente o adolescente (entre 12 anos completos até 18 incompletos) como público alvo a ser atendido.

Tal indicação deixou à margem um considerável contingente populacional maior de 18 anos até então considerado como população adulta. Apesar disso, mesmo tendo essas referências e amparos legais, o Programa Brasil Jovem em sua amplitude, se propôs a atender jovens entre 14 a 24 anos de idade em situação de risco e vulnerabilidade social.

Os artigos da Portaria MPAS/SEA de nº 879, de 03 de dezembro de 2001 prevêm, de forma objetiva, normas e diretrizes para funcionamento do Projeto em questão. Estas foram mais bem detalhadas no anexo I do referido documento também explicitador da Emenda Constitucional de nº 20, de 15 de dezembro de 1998⁵⁶ responsável pela institucionalização do Projeto. Ao consultá-la, somente um dos seus incisos, o XXXIII, abarca questões próximas às pretendidas pelo Projeto ao proibir o “trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Os demais artigos, parágrafos e incisos tratam de questões esparsas relacionadas à previdência social, à aposentaria e assuntos diversos.

Ao presumir isso, recorre-se às justificativa e definições do Projeto Agente Jovem, previstas no anexo I, da Portaria mencionada acima:

trata-se de uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, que não configure trabalho, mas que possibilite, de fato, sua permanência no sistema educacional e proporcione experiências práticas que o preparem para futuras inserções no mundo do trabalho (BRASIL, PORTARIA MPAS/SEA de nº 879, de 03 de dezembro de 2001).

Análises mais críticas sobre o Projeto Agente Jovem permitem afirmar que as

CELEX:42000X1228:PT:HTML>.

56 Para maior análise consultar <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>

ideologias presentes no seu processo de implementação vão ao encontro de certos discursos e ações de vigilância social de crianças, adolescentes e jovens pobres, ociosos e desempregados desenvolvidas no Brasil desde 1942. Desde esse período, ocupar o tempo dos jovens, inseri-los em estabelecimentos de ensino e disponibilizar o ensino profissionalizante para os pertencentes às camadas populares se fez presente no rol das estratégias políticas desse país. Apesar das preocupações suscitadas pelo novo Projeto se atentarem mais ao fato de não obrigar o segmento infanto juvenil a realizar qualquer tipo de trabalho antes dos seus 14 anos, salvo na condição de aprendiz, considera-se o caráter de suas ações.

Para Dayrell (2007), a tendência hegemônica das políticas públicas brasileiras, direcionadas para os jovens, a partir da década de 1990, são “de natureza socioeducativa” e se propõem a “educar os jovens pobres”. No caso específico dos princípios do Projeto Agente Jovem destaca-se, sobretudo, a centralidade que suas ações deram à família, quando também se intentou propiciar a elas, atividades socioeducativas “objetivando fortalecer os vínculos familiares, bem como possibilitar sua inclusão na vida sócio comunitária”(BRASIL, PORTARIA MPAS/SEA de nº 879, de 03 de dezembro de 2001).

Essa certamente é uma marca estigmatizada das Políticas de Assistência Social, ainda vistas no Brasil como ações pontuais, fragmentadas e, sobretudo emergenciais a serem direcionadas somente para os pobres e miseráveis da sociedade e não como uma política de proteção, por sinal, legitimadora de direitos sociais. Decorrente disso apresenta-se as seguintes indagações:

porque as atividades dirigidas a jovens pobres tendem sempre a enfatizar a dimensão socioeducativa? Qual é a lógica que as informa? Quais seus impactos na vida dos jovens? Quais os possíveis significados da proposta de “protagonismo juvenil” presente na maioria delas? Quais os efeitos desta tendência sobre as representações que a sociedade elabora acerca da relação entre juventude e pobreza? (DAYRELL, 2007).

O protagonismo, enquanto princípio considerado pelo Projeto, se interrelaciona com as propostas de promoção do desenvolvimento social e humano idealizadas pelos gestores para os beneficiados. Como sinaliza o anexo I da Portaria do MPAS e SEAS de 2001, as ações realizadas pelo Agente Jovem buscaram estimar e ampliar “a participação ativa e efetiva do jovem na sociedade como protagonista no processo de desenvolvimento de seu meio e do exercício pleno de sua cidadania”. Além disso, reforça a importância da criação de espaços e oportunidades para os jovens atendidos no intuito de fomentar a mudança social de

contextos vulneráveis.

Sobre isso, aponta o Mapeamento das Ações Orçamentárias Integrantes da Proposta Orçamentária Brasileira (2003) que as propostas de capacitações realizadas no Projeto Agente Jovem prezavam pela “atuação social dos jovens”, no sentido de “reverter indicadores sociais, com a atuação dos jovens nas comunidades, inclusive nas questões relacionadas ao combate à violência e ao enfrentamento da pobreza”. Deste modo, torna-se imprescindível a realização de maiores análises em torno dessa ação política, implementada num período que não mensurou de fato as demandas juvenis; não conseguiu estimar ou sistematizar efetivamente dados e informações sobre a população em “risco e vulnerabilidade social”, não se atentando para requisitos importantes como o da elaboração de indicadores sociais e metas a serem alcançadas, antes mesmo de sua execução.

Diante do exposto, e de um cenário que interroga sobre a real importância de políticas públicas para segmentos com condições de vida fragilizadas, precárias e até desumanas, que cotidianamente enfrenta vários desafios, faz-se necessário analisar, até mesmo de forma comparativa, qual a real eficácia dos resultados obtidos pelo Projeto. A proposta é desafiadora e ao mesmo tempo densa, se considerarmos a dificuldade de acesso aos dados e informações fragmentadas, dispersas e ainda não sistematizadas a contento.

4.2 - Avaliações do Projeto Agente Jovem numa perspectiva comparada

Analisar uma avaliação de forma comparativa não é uma tarefa fácil, dada a inexistência de certas informações ou existência de informações diversas nem sempre compatíveis e/ou que variavam muito de acordo com os estudos, documentos e discursos proferidos e disseminados pelos órgãos gestores do Projeto. Revela-se aqui a dificuldade de acesso a determinadas informações, como aquelas atinentes às condições de vida dos atendidos antes e após o seu ingresso no Projeto. Estas certamente poderiam viabilizar outras análises quantitativas e qualitativas que de fato atendem aos critérios de efetividade e avaliação de impacto⁵⁷.

Ao realizar a presente análise comparativa sobre a eficácia do Projeto Agente Jovem, e os desafios apresentados a ele pelos jovens beneficiados, priorizou-se aquelas informações consideradas como oficiais (BRASIL/MDS/SAGI, 2011; BRASIL/MDS/UFF,

⁵⁷ Como mencionado, a falta desses dados não permitiu a realização de uma avaliação da efetividade do Projeto. Utilizou-se para tanto, dos critérios de análise da eficácia como procedimento teórico metodológico e, portanto, analítico.

2007; BRASIL^a, 2007; BRASIL^b, 2007; TCU, 2004); algumas realizadas por órgãos, entidades e demais instituições da Sociedade Civil (UNIMONTES, 2009; DAYRELL, 2007; a da Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, entre 2004 e 2005⁵⁸ e o da Fundação da Criança e da Família Cidadã, em 2005 e 2006⁵⁹).

A realização dessa avaliação política teve-se como fundamento, os apontamentos de Arretche (2007, p. 37-38), ao sinalizar as seguintes preocupações:

Normalmente, as equipes governamentais encarregadas da execução de uma política fazem “avaliações”. Estas consistem freqüentemente em relatórios de acompanhamento, nos quais se descrevem as ações desenvolvidas no curso de implementação do programa em questão. É muito difícil (embora obviamente não inteiramente impossível) que tais “avaliações” possam ser isentas. Isto é, há uma série de incentivos para que tais avaliações concluam pelo sucesso do programa ou, pelo menos, que tendam a minimizar seus elementos de fracasso. Estas razões vão desde a manutenção dos próprios empregos até o interesse das burocracias em aumentar suas margens de poder e de gasto. Por estas razões, é mais difícil que tais “avaliações” tenham em geral valor avaliativo, ainda que possam ser bons instrumentos de pesquisa para estudos de avaliação, mais particularmente avaliações de eficácia.

Análises independentes feitas por profissionais não inseridos no cenário institucional, responsável pela gestão das políticas públicas, são substanciais e necessárias para um bom Governo, para o fomento do controle social sobre tais ações e para a produção de estudos confiáveis, rigorosos e condizentes com a realidade social (ARRETCHÉ, 2007). Sendo assim, a avaliação do Programa Agente Jovem por uma instituição externa à da gestão possibilita um olhar mais amplo sobre as ações desenvolvidas. Sem inferências dos responsáveis pelas ações direcionadas para a juventude, pode-se compreender e conhecer de fato, a condição de vida e o que pensam jovens que foram beneficiados.

Mediante a obrigatoriedade do controle social sobre as contas e ações públicas, o Tribunal de contas da União – TCU realizou em 2004, auditoria junto ao Projeto Agente Jovem. Esta resultou da complementaridade entre um trabalho de campo de coleta de dados, entrevistas com gestores públicos (estaduais e municipais) e grupos focais com agentes jovens⁶⁰. O trabalho de campo foi desenvolvido em 14 municípios de 04 grandes Estados

⁵⁸ Para maiores informações consultar o site <http://www.unec.edu.br/ics/artigos/projeto_agente_jovem.Pdf>.

⁵⁹ Para maiores informações consultar o seguinte site <www.casadajuventude.org.br/media/artigo_juventude_protagonismo_politicas_publicas.doc>

⁶⁰ Não foram mencionados nessa publicação, os procedimentos teóricos metodológicos e maiores detalhes

(Bahia, Amazonas, São Paulo e Rio Grande do Sul), por meio de uma tipificação dos municípios gerados pela metodologia de análise por conglomerados. Considerou-se, para tanto, a população desses Estados e Municípios atinente a 15 a 17 anos; a meta de atendimento do programa mediante planejamento local e o índice de Desenvolvimento Humano da localidade. A coleta de dados, decorrente de uma pesquisa postal em 498 municípios, obteve 60% de respostas aos questionamentos, conforme descreveu o órgão de referência.

A escolha deste Projeto foi oportuna, segundo o TCU (2004), principalmente porque até o ano em questão, era evidente a escassez de políticas de proteção social para segmentos populacionais do país, como no caso os que representam os jovens mais fragilizados. Ainda assim, essa iniciativa política foi considerada como sendo “a única iniciativa federal especificamente direcionada para o atendimento das necessidades” e vulnerabilidades dos jovens entre 15 a 17 anos (TCU, 2004, p. 10). A pertinência da avaliação feita pelo TCU (2004) ainda se sustenta mediante argumento de que,

a falta de cobertura de políticas sociais específicas deixam os jovens brasileiros mais vulneráveis ao tráfico e ao uso de drogas e à violência dele decorrente, em especial aqueles em situação de pobreza, excluídos das oportunidades sociais próprias desta faixa etária como escola e emprego (TCU,2004,p.10).

Com as análises empreendidas, bem como a partir dos dados e informações obtidas, identificaram - se fragilidades do Projeto quanto à sua implementação. Em sua fase processual, delimitou-se bem o público a ser atendido, suas características, os objetivos e ações passíveis de realização. No entanto, os indicadores sociais oportunos para o monitoramento e a avaliação do projeto Agente Jovem não foram construídos por seus formuladores, fragilizando, com isso, o processo de verificação dos desafios, obstáculos e dificuldades encontradas ao longo de sua execução. Sobre isso, sinaliza o TCU (2004, p.13) que,

foi constatado que não há monitoramento do desempenho do Projeto Agente Jovem. A gerência federal dispõe apenas de dados a respeito do cumprimento das metas pelos municípios, não existindo uma definição de indicadores de desempenho que permitam acompanhar o seu processo de

desenvolvimento no projeto, bem como dos resultados atingidos.

Outra questão não menos importante relaciona-se com a condicionalidade da frequência de no mínimo 75% nas atividades de ensino. Questiona-se, sobretudo, a fidelidade das informações emitidas pelos estabelecimentos de ensino justamente porque mais de 34% das escolas no Brasil não utilizam o sistema de frequência como mecanismo de controle do Projeto, como prática recorrente e sistemática.

Ao propor o Projeto Agente Jovem a desenvolver atividades teórico-práticas junto ao público atendido, vêem-se na figura dos orientadores, monitores e educadores uma das possibilidades reais para se alcançar os resultados pretendidos em termos de qualificação e formação dos beneficiários. Mesmo com singular relevância, somente 19% dos orientadores, por exemplo, atendiam o perfil profissional recomendado pelo Projeto⁶¹. Deste modo, entende-se que as dificuldades e fragilidades decorrentes desse processo de implementação certamente inviabilizaram o monitoramento sistemático dessa ação política e a verificação constante sobre a eficácia dos resultados decorrentes das atividades realizadas.

Quanto à cobertura dessa ação política, por exemplo, estimava-se que no Brasil, existia até o ano de 2001, aproximadamente 3,8 milhões de jovens, com perfis semelhantes aos dos atendidos pelo Projeto: faixa etária entre 15 a 17 anos e renda per capita familiar de até meio salário mínimo (TCU, 2004; PNAD, 2001). Já os dados do IBGE/PNAD (2006), inferiram que aproximadamente 20 milhões de jovens, entre 15 a 29 anos, pertenciam às famílias que recebiam e viviam com uma renda per capita de até um salário mínimo⁶².

Outros dados do IBASE e Instituto Pólis (2005) sinalizaram que dos 34,7 milhões de jovens entre 15 a 24 anos, cerca de 28,2 milhões (83%) moravam na zona urbana enquanto apenas 5,9 residiam na zona rural. Esses números também se modificaram, visto que a população total do Brasil também se tornou 3% mais urbana, segundo dados do IBGE de 2010. Estes⁶³ também revelaram, como mostra a tabela 1, a composição da pirâmide populacional brasileira, as seguintes informações:

⁶¹ Segundo o TCU (2004, p.13), o perfil previsto para esses orientadores era que fossem estagiários da área social e que tivessem desenvolvidos trabalhos comunitários com jovens.

⁶² Importante destacar que de acordo com a Matriz de Informação Social do MDS (2011), a estimativa de famílias pobres que foram atendidas pelo Programa Bolsa Família era de 12.995.195 a nível nacional; 1.195.539 no Estado de Minas Gerais e 17.283 especificamente no município de Montes Claros/MG. Para comprovações consultar o site <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php>.

⁶³ Para maiores informações consultar o site <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

Tabela 1 – Estimativa da População juvenil brasileira em 2010 (%)

IDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	urbano	rural	urbano	Rural	
15 a 19 anos	4,355%	5,237%	4,382%	4,667%	18,641%
20 a 24 anos	4,518%	4,525%	4,613%	3,972%	17,628%
25 a 29 anos	4,479%	4,126%	4,679%	3,674%	16,958%
TOTAL					53,227%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, em 2011.

O Censo populacional de 2010, realizado pelo IBGE⁶⁴, indicou um aumento de 20.933.524 pessoas em todo o Brasil, desde o ano 2000. Entretanto, houve uma redução da percentagem de jovens entre 15 a 29 anos entre a população brasileira (de 58,7% - IBGE/PNAD- 2006, para 53,227% -IBGE,2011). Apesar de ainda ser expressiva a quantidade de jovens nesse país, a sua condição de vida não melhorou significativamente.

Sem sombra de dúvida, a quantidade de políticas públicas de juventude criadas no Brasil nos últimos anos também revela que muitas demandas e problemas sociais vivenciados por esse contingente populacional ainda não foram resolvidos efetivamente. Destaca-se ainda, a partir da tabela 1, o aumento do número de jovens entre 15 a 24 anos na área rural, sinalizando para outras questões a serem melhor estudadas.

O Instituto Ibi (2008) destacou que aproximadamente 6.835.259 jovens, correspondentes a um total de 13% da juventude brasileira entre 15 a 24 anos não estudavam, não trabalhavam e nem procuravam trabalho. E como já previa o IPEA (2005), os segmentos juvenis estão entre os mais afetados pelo crescimento do desemprego, pela péssima qualidade das ocupações a eles direcionadas e disponibilizadas, bem como pela precarização do mercado de trabalho.

Mesmo com a dificuldade de conhecer melhor, quantitativamente e qualitativamente, as condições socioeconômicas juvenis, tem-se um total de 57.038 jovens, com a faixa etária de 15 a 17 anos, atendidos pelo Projeto Agente Jovem até o ano de 2004⁶⁵. No intuito de conhecer qual foi o total de jovens beneficiados pelo Programa recorreu-se à avaliação oficial de impacto do mesmo, publicizada pelo MDS, desde o ano de 2007.

64 Para maiores informações consultar a publicação: “**Censo 2010:** população do Brasil é de 190.732.694 pessoas”, disponível no site <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1>. Acesso em 28/02/2011.

65 Apesar do TCU (2004) divulgar esses dados do ano de 2004, não se conseguiu identificá-los junto ao órgão gestor do Projeto e nem ao menos detalhá-los de forma mais precisa.

Contudo, a surpresa foi notória quando se verificou que neste documento, não se mencionam tais dados e informações. Certamente, isso motiva o questionamento sobre os procedimentos teóricos e metodológicos do estudo de referência ao situar procedimentos amostrais da dita avaliação de impacto, e não revelar maiores detalhes acerca de informações sobre a população total de beneficiados.

Diante não publicação de dados importantes e posteriores a 2004, demais estudos e investigações foram realizadas no sentido de identificá-los. Felizmente, a partir da sistematização da tabela 2 apresentada a seguir, conseguiu-se obter as seguintes informações a esse respeito:

Tabela 2 – Descrição da quantidade de jovens atendidos e dos recursos gastos (R\$) pelo Projeto Agente Jovem (Brasil, Minas Gerais, Montes Claros), entre 2005 a 2008.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	ANO DE REFERÊNCIA/RECURSOS GASTOS (R\$)							
	2005		2006		2007		2008	
	Qt. de jovens	Gastos (r\$)	Qt. de jovens	Gastos (r\$)	Qt. de jovens	Gastos (r\$)	Qt. de jovens	Gastos (r\$)
BRASIL	79.915	3.055.519,35	110.028	24.867.336,13	110.943	24.313.948,12	40.560	8.869.877,81
MINAS GERAIS	7.900	270.825,75	14.135	3.156.977,04	14.135	3.134.977,20	7.375	1.662.362,91
MONTES CLAROS/MG	325	8.248,50	325	71.499,48	325	71.499,48	325	50.874,63
TOTAL DE ATENDIDOS NO BRASIL:	341.446 JOVENS							

Fonte: Elaboração própria a partir de informações disponibilizadas pela Matriz de Informação Social do MDS (2011).

Ao proceder a análise dos dados coletados percebeu-se que 341.446 jovens foram atendidos pelo Projeto Agente Jovem, entre os anos de 2005 a 2008, em nível de Brasil. Destes, 43.545 eram do Estado de Minas Gerais e 1.300 eram, especificamente, do Município de Montes Claros/MG. Fato curioso é que, segundo o único livro de registro do Projeto, o somatório dos jovens que foram atendidos neste município, entre os anos mencionados, é somente de 934 beneficiários devidamente inscritos nos 15 grupos identificados, que estavam situados em 13 pólos⁶⁶ de referência do projeto. Para tanto, constata-se um equívoco quanto

⁶⁶ De acordo com o livro de registros, o Projeto Agente Jovem era desenvolvido em Montes Claros/MG em 13 pólos de referência, a saber: Jaraguá, Village do Lago, Morrinhos, Santos Reis, Cidade Cristo Rei, Maracanã, Chiquinho Guimarães, Major Prates, Santa Lúcia, Independência, Batalhão, Cidade Industrial e Renascença. A constituição de 15 grupos se relaciona com o fato de o projeto ser realizado no Village do Lago e no Batalhão em dois turnos diferentes (matutino e vespertino).

ao número de atendidos quando comparados os dados disponibilizados pelo MDS (2001) com os dados coletados a partir do livro de registro existente. O déficit entre eles é de 366 jovens não identificados formalmente enquanto tais.

Se o MDS (2011) considera um número maior de jovens atendidos, quando o número real é inferior, certamente os recursos gastos com a execução do Projeto também foram calculados desta mesma maneira. No entanto, esses questionamentos não puderam ser precisamente comprovados diante da escassez de informações a esse respeito e sobre a inexistência de estudos do TCU posteriores ao ano de 2004. Esperavam-se maiores informações sobre isso e sobre a eficiência do Agente Jovem, até porque, como enfatiza Arretche (2007, p.35-36), “ao dispor de recursos públicos e ao implementar políticas públicas, o governo está gastando um dinheiro que não é seu; ao fazê-lo, o governo está gastando o dinheiro do contribuinte”.

Quanto a sua abrangência territorial, os dados do TCU de 2004 revelaram que o Projeto Agente Jovem estava sendo trabalhado em todas as grandes capitais brasileiras e em 1.046 municípios. A avaliação quanto à abrangência territorial do Projeto nos municípios também começa a ser questionada quando se atenta para dados apresentados pelo próprio TCU (2004), na publicação que aponta os resultados da auditoria realizada. Nesta se observa que o total de municípios executores do Projeto Agente Jovem era de 1.073 e não 1.046⁶⁷, como se pode perceber na Tabela 3, apresentada abaixo:

Tabela 3 – Distribuição dos municípios de acordo com o número de grupos de Agentes Jovens (2004)

Nº de grupos no município	Nº de municípios	%	Total de Agentes Jovens	%
1 (até 25 jovens)	810	75,5	20.012	35,1
2 (26 a 50 jovens)	124	11,6	6.059	10,6
3 a 8 (51 a 200 jovens)	111	10,3	12.512	21,9
Mais de 8 (> de 200 jovens)	28	2,6	18.455	32,4
TOTAL	1.073	100,0	57.038	100,0

FONTE: MDS/MIS (2011); tabulação própria (2004) e pela pesquisadora desse trabalho (2011).

⁶⁷ Considerou-se importante essa menção justamente pelo TCU (2004) apresentar os dados a esse respeito como sendo precisos e não como números aproximados e/ou estimados.

Já situando o Município de Montes Claros/MG constata-se a existência de 13 pólos e um total de 15 grupos de Agentes Jovens, sendo 02 destes realizados no mesmo pólo de referência (Village do Lago e Batalhão) e em turnos diferentes (matutino e vespertino). Essa constatação evidencia que o município se inseria entre os 28 municípios com um número maior de 08 grupos e com mais de 913 jovens atendidos entre as regiões. Como sinaliza o TCU (2004, p.11), “em boa medida, tal fato reflete a própria distribuição populacional nos municípios brasileiros, onde cerca de 75% deles tem menos de 200.000 habitantes, de acordo com o IBGE”.

Por se constituir em uma ação de proteção social, vinculada à Política de Assistência Social brasileira, os recursos alocados para sua execução vieram do Fundo Nacional da Assistência Social, criado pela Lei de nº 8.742, de 07/12/1993. Tem como um dos seus principais objetivos apoiar o desenvolvimento de projetos, programas e políticas com tais fins. Ao analisar os gastos do Projeto Agente Jovem, verificou-se que a execução orçamentária, entre 2001 a 2003, foi de R\$ 85.252.625 para a concessão de Bolsas aos Jovens atendidos; e de R\$ 30.442.801 para atividades de capacitação desses Agentes Jovens.

No que diz respeito à promoção do Desenvolvimento Social e Humano pretendido, apesar de serem fatores independentes das ações de um único Projeto Social, o TCU (2004) declara que as informações transmitidas pelos jovens, participantes do grupo focal, evidenciaram a contribuição do Projeto Agente Jovem para que uma mudança social de comportamentos; de auto-estima e de percepções sobre como é possível ter melhores oportunidades de vida. Tornam-se válidos os argumentos de que a não “previsão de iniciativas públicas que dêem continuidade a esse processo, após o término da participação do jovem, dificultam o alcance do objetivo de inclusão social” (TCU, 2004, p.13).

A partir das análises processadas infere-se que muitas ações desenvolvidas junto aos jovens atendidos não se relacionavam às propostas formais previstas pelo Projeto. Segundo o TCU (2004), cerca de 43% dos atendidos, porcentagem equivalente a aproximadamente 24.500 jovens, realizavam atividades administrativas como a de office boy e de limpeza, quando na verdade deveriam participar, juntamente com os demais beneficiários do seu grupo ou núcleo, de ações que de fato tivessem relação com o aprendizado pretendido pelo Projeto Agente Jovem.

Somam-se à fragilidade do controle e monitoramento das ações realizadas, o perfil e a formação dos orientadores, as vulnerabilidades e carências do público atendido (pelo menos do público previsto), a não disposição pelos municípios das contrapartidas para real execução do Projeto. Tudo isso fragilizou a realização de algumas atividades previstas.

Nas visitas realizadas pelos agentes do TCU aos municípios, constatou-se a insuficiência e precariedade dos espaços destinados à realização dessas atividades e ações. Quando não estavam sendo utilizados para outros fins, não atendiam satisfatoriamente as demandas apresentadas (TCU, 2004, p.14). Tal realidade também é semelhante quando se verificou a disposição de materiais de apoio e a qualidade das atividades, sejam de lazer ou esportivas, direcionadas aos jovens beneficiários.

Estudos e análises, como as decorrentes dos resultados da avaliação realizada sobre o Agente Jovem, implementado no ano 2000, em Belo Horizonte/MG⁶⁸, constataram o projeto se trata de uma ação “pobre para os pobres”, contradizendo assim as perspectivas de cidadania e dos direitos sociais. Os recursos físicos disponibilizados eram mesmo precários; a gestão descentralizada do Projeto pouco acontecia; persistia um déficit de qualificação profissional dos orientadores e monitores sociais; as questões relacionadas com a escola eram pouco abordadas; as ações, em sua maioria, eram pouco planejadas prejudicando com isso a eficácia do projeto. Não obstante, nas atividades socioeducativas desenvolvidas percebia-se “uma clara distância entre os objetivos explicitados e a prática cotidiana, o que sinaliza seu lugar secundário na agenda das políticas públicas na RMBH” (DAYRELL, 2007).

Demais pesquisas sobre o projeto também foram realizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, entre os anos de 2004 e 2005⁶⁹, e em Fortaleza, nos anos de 2005 e 2006⁷⁰. Apesar da dificuldade de se obter maiores informações sobre os recursos metodológicos utilizados no estudo, seus resultados constataram que havia grande fragilidade das ações do Projeto quanto à promoção do desenvolvimento familiar e comunitário dos jovens atendidos, dentre outros fatores importantes, como a identificação de desvios dos objetivos propostos pelo próprio projeto. Acusaram ainda a precária infra-estrutura oferecida para a realização e o desenvolvimento das atividades, apesar do considerável aumento do número de jovens atendidos pelo Projeto.

Em um estudo sobre o Projeto Agente Jovem feito em Montes Claros/MG, no ano de 2009 (BRAGA, MARTINS e SILVA, 2009), identificou-se também a falta de estrutura física e de condições apropriadas para a realização de todos os trabalhos, como um dos maiores obstáculos para a realização das atividades propostas. Além disso, muitos jovens

⁶⁸ O autor não teceu maiores considerações sobre os processos teórico metodológicos sobre o estudo realizado, apenas menciona que decorre de uma pesquisa sobre “Políticas Públicas para a Juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte (SPOSITO, 2006), realizada entre os anos de 2003 e 2005.

⁶⁹ Para maiores informações consultar o site <http://www.unec.edu.br/ics/artigos/projeto_agente_jovem.pdf>.

⁷⁰ Para maiores informações consultar o seguinte site <www.casadajuventude.org.br/media/artigo_juventude_pr_otagonismo_politicas_publicas.doc>

acabavam não tendo acesso aos lanches disponibilizados, devido à escassez e insuficiência de recursos humanos e financeiros. Além disso, nenhum estudo sobre os egressos do programa foi realizado, de forma a avaliar efetivamente se os objetivos previstos foram alcançados e se eles ainda são atendidos por outras políticas públicas.

Dadas às similitudes dessas realidades, aplicam-se as reflexões de Dayrell (2007) quando afirma que os jovens atendidos, nesse contexto, vivenciavam “formas frágeis e insuficientes de inclusão, num contexto de uma nova desigualdade social que implica o esgotamento das possibilidades de mobilidade social”. Ousa-se dizer, a partir do exposto, que nem todos os resultados dessa ação política podem ser avaliados como realmente eficazes⁷¹, até porque, apesar dos discursos, não houve ao longo do processo, profundas contribuições para uma efetiva mudança social dos cenários de risco e vulnerabilidade social identificados anteriormente. Por sua vez, estes se tornam mais difíceis de serem enfrentados porque se relacionam a fatores macroestruturais e ao sistema capitalista vigente.

Em suma, essa complexa situação põe em voga os objetivos do Projeto que se propôs a viabilizar e ampliar atividades sistemáticas e experiências teóricas e práticas, por meio das capacitações, palestras, seminários, trabalhos e visitas, além da promoção do desenvolvimento social e humanos dos jovens atendidos. Questionam-se também a efetividade da ampliação dos entendimentos juvenis e dos conhecimentos desses sujeitos sociais sobre o mundo contemporâneo, além do fortalecimento esperado dos vínculos afetivos e sociais do jovem com sua família e a sua comunidade.

Apesar dos inúmeros problemas e desafios apresentados, boas práticas puderam ser identificadas a partir da auditoria realizada pelo TCU (2004). Dentre elas destacam-se o interesse político e o esforço existentes em alguns Estados e Municípios para o funcionamento do Projeto e para o alcance dos seus reais objetivos, mesmo em contextos adversos. Situam-se entre essas práticas o Estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul (referentes à promoção de eventos); a cidade de Salvador/Ba (a partir da criação de indicadores de desempenho para o Projeto) e Santo Amaro/Ba (ao potencializar os trabalhos de formação permanente dos orientadores sociais).

Dentre as recomendações do órgão mencionado para melhoria do desempenho do Projeto foram apontadas questões relevantes e de certa forma desafiadoras, tais como:

estabelecer articulação entre o Ministério do Trabalho e do Emprego, de forma a priorizar os egressos do Projeto Agente Jovem como público alvo do

71 Análises sobre os impactos do Projeto ainda serão feitos, com maior propriedade, no próximo subtítulo desse trabalho.

Programa Primeiro Emprego ou outras iniciativas que visem a geração de renda e o empreendedorismo; desenvolva mecanismos de acompanhamento dos agentes jovens, com vistas a avaliar os benefícios trazidos pela participação no Projeto; adote indicadores de processos e resultados para o Projeto; estabeleça um plano de ação para a regularização do estoque de prestações de contas relativas ao projeto; promova canais de comunicação entre estados e municípios (TCU, 2004, p. 15).

Em contextos de escassos e/ou insuficientes recursos públicos, e principalmente da inexistência de vastas políticas de proteção social direcionadas para os jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, defende-se um maior monitoramento e controle social das ações implementadas e executadas que, como dito, podem trazer benefícios para o público atendido. Não menos importante, faz-se necessário integrar e articular melhor as políticas públicas de juventude, visto que a descontinuidade dessas ações pode por em voga os quesitos de eficácia e a não intenção de rupturas. O exemplo dado pelo TCU (2004) é crucial, pois evoca a fragilidade de interlocução entre políticas dispostas a qualificar, preparar e facilitar a inserção do jovem no Mercado de Trabalho (Projeto Agente Jovem), daquelas que poderiam de fato viabilizar tal intento (Programa Primeiro Emprego).

Nessa direção, analisam-se, especificamente, as dimensões da educação e do trabalho fomentadas e trabalhadas pelo Projeto Agente Jovem. Num primeiro momento, coexiste a percepção de que educação é um “instrumento de promoção do desenvolvimento Social e Humano”. Num segundo momento, percebem-se os jovens como o segmento populacional em busca pela sua qualitativa inserção no mercado de trabalho. Ao contratar realidades, como a nacional e a regional de Montes Claros/MG, busca-se conhecer desafios interpostos, resultados alcançados e as situações de risco e vulnerabilidades existentes entre os ex-beneficiados.

CAPÍTULO 5

DESAFIOS E A EFICÁCIA DAS AÇÕES DO PROJETO AGENTE JOVEM DIRECIONADAS À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO.

As avaliações realizadas a esse respeito sinalizaram questões de relevância social passíveis de análises mais criteriosas. Para as análises a serem realizadas nesse quinto e último capítulo, considera-se os dois relatórios do projeto Agente Jovem, um qualitativo (BRASIL^a, 2007) e outro quantitativo (BRASIL^b, 2007), publicados pelo MDS; a avaliação oficial do Projeto publicada em 2007, pelo MDS/DAM/SAGI em parceria com a Universidade Federal Fluminense – UFF; a realizada em Montes Claros/MG por Braga, Martins e Silva (2009) e decorrente desse processo de investigação em 2011.

Como identificado, apesar dos dois relatórios serem produzidos sobre a pesquisa realizada, justifica a publicação do MDS/UFF (2007) que uma avaliação oficial foi feita no sentido de “assegurar que a atribuição de impactos positivos ao Projeto fosse baseada em critérios mais rigorosos do que os utilizados nos relatórios da pesquisa”. A intenção aparente é a de explicitar ou não certos dados dúbios sobre os resultados de impacto apresentados. Deste modo, algumas conclusões apresentadas por esses documentos apresentam diferenças quanto aos impactos do Projeto sobre a Educação, Integração Familiar e Violência.

No que diz respeito à dimensão quantitativa da avaliação de impacto pretendida, foi calculada uma amostra⁷² a partir de dois grupos: um de ex-beneficiários e outro de não beneficiários. Os jovens pertencentes a estes dois grupos participariam, em seus próprios domicílios, da coleta de dados por meio da realização de entrevistas. Dentre os critérios para seleção dos jovens a serem entrevistados priorizaram-se do primeiro grupo, aqueles cuja participação no Projeto não fora menor do que seis meses e nem maior de dezenove meses. Do segundo grupo, de não beneficiários, foram identificados os jovens residentes nas mesmas comunidades e vizinhanças dos ex- beneficiários, com perfis socioeconômicos semelhantes a estes. Em suma, esse último grupo fora percebido como grupo de controle.

Ainda quanto aos critérios metodológicos utilizados, verificou-se que na definição

72 De acordo com a publicação utilizada, maiores informações sobre o plano amostral “foram detalhados na proposta de avaliação feita pelo DataUFF ao MDS tendo em vista o termo de referência” (BRASIL/MDS/UFF, 2007). Contudo, reforça-se aqui que qualquer estudo realizado deve deixar bem claro os procedimentos utilizados, de forma detalhada, até mesmo para corroborar com posteriores análises e para uma maior fidedignidade das informações publicizadas.

da amostra foram considerados um intervalo de confiança de 95%, e margem de erro de 2,5%, permitindo a definição de uma amostra de 1500 ex- beneficiários e 500 não beneficiários situados em 80 municípios brasileiros, selecionados conforme o seu tamanho e a quantidade de jovens atendidos. Mediante informações disponibilizadas pelo MDS, selecionaram-se, no mínimo, três municípios das capitais dos Estados brasileiros.

A exceção foi apenas para os 06 maiores Estados (Goiás, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Por abarcarem cerca de 61% do total de jovens atendidos pelo Projeto, tiveram 04 de seus municípios utilizados como referência para a pesquisa de impacto. Do município de Montes Claros/MG, especificamente, só foram selecionados 13 jovens.

Foi definido, nesse processo, por conta da assimetria de dados, a realização de no mínimo 30 entrevistas em cada um dos municípios selecionados. Diante dessa situação, “o tamanho da amostra experimental subiu para $n = 1698$. Neste caso, a margem de erro caiu para 2,3%” (BRASIL/MDS/UFF, 2007, p. 11-12). A amostra de controle foi feita proporcionalmente e sinalizou um total de 10 entrevistas a serem realizadas nos Estados, somando 512 entrevistas feitas em 43 cidades brasileiras. Deste modo, foram realizadas um total de 2.210 entrevistas domiciliares no período de outubro a novembro de 2006.

As variáveis presentes nos blocos de perguntas, passíveis de posteriores análises, diziam respeito às seguintes dimensões: perfil socioeconômicos dos atendidos; educação; trabalho; integração familiar; participação e cidadania; vida sexual/reprodutiva; uso de tabaco, álcool e drogas; violência, além da avaliação dos ex- beneficiários sobre a sua participação no projeto (BRASILb, 2007). Para esse presente estudo, priorizaram-se as análises acerca das dimensões da educação e do trabalho pelos motivos já expostos anteriormente.

Quanto à dimensão qualitativa, realizada em duas etapas, foi constituída pela realização de 20 grupos focais, com participação média de 10 indivíduos para cada grupo, sejam eles pais e responsáveis, jovens “ex-beneficiários” e “não beneficiários” do Projeto. Os municípios selecionados e de referência para a realização destes grupos focais foram Belém-PA, Curitiba-PR, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE e Goiânia-GO.

Ainda de forma qualitativa, mesmo sem especificar nessa publicação como estes foram selecionados, foram realizadas um total de 156 entrevistas em profundidade com gestores, técnicos do Projeto, diretores de escolas e professores, além de membros dos Conselhos Tutelares, localizados em 20 municípios brasileiros “distribuídos por todas as regiões geográficas e em 17 Unidades da Federação”(BRASILa, 2007).

Após explicitação analisa-se de forma comparada, alguns desafios e a eficácia das

atividades desenvolvidas pelo Projeto Agente Jovem frente às dimensões da Educação e do Trabalho. Tem-se como referência às publicações do MDS (BRASIL^a/MDS/SAGI, 2007; BRASIL^b/MDS/SAGI, 2007; BRASIL/MDS/UFF, 2007); o estudo realizado por Braga, Martins e Silva (2009), e a pesquisa junto aos jovens egressos do Projeto Agente Jovem de Montes Claros/MG, realizada entre os dias 17 a 22 de janeiro de 2011.

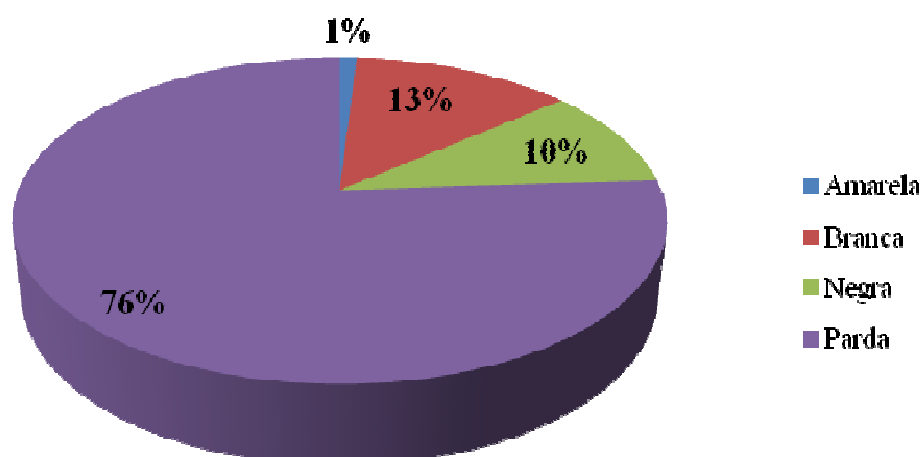
5.1 - Considerações sobre o perfil socioeconômico dos jovens ex- beneficiários do Projeto Agente Jovem

À luz da publicação oficial do MDS, e dos demais relatórios sobre os impactos do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano constata-se que dentre os 1.698 ex- beneficiários, cerca de 12,5% permaneceram no Projeto entre 09 a 11 meses; 33,1% até 12 meses e o equivalente a 44,6% permaneceram entre 13 a 24 meses. Acusa-se que apesar da proposta do projeto em atender os jovens e a lhes concederem uma bolsa por 12 meses, considerável número de atendidos permanece como beneficiários por um período maior, assinalando desafios, fragilidades e necessidades pessoais e sociais ainda existentes.

Dos beneficiários, cerca de 50,9% são do sexo feminino e 49,1% são masculino. Estes residem, em sua maioria, com os pais e com até 05 pessoas tais como outros irmãos. Grande parte destes possui o estado civil de solteiros (88,9%), em detrimento de apenas 8,2% de casados (e daqueles cuja união é estável). Destacam-se as condições de vida de jovens que, ainda em seu processo de transição para a vida adulta, são responsáveis pelo seu sustento, e da família recentemente constituída (um total de 11% de jovens ex- beneficiários fazia parte dessa realidade e já possuíam filhos).

Quanto às questões relacionadas à raça/cor, do número de entrevistados ex- beneficiários, a nível nacional, 22,4% se identificaram como brancos; 22,5% como negros e 46,6% como pardos (BRASIL/MDS/UFF, 2007). Já no município de Montes Claros/MG, conforme aponta o gráfico 4, reconheceu-se a seguinte realidade:

Gráfico 4 – Percepções quanto à raça/cor dos jovens atendidos pelo Projeto Agente Jovem em Montes Claros/MG



Fonte: Cadastro do Programa Agente Jovem – Montes Claros/2008. Tratamento e formatação da equipe de pesquisadores (2009).

Do total de 934 jovens beneficiados pelo Projeto Agente Jovem no Município de Montes Claros/MG, 76% são considerados como pardos; 13% como brancos; 10% como negros e apenas 1% como amarelos. Essa proporção, em termos hierárquicos, também é semelhante às realidades nacionais outrora mencionadas.

Apesar de previsto, os 10% das vagas existentes para beneficiários do projeto não foram ocupadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência. Estas somatizaram apenas 2% do total disponibilizado. O questionamento que fica, devido a falta de maiores informações é se, esse número não fora preenchido pela falta de demanda ou se não o foram pela falta de divulgação quanto à possibilidade de inserção desses cidadãos no Projeto.

Uma das principais exigências do projeto era que o Jovem a ser atendido estivesse em situação de risco ou vulnerabilidade social, por ter sido atendido por algum programa social seja de erradicação do trabalho infantil seja de enfrentamento ao abuso e exploração sexual infantil. Sobre essa situação verificou-se entre os entrevistados, um total de 9,8% ex- beneficiários do programa Peti, e apenas 1,5% do antigo “Sentinela”. Poucos jovens, portanto, eram remanescentes desses programas sociais intitulados como de Proteção Social Especial.

Quanto à renda familiar dos atendidos, aproximadamente 82,7% pertenciam às famílias cujos rendimentos per capita eram de até três salários mínimos. Contudo, os demais 17,3% representavam aqueles com renda per capita familiar maior de três salários

(MDSb/UFF/SAGI, 2007, p.16). Considerando as características previstas para o público alvo, como aquele cuja renda familiar é de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, pode-se dizer que a maioria dos atendidos não era vulnerável, mas não necessariamente “pobres”.

Revela Couri (2010, p.24) que frente à Política de Assistência Social, o indigente é aquele com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, e o pobre é aquele com rendimentos de até $\frac{1}{2}$ dessa mesma medida de referência. No caso dos jovens entrevistados a nível nacional, em 2006, o valor da renda per capita familiar recebida, em sua maioria, era maior do que a correspondente em termos de indigência e pobreza.

Já os estudos de Braga, Martins e Silva (2009), especificamente no município de Montes Claros/MG, confirmaram que nesta cidade, o principal público atendido era das camadas populares, em situação de risco e vulnerabilidade social. Tal afirmação pôde ser feita quando foram analisadas às despesas das famílias desses jovens com alimentação, água e luz, conforme consta na tabela 4.

Tabela 4 - Gastos médios das famílias dos jovens atendidos com alimentação, água e luz (em R\$)

PARÂMETROS DE ANÁLISE	GASTOS		
	Alimentação	Água	Luz
Média	149,12	28,19	35,44
Mediana	150	24	25
Moda	150	20	20
Erro Padrão	67,41	17,52	32,81
Mínimo	25	7,4	5,2
Máximo	400	150	265

Fonte: Cadastro do Programa Agente Jovem – Montes Claros/2008. Tratamento e formatação da equipe de pesquisadores (2009), com adaptações (2011).

O conjunto apresentado, segundo pesquisadoras (2009) é formado por gastos com alimentação que variam de R\$25,00 a R\$400,00. O Valor médio observado para a alimentação foi de R\$149,12 que resume o conjunto dos dados. R\$150,00 representa o valor mediano, ou

seja, esse ponto representa o centro do conjunto. Sobre isso infere-se que 50% das famílias têm gastos superiores a esse valor e em 50% dos casos, inferiores. O desvio padrão para a média é de 67,41 o que expressa uma considerável dispersão dos valores em relação à média, ou seja, não há grandes discrepâncias entre as famílias. O gasto médio com a cesta básica, segundo pesquisadoras (2009), é formado por gastos com alimentação que variam de R\$25,00 a R\$400,00.

O valor médio observado para a alimentação foi de R\$149,12 resumindo o conjunto dos dados. R\$150,00 representa o valor mediano, ou seja, esse ponto representa o centro do conjunto, o que permite dizer que 50% das famílias têm gastos superiores a esse valor e em 50% dos casos, inferiores. Pode-se dizer que as condições de vida famílias dos jovens atendidos no município de Montes Claros/MG condiziam com o perfil do público a ser atendido.

5.2 - Análises sobre a eficácia dos resultados atinentes à Educação

Sobre a dimensão “educação”, percebida pela escolaridade, é possível dizer que tanto os relatórios qualitativos e quantitativos publicados pelo MDS (2007), quanto a publicação oficial de avaliação dos impactos do Projeto Agente Jovem (2007) não conseguiram mensurar efetivamente, a eficácia das atividades desenvolvidas para a real inserção, reinserção e permanência do jovem na escola. Entre o grupo de ex- beneficiários e o dos não beneficiários não se constatou grandes disparidades, como reforça comentários do relatório quantitativo (BRASILb/MDS/SAGI,2007):

A análise dos dados não permite identificar diferenças significativas entre os “ex-beneficiários” e os “não-beneficiários” quando são observados aspectos objetivos, tais como: estar estudando em 2006, percentual de aprovação e percentual de abandono/evasão. Nesse sentido, não foi identificado impacto do Projeto sobre a educação/escolarização dos “ex-beneficiários”. Embora em 2006 o percentual de “ex-beneficiários” estudando seja ligeiramente superior ao observado para os “não-beneficiários” (69,1% contra 66,8%), deve-se considerar que a diferença entre os grupos é observada em todo o período 2002-2006, não podendo, portanto, ser considerada um impacto do Projeto.

Se tratando da análise de uma das principais dimensões e finalidades do Projeto Agente Jovem, e considerando que essa ação política foi criada com o objetivo de contribuir

para a superação das situações de risco e vulnerabilidade social dos atendidos questiona-se, por meio desses resultados, a sua real contribuição frente aos desafios apresentados. A própria publicação oficial do MDS (2007, p.19), sobre a avaliação de impactos do Agente Jovem considera que a evasão escolar é um problema sério muitas vezes decorrente das precárias condições de vida das famílias (ao motivarem seus filhos a saírem da escola e trabalharem cada vez mais cedo).

Ao evadirem, os jovens se inserem entre aqueles com baixa escolaridade e com rendimentos muito inferiores daqueles com maior escolaridade. Ao propor “romper com o ciclo intergeracional de pobreza”(BRASIL/MDS/UFF, 2007, p. 18), verifica-se a importância da educação e da escolaridade quando 26,5% dos responsáveis pelos domicílios em que residiam os jovens ex- beneficiários possuíam apenas o ensino primário incompleto; 24,4 % o ensino primário completo; 21,8% o segundo grau completo e 5,8% estavam entre aqueles com segundo grau incompleto.

Dados divulgados por essa publicação, conforme esclarece a tabela 5, apontam a seguinte situação de escolaridade dos jovens entrevistados (BRASIL/MDS/UFF, 2007):

Tabela 5 – Situação de escolaridade dos jovens atendidos pelo Projeto até 2006

ESTÁ ESTUDANDO ATUALMENTE?	EX- BENEFICIÁRIOS		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	1174	69,1%	342	66,8%
Não, mas pretende retornar	481	28,3%	155	30,3%
Não, parei de estudar definitivamente	35	2,1%	12	2,3%
NS/NR	8	0,5%	3	0,6%
Total	1698	100,0%	512	100,0%

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

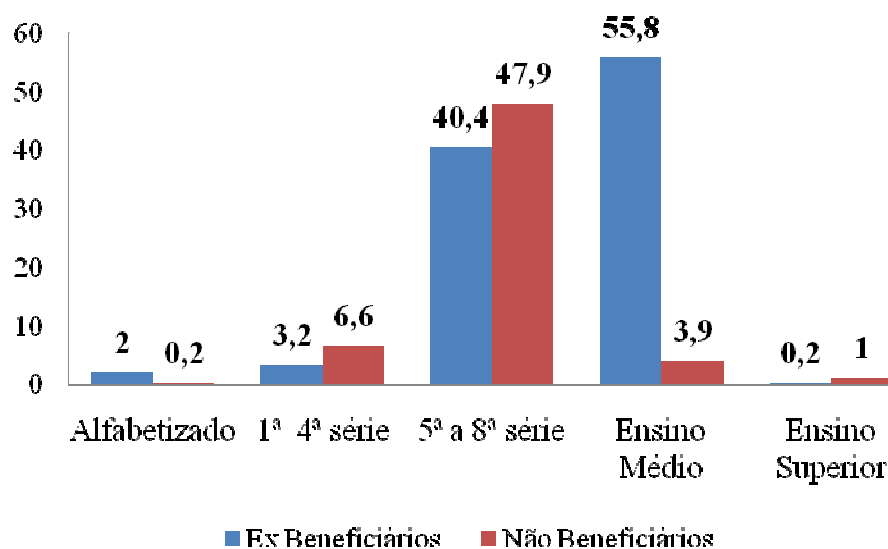
Apesar da amostra não ser igual, os dados disponibilizados revelam que, apesar de um tímido aumento, não houve de fato grandes disparidades entre ex- beneficiários (69,1%) e não beneficiários (66,8%) quanto ao fato de estarem estudando. Sinalizam também um número muito pequeno de jovens que realmente pararam de estudar, e não querem mais voltar, além de um número também significativo daqueles que pararam, mas desejam reinserir em algum estabelecimento de ensino (28,3% entre os ex- beneficiários e 30,3% entre os não beneficiários). Este último dado é apontado pelo órgão gestor como sendo positivo, pelas

ações e atividade desenvolvidas no Projeto contribuírem para uma maior percepção sobre as oportunidades sociais decorrentes da obtenção de escolaridade por parte dos beneficiários.

Especificamente no município de Montes Claros/MG, constatou-se que dentre os 934 jovens beneficiados entre 2005 a 2008, aproximadamente 76% frequentavam escolas públicas estaduais; 21,3% as escolas públicas municipais e apenas 0,5% as escolas particulares (BRAGA, MARTINS, SILVA, 2009). Sobre isso, visualiza-se que jovens identificados como em situação de risco e vulnerabilidade social fazem uso do seu direito à educação gratuita como possibilidade para aumento da escolaridade. Até porque, a escassez de recursos financeiros pode ser empecilho para o acesso a uma educação em estabelecimentos particulares.

Com relação à última série completada pelos jovens ex- beneficiários entrevistados (BRASIL/MDS/UFF, 2007), o gráfico 5 apresenta abaixo a seguinte realidade:

Gráfico 5 – Última série completada pelos ex- beneficiários do Projeto Agente Jovem (Brasil), com aprovação (%) em 2006



Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

A última série completada, quanto aos primeiros segmentos do ensino (1ª a 4ª série e 5ª a 8ª) foram maiores entre os não beneficiários (6,6% e 47,9%) do que entre os beneficiários (3,2% e 40,4%). Há um número maior de alfabetizados (2%) e daqueles com o ensino médio completo (55,8%) entre os atendidos. De acordo com a publicação nacional

sobre os impactos do Projeto Agente Jovem (2008, p.20), os ex- beneficiários, no geral, “se mostraram um pouco melhor na escala de escolaridade do que os jovens não beneficiários. Além disto, identifica-se uma maior determinação quanto ao investimento na escolarização futura por parte dos egressos”. Embora não expressivos, até por conta da amostra de ex- beneficiários e a de controle, esse quesito de “determinação” sinalizado se relaciona às contribuições do programa ao motivar o jovem a procurar condições para se ter uma vida melhor.

Não obstante, os resultados publicizados também demonstraram à medida que a escolaridade do atendido foi maior, menor era a procura pelos encaminhamentos ao Conselho Tutelar ou às instâncias de proteção e justiça da infância, adolescência e juventude, como elucida a tabela 6, apresentada abaixo:

Tabela 6 – Relação entre a última série completada com aprovação pelos beneficiários e encaminhamento de demandas as instância de defesa dos direitos infanto juvenis

Última série completada com aprovação	Já foi encaminhado para alguma dessas entidades e órgãos mencionados?		
	Sim	Não	Total
Alfabetização de adultos	0,1%	0,1%	0,2%
Ensino Fundamental	5,9%	37,6%	43,6%
Ensino Médio	2,5%	53,3%	55,8%
Ingresso no Ensino Superior	0,0%	0,2%	0,2%
NR/NS	0,0%	0,2%	0,2%
Total	8,6%	91,3%	100,0%

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Os dados referentes à realidade dos ex- beneficiários demonstram que realmente há correlação entre os jovens com o ensino médio e as demandas encaminhadas aos respectivos órgãos de defesa de direitos como o Conselho Tutelar. Enquanto 5,9% dos que fizeram algum tipo de encaminhamento possuíam o ensino fundamental; apenas 2,5% também procederam dessa forma. Expressiva é, então, a quantidade de jovens com ensino médio completo sem nenhum destes encaminhamentos (53,3%) em detrimento de 37,6% que tinham apenas o ensino fundamental.

A mesma publicação enfatiza que sobre a importância dos estudos, “tanto os ex- beneficiários quanto os não beneficiários, em sua maioria, avaliam que estudar é importante

ou muito importante. Em ambos os grupos, as duas respostas somadas chegam a mais de 95%”(BRASIL/MDS/SAGI, 2008, p. 22). Nesse sentido, dependendo das análises processadas, não se pode dizer que a educação e a escolaridade são prioridades para os jovens atendidos, em comparação aos não atendidos.

O se que pôde constatar, a partir da tabela 7, é o aumento das percepções sobre a importância dos estudos na medida em que os jovens se situam em melhores classes sociais.

Tabela 7 – Última série completada pelos ex- beneficiários com aprovação por classe social⁷³

Classe social	NS	Alfabetização	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Ingressou no ensino superior	Total
Classe B	-	-	2,1%	17,0%	78,7%	2,1%	100%
Classe C	-	0,2%	1,4%	32,4%	66,1%	-	100%
Classe D	0,2%	0,3%	3,5%	43,4%	52,4%	0,2%	100%
Classe E	1,0%	-	11,2%	69,4%	18,4%	-	100%
Total	0,2%	0,2%	3,2%	40,4%	55,8%	0,2%	100%

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Quando considerada a faixa etária de 15 a 17 anos definida para atendimento no Projeto tem-se a sua relação com o Ensino Médio. Por meio dos dados expostos acima pôde-se constatar um maior índice de conclusão entre esse tipo de ensino (nível educacional) entre os jovens pertencentes às classes B (78,7%) e C (66,1%), respectivamente. Ao considerar a necessidade de ampliar o tempo de estudos dos jovens e de romper com o “ciclo intergeracional de pobreza”, aqui associado às poucas possibilidades de mobilidade social proporcionada pela educação, têm-se as seguintes considerações de Sposito (2003, p.58):

Ainda não foi garantido aos jovens brasileiros um patamar satisfatório de acesso ao sistema educativo, o que situa o Brasil em franca desvantagem diante de alguns países latinoamericanos que ampliaram e praticamente universalizaram o acesso ao ensino médio, contemplando os maiores índices de matrículas no ensino superior.

73 Segundo informações disponibilizadas essa divisão por classe social atendeu aos requisitos do “Critério Brasil de classificação socioeconômica”.

Se o acesso ao ensino médio, e ao ensino superior, são oportunos para a promoção do desenvolvimento social e humano dos jovens cabe então a ampliação e qualidade de sua oferta; bem como a criação de possibilidades e incentivos reais para que os jovens permaneçam nas escolas em detrimento de sua inserção precoce no mercado de trabalho. Outra questão certamente intrigante é o baixo número de jovens com acesso ao Ensino Superior. Essa realidade revela a existência de restrições, principalmente se tratando de jovens oriundos das camadas populares.

Acrescenta-se a isso o fato da maioria de políticas e programas sociais, apesar de sustentarem o incentivo ao estudo e aumento da escolaridade, não disponibilizarem instrumentos efetivos e reais para a continuidade dessas mudanças. Essa percepção também foi sinalizada pelos pais dos jovens beneficiários, ao participarem dos grupos focais realizados (BRASILa/MDS/SAGI, 2007):

As questões relacionadas ao estudo e ao trabalho foram as mais salientadas pelos participantes dos grupos focais. Houve uma grande demanda por oportunidades de profissionalização e inserção no mercado de trabalho para os jovens. Embora os jovens e responsáveis tenham declarado que valorizam as atividades do Agente Jovem, apontam as limitações de um projeto que dura um ano e “não oferece nada depois”.

Os desafios, aspectos positivos e as limitações do Projeto foram substancialmente apresentados por meio das avaliações feitas pelo MDS e parceiros. Quanto aos resultados satisfatórios obtidos, e identificados a partir dos discursos dos jovens, evidenciaram-se as seguintes questões:

Participar do projeto foi uma oportunidade de adquirir conhecimentos, informação, fazer amizades e, principalmente, ter uma alternativa à freqüente falta de opção de lazer existente na maioria das comunidades em que vivem os jovens (BRASILa/MDS/SAGI,2007).

Entretanto, não se sabe ao certo quais foram os conhecimentos e informações qualitativamente transmitidas e assimiladas, mas se sabe que as temáticas de cidadania, direitos humanos, meio ambiente, sexualidade e violência foram trabalhadas em aulas, palestras de mais atividades, durante o tempo duração do projeto. Ademais, no que diz

respeito à avaliação dos jovens entrevistados sobre as atividades desenvolvidas no projeto teve-se, por meio da tabela 8, a mensuração da seguinte realidade:

Tabela 8 – Avaliação das atividades do Projeto pelos jovens beneficiários

ATIVIDADES	AVALIAÇÃO (%)						Total
	ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssimo	NS/NR	
Aulas e Palestras	41	52,6	3,8	0,5	0,2	1,8	100
Atividades esportivas	34,2	57,5	4,8	0,6	0,2	2,7	100
Atividades culturais	32,1	58,9	4,7	0,6	0,2	3,6	100
Aulas de teatro, dança ou capoeira	36,5	54,4	5,5	0,7	0,1	2,9	100
Ida a passeios	43,2	49,5	2,9	0,6	0,1	3,4	100
Eventos ou atividades comunitárias	31,1	59,5	5,1	0,5	0,2	3,6	100
Curso de Informática	43,6	38	8,3	2	1,8	6,3	100
Outros cursos (capacitação para o trabalho)	36,8	50,1	5,9	0,4	0	6,7	100
Outras atividades	42,6	27,8	1,9	0	1,9	25,9	100

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Não constatando expressivos índices de avaliações tidas como “ruins” e “péssimas” do Projeto, dentre as atividades avaliadas como “ótimas” encontram-se entre as quatro primeiras, numa ordem decrescente, a ida a passeios (43,2%); os cursos de informática (43,6%), outras atividades (42,6%), as aulas e palestras (41%). Destaca-se a ênfase dada às atividades de lazer; aquelas não identificadas; a realização de cursos profissionalizantes e a possibilidade de qualificação profissional, além das aulas e palestras desenvolvidas.

Num segundo momento, nas avaliações consideradas como “boas” tem-se também, entre as quatro atividades mais bem avaliadas, os eventos ou atividades comunitárias (59,5%); as atividades culturais (58,9%); as atividades esportivas (57,5%) e as aulas e palestras ministradas (52,6%).

Ao considerar a percepção sócio – histórica da educação enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento e fator de considerável relevância para a inserção mais qualificada de jovens no mercado de trabalho, tem-se o comprometimento de parte dos resultados desse Projeto mediante desafios interpostos e análise da sua eficácia. Considerando a maior parte das atividades desenvolvidas, ditas como socioeducativas com esse fim,

percebe-se na ausência, a importância dos indicadores sociais⁷⁴ durante o seu processo de implementação e execução.

Foi perguntado aos atendidos (BRASIL/MDS/UFF, 2007, p. 54), a nível nacional, se o seu desempenho na escola obteve ou não melhoras após o seu ingresso e permanência no projeto Agente Jovem. A sistematização desses dados foi apresentada pela tabela 9, da seguinte forma:

Tabela 9 – Relação entre o tempo de permanência no projeto e melhora de desempenho na escola após a participação.

PERMANÊNCIA NO PROJETO	MELHOROU O DESEMPENHO NA ESCOLA APÓS O PROJETO AGENTE JOVEM?			Total
	Sim	Não	NS/NR	
9 a 11 meses	167	40	5	212
12 meses	469	93	0	562
13 a 24 meses	608	118	2	728
25 meses ou mais	122	22	0	144
Total	1366	273	7	1646

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Frente a esses resultados, algumas questões contraditórias são apontadas. Se conforme publicação (BRASIL/MDS/UFF, 2007) o Projeto Agente Jovem não provocou impactos na área educacional dos atendidos, como a tabela 9, divulgada pelo órgão gestor e publicizada acima, sinaliza predominantes melhoras quanto ao desempenho escolar dos atendidos?. Fato curioso remonta ao entendimento de que aqueles cuja permanência no Projeto por mais de 25 meses, não tiveram, apesar da amostra referenciada, uma expressiva melhoria no seu desempenho escolar quando se compara a situação de jovens com menor tempo de permanência.

Por meio de análises desses dados encontrados e verificados não se pôde realmente perceber a eficácia dos resultados das ações do Projeto Agente Jovem no sentido de inserir ou de reinserir os jovens em estabelecimentos de ensino. O que se pode inferir é a ocorrência de incentivos, nas ações desencadeadas, para a permanência dos atendidos na escola, até porque, o recebimento da bolsa “dependia”, pelo menos formalmente, do seu

⁷⁴ Considera-se que a falta de indicadores sociais específicos sobre as dimensões pretendidas pelo Projeto Agente Jovem fragilizou o contínuo processo de avaliação e monitoramento dessa Política Pública.

rendimento de no mínimo 75%.

5.3 - A eficácia dos resultados sobre o trabalho e obtenção de renda

A inserção no mercado de trabalho, e a obtenção de renda, são percebidas por grande parte das famílias das camadas populares como uma demanda urgente. Essa realidade tem a ver com a possibilidade, mesmo que ainda restrita, de consumo e também de obtenção de uma melhor condição de vida.

De acordo com Leon (2007, p. 272), os jovens, particularmente em situação de risco e vulnerabilidade social, acabam sendo os mais influenciados por essa realidade, por ainda serem “considerados um grupo com grande dificuldade de inserção na atividade econômica. E, no atual contexto, se deparam com um mercado de trabalho fortemente impactado pelas mudanças da estrutura de produção”. A bolsa concedida pelo Agente Jovem também se insere entre os fatores cujos impactos são tido como positivos.

Segundo Brasil/MDS/SAGI (2007), os dados obtidos por meio da avaliação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano são “precisos” e “seguros” quanto a sua contribuição frente aos desafios de inserção dos jovens no mercado de trabalho. A afirmação feita se respalda nas comparações realizadas entre ex- beneficiários e beneficiários dessa ação política.

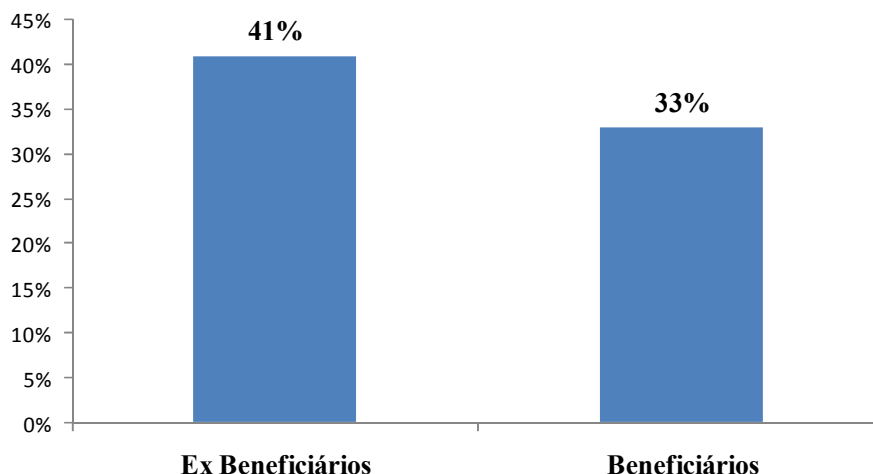
Dentre os fatores passíveis de análise tem-se, num primeiro momento, a mensuração sobre a quantidade de jovens ex- beneficiários com carteira de trabalho: 72%; em detrimento da quantidade de não beneficiários com o mesmo documento: 56%. Esses dados sinalizam que os ex- beneficiários podem ser considerados como “mais pró-ativos” à procura de trabalho, até porque, segundo publicação, cerca de 39% dos ex- beneficiários “declararam ter procurado trabalho nos trinta dias anteriores à pesquisa, contra 32% no grupo de comparação”(Brasil/MDS/SAGI,2007).

Os ex- beneficiários apresentaram melhores resultados quanto ao seu preparo profissional para inserção no mercado de trabalho. Destes, o equivalente a “52% declararam ter feito pelo menos um curso de preparação para o mercado de trabalho, contra 39% no grupo de comparação” (Brasil/MDS/SAGI,2007). Contudo, há substanciais evidências que grande parte desses cursos realizados não foram promovidos pelo Projeto em questão mediante identificação de demandas do público atendido.

Situação de destaque também se faz presente quando analisados, no gráfico 6, os

dados sobre a quantidade de jovens pesquisados desenvolvendo alguma atividade remunerada.

Gráfico 6 – Estimativa de jovens inseridos no mercado de trabalho no momento da pesquisa (2006)



Fonte: elaboração própria segundo dados disponibilizados (BRASILb/MDS/SAGI, 2007).

Os dados apresentados nesse gráfico 6 sinalizam que 41% dos jovens ex-beneficiários desenvolviam em 2006, algum tipo de atividade remunerada em detrimento dos não beneficiários (33%). Se por um lado essa situação é vista como positiva, por outro tenciona as características dessas ocupações comumente relacionadas à informalidade. Isso pode ser constatado quando se analisa “a categoria “ocupados” nas situações de trabalho informal, ou mesmo de bicos. Uma questão que provoca reflexão é quando se questiona posteriormente, entre os que trabalham e não trabalham sobre as contribuições do Projeto para a obtenção de um emprego.

Os números diferenciados merecem melhores análises. Não obstante, outro dado aponta que apenas 19,7% dos “ex-beneficiários” ocupados possuíam trabalho com carteira assinada, percentual bastante próximo ao grupo de comparação, para o qual se observou 18,4%”. Se num primeiro momento o número apresentado de jovens com carteira de trabalho era expressivamente maior entre os ex- beneficiários (72%), nestes últimos dados, referentes ao desenvolvimento de alguma atividade remunerada pelos entrevistados, constata-se a aproximação dessa realidade.

A inserção do jovem no mercado de trabalho informal revela questões complexas decorrentes da falta de qualificação e formação profissional, da escolaridade e também quantidade de empregos existentes e disponibilizados para esse segmento populacional que, em sua maioria, não possuem experiências de trabalho registrado em carteira. Outras questões motivadoras de maiores análises dizem respeito aos rendimentos obtidos pelos jovens entre 15 a 17 anos, como assinala a tabela 10, exposta abaixo.

Tabela 10 – Renda obtida por meio das atividades remuneradas realizadas

RENDA DE TRABALHO	EX- BENEFICIÁRIOS		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Não obteve renda	6	0,9%	9	5,3%
Até 1 salário mínimo	518	74,0%	105	61,8%
De 1 a 3 salários mínimos	82	11,7%	32	18,8%
De 3 a 5 salários mínimos	3	0,4%	0	0,0%
De 5 a 10 salários mínimos	1	0,1%	1	0,6%
NS/NR	90	12,9%	23	13,5%
Total	700	100,0%	170	100,0%

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Os baixos salários recebidos certamente são reflexos da precariedade dos postos de trabalhos ocupados. Dentre os rendimentos listados, a maioria representada por 74% dos ex- beneficiários recebem até 01 salário mínimo enquanto 61,8% dos não beneficiários recebiam o mesmo valor. Frente aos dados apresentados, e considerando as amostras definidas a título de comparação, não se verifica que o atendimento pelo Projeto Agente Jovem contribuiu decisivamente para a obtenção de melhores salários e para ocupação de melhores postos de trabalho.

As inferências publicizadas pela publicação oficial do MDS revelam que dentre os ex- beneficiários com renda de até 01 salário mínimo, mais de 70% não haviam completado o ensino fundamental enquanto uma média de 60% dos não beneficiários recebiam igual valor (BRASIL/MDS/UFF, 2007, p.27). Nesse sentido, evidencia-se uma maior fragilização dos direitos trabalhistas, e também uma maior flexibilização do mercado de trabalho frente às lógicas e interesses capitalistas. Deste modo, ao se constituírem em expressivos desafios, “o aumento do mercado de trabalho informal e do desemprego são razões imediatas para a necessidade de criação de programas sociais e políticas compensatórias”

(BRASIL/MDS/UFF, 2007, p. 24).

O considerável número de jovens desocupados ou desempregados, segundo Pereira^b (2001, p.13), comumente se relaciona,

aos índices de baixa escolaridade, a insuficiência e deficiência do ensino básico e médio (apesar das reconhecidas melhorias recentes) e, até certo ponto, pela defasagem entre as demandas do mercado de trabalho e a oferta do complexo multi-institucional de capacitação profissionalizante existente. Paradoxalmente, o desemprego juvenil convive com o fato de que muitos dos postos de trabalho existentes em diversos setores deixam de ser preenchidos porque a mão-de-obra disponível não possui requisitos educacionais mínimos para ocupá-los.

Na contemporaneidade, devido às influências do processo de globalização e das investidas capitalistas, os jovens são chamados a fazer parte de um novo mundo que supervaloriza o “ter” em detrimento do “ser”. As lógicas do consumo, por sinal perversas, incitam esse público a procurar novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de obtenção de renda. Sobre isso, apresenta Santos^b (2007, p. 93) os seguintes comentários:

qualquer que seja a situação de desemprego dos jovens, as consequências são severas, já que não podem contribuir para o aumento da renda familiar e tampouco acompanhar o padrão de sociabilidade da atual juventude, bombardeada pela indústria do consumo.

Muitas vezes, dadas às precariedades dos postos de trabalho, os jovens acabam abrindo mão dos seus estudos. Noutras situações, determinados jovens, geralmente com pouca escolaridade, criam estratégias também oportunas para se obter renda. Daí o aumento da criminalidade e das práticas de atos ilícitos como os assaltos, furtos e roubos como ações frequentes que ora tem os jovens como principais alvos, ora os percebem como as principais vítimas.

Ainda nesse estudo apresentado sobre os impactos do Agente Jovem (BRASIL, 2008; BRASIL^b/MDS/SAGI, 2007), o trabalho se apresenta como categoria significativa. Quando solicitados a atribuírem valor aquilo que considerariam como sendo mais importante para se sentirem bem e feliz, os jovens entrevistados, sejam eles ex- beneficiários ou não, atribuíram maior destaque à obtenção de uma “boa profissão” e ao fato da intenção de “obterem mais dinheiro”.

Esses apontamentos, relacionados às percepções sobre felicidade, também podem ser percebidos a partir da tabela 11 apresentada abaixo:

Tabela 11 – Percepção dos jovens sobre que é mais importante para se sentir feliz

ITEM IDENTIFICADO	EX- BENEFICIÁRIOS		NÃO BENEFICIÁRIOS	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Ter uma boa profissão	1234	72,7%	350	68,4%
Formar uma família	130	7,7%	36	7,0%
Ser respeitado	92	5,4%	31	6,1%
Poder ajudar a sua comunidade	87	5,1%	32	6,3%
Ter dinheiro	73	4,3%	36	7,0%
NS/NR	37	2,2%	9	1,8%
Viajar, conhecer lugares	18	1,1%	4	0,8%
Ter uma vida de aventuras, emoções	13	0,8%	3	0,6%
Ser importante, famoso	12	0,7%	10	2,0%
Ver a família com saúde	1	0,1%	0	0,0%
Outros	1	0,1%	0	0,0%
Ter a mãe de volta	0	0,0%	1	0,2%
Total	1698	100,0%	512	100,0%

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Como se pode perceber, até mesmo o fato de ser “respeitado” (5,4%) e ver a “família com saúde” (0,1%) obtiveram menores destaques desses jovens. Certamente o fato de “ter um bom emprego” e “ter mais dinheiro” pode ser vistos pelos entrevistados como importantes porque viabilizam, em grande parte, a obtenção dos demais itens mencionados. Sabe-se, nesse contexto, da importância da qualificação profissional juvenil. E, com relação a esta realidade, ainda aponta publicação (BRASIL, 2008) que “o percentual de jovens ex-beneficiários que buscaram se preparar para o mercado de trabalho é maior do que entre os jovens não beneficiários entrevistados”.

Nesse íterim, não foram identificadas reais contribuições do Projeto Agente Jovem em termos de incentivo e favorecimento da qualificação profissional dos atendidos, principalmente quando se atenta para um de seus principais objetivos que seria o de preparar e facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Na tabela 12, apresentada abaixo, tem-se respostas sobre os questionamentos feitos aos ex- beneficiários sobre as contribuições do Projeto Agente Jovem para a obtenção de trabalho:

Tabela 12 – Percepções quanto à contribuição do Projeto Agente Jovem para obtenção de um emprego, segundo situação ocupacional

SITUAÇÃO OCUPACIONAL	PARTICIPAÇÃO NO AGENTE JOVEM AJUDOU A ARRUMAR UM EMPREGO?			
	Sim	Não	NS/NR	Total
Trabalhando	18,1%	22,3%	0,3%	40,8%
Não trabalhando/desempregado	16,4%	40,9%	0,2%	57,8%
NS/NR	0,5%	1,1%	0,0%	1,4%
Total	35%	64,3%	0,7%	100,0%

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

A maioria dos jovens entrevistados, tanto os que não trabalhavam (40,9%), como os trabalhadores (22,3%) manifestaram sobre a não contribuição do Projeto Agente Jovem para a obtenção de um emprego ou atividade remunerada. Apenas 18,1% dos trabalhadores jovens e 16,4% daqueles que não desenvolviam nenhuma atividade correlacionada sinalizaram positivamente essa questão. Fato curioso é que os dados publicizados pelo MDS (2008, p.66), a esse respeito, apresentaram uma somatória diferente da explicitada acima. Estes apontaram um total de 47,3% de respostas afirmativas, enquanto na revisão realizada, ela não passava de 35%. O mesmo aconteceu com a quantidade de respostas negativas explicitadas em apenas 51,9% pelo órgão gestor, o qual sob novo crivo analítico alcançou 64,3%.

Essa realidade contradiz as afirmações contidas na avaliação dos impactos do Projeto, ao dizer que a mensuração dos impactos nessa área eram precisos (BRASIL, 2008). Certamente, essa questão dúbia vai ao encontro daqueles argumentos institucionais sobre a importância de uma avaliação oficial, após publicação de dois relatórios com o mesmo objetivo, a fim de corrigir possíveis distorções e disparidades.

Dentre as contribuições do projeto para a inserção dos atendidos no mercado de trabalho destacam-se o aprendizado de habilidades e certas capacidades (64,6%), como a confecção de curriculuns e o aprendizado de técnicas sobre como falar em público. Sobretudo,

somente 0,2% afirmaram ter feito algum curso profissionalizante.

Na contramão, destaca Pereira^b (2001, p.16) que,

é evidente que o aumento da empregabilidade juvenil deve ser reconhecido como uma meta de médio a longo prazo. Isso requer grandes investimentos em educação básica e formação profissionalizante. Além disso, o aumento da empregabilidade é uma condição necessária, porém insuficiente para combater o desemprego e a vulnerabilidade social juvenil, visto que as oportunidades de emprego para os jovens emergem ou através do crescimento econômico, e/ou através de um redirecionamento de prioridades de investimentos públicos, e/ou através de inovações especificamente direcionadas aos jovens.

Deste modo, não se pode dizer que a inserção do jovem em programas ou projetos como o Agente Jovem pode, por si só, enfrentar todos os dilemas, romper com o ciclo intergeracional da pobreza e muito menos resolver o problema do desemprego juvenil com feições estruturais. Em curto prazo, os benefícios trazidos por essas ações políticas de transferência de renda permitem que os jovens não cheguem a “um patamar insuportável de pobreza” (PEREIRA^b, 2001), contudo, são frágeis e insuficientes frente a tais problemas.

Apesar dos desafios apresentados, não se desconsidera a relevância da transferência de renda. Quando indagados, por exemplo, sobre a importância e de como era aplicada a bolsa recebida no Projeto Agente Jovem, no valor de R\$ 65,00, os ex- beneficiários apresentaram a seguinte realidade exposta na tabela 13:

Tabela 13 - Prioridade no gasto do dinheiro da bolsa

GASTO DO DINHEIRO DA BOLSA – EM PRIMEIRO LUGAR	FREQUÊNCIA	%
Alimentos/lanche para o próprio consumo	107	6,4
Alimentos para casa	688	40,9
Roupas/calçados	605	35,9
Remédios	605	0,6
Transporte	10	1,3
Material Escolar	22	5,3
Atividade de Lazer	90	1,5
Contas de água/luz/gás	25	5,7
Outros	96	2,1
NS/NR	35	0,3
Total	5	100

Fonte: DataUFF/MDS, Março de 2007 – com adaptações (2011).

Como verificado os recursos oriundos da bolsa recebida eram, em sua maioria, aplicados no atendimento de necessidades consideradas como básicas, tais como a aquisição de alimentos para a família (40,9%) e a compra de roupas e calçados (35,9%).

No rol destas análises, consideram-se ainda importantes os apontamentos de pais e responsáveis partícipes dos grupos focais realizados (BRASILa/MDS/SAGI, 2007). De acordo com relatos, “uma das principais críticas ao Agente Jovem foi a ausência de apoio aos jovens na transição entre o final do ensino médio e o início de uma carreira profissional”. Situam a importância da bolsa, mas explicitam problemas quanto ao não mais recebido desta pelo jovem, quando completa 18 anos. Nessa direção, consideram que os jovens atendidos ficam à mercê da própria sorte, sem nenhum tipo de amparo institucional além do familiar.

Os pais e responsáveis apontaram que seria preciso aperfeiçoar as políticas públicas de juventude no sentido de assegurar aos jovens, uma maior formação, qualificação profissional e, sobretudo, uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal.

Já os técnicos e gestores locais do Projeto sinalizaram opiniões dispares nos grupos focais aos quais participaram. Enquanto para alguns, o Agente Jovem é uma ação política incompleta e limitada, justamente por “não oferecer uma possibilidade real de profissionalização”; há os defensores das contribuições do Projeto quanto a preparação juvenil para o mercado de trabalho. Ao tecer comentários sobre os apontamentos dos técnicos e gestores locais, o próprio MDS, em seus relatórios, enfatizou que houve uma variedade de compreensões acerca do Projeto Agente Jovem. E isso certamente prejudicou o seu próprio desenvolvimento.

Ao considerar a opinião dos jovens atendidos, constata-se que 47,3% avaliam o Agente Jovem como sendo “bom”; 42,5% como “ótimo”; 8% como regular e apenas 0,7% o avaliam como ruim (BRASIL, 2008, p.69). O indicativo é de que as dimensões positivas dessa ação política foram reconhecidas pelos sujeitos beneficiários.

5.4 - A condição de vida de jovens egressos do Projeto Agente Jovem de Montes Claros/MG, em 2011: perspectivas e possibilidades.

Como enfatizado anteriormente, diante dos argumentos do TCU (2004) sobre a falta de acompanhamento dos egressos do Projeto Agente Jovem e diante das próprias afirmações publicizadas (BRASILa/MDS/SAGI, 2007) sobre a importância do monitoramento e acompanhamentos destes, realizou-se um estudo qualitativo junto a 13 jovens beneficiados pelo Projeto no período de 2005 a 2008, em Montes Claros/MG. Por sua vez, a escolha desses

jovens se orientou pelos critérios metodológicos já elucidados.

Até como forma de facilitar as análises e a identificação dos jovens entrevistados, estes serão apresentados, ao longo desse capítulo, da seguinte forma:

Quadro 3 – Identificação dos jovens entrevistados (2011)

QT	Identificação	Sexo	Idade	Bairro que reside	Pólo do Agente Jovem que participava	Tempo de permanência no Projeto
01	E1	masculino	21 anos	Novo Delfino	Batalhão II	Mais de 02 anos
02	E2	masculino	21 anos	Vila Campos	Maracanã	Mais de 02 anos
03	E3	masculino	21 anos	Chiquinho Guimarães	Chiquinho Guimarães	De 01 a 02 anos
04	E4.	masculino	19 anos	Major Prates	Chiquinho Guimarães	De 01 a 02 anos
05	E5	feminino	21 anos	Santa Lúcia II	Santa Lúcia	Mais de 02 anos
06	E6	feminino	21 anos	Vila S.Francisco de Assis	Santos Reis	02 anos
07	E7	feminino	21 anos	Ciro dos Anjos	Major Prates	De 01 a 02 anos
08	E8	feminino	20 anos	Vilage do Lago I	Vilage do Lago	Mais de 02 anos
09	E9	Feminino	20 anos	Cidade Cristo Rei	Cidade Cristo Rei	02 anos
10	E10	feminino	20 anos	Morrinhos	Morrinhos	De 01 a 02 anos
11	E11	feminino	20 anos	Independência	Independência	De 01 a 02 anos
12	E12	Feminino	20 anos	Renascença	Renascença	De 01 a 02 anos
13	E13	feminino	19 anos	Cidade Industrial	Cidade Industrial	Mais de 02 anos

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa realizada (2011).

Por meio dos dados ora apresentados, sistematizados mediante escolha dos jovens que permaneceram em cada pólo de referência por maior tempo, tem-se que destes egressos do Projeto Agente Jovem, a grande maioria é do sexo feminino (09) enquanto apenas 04 destes entrevistados são do sexo masculino. A menção ao sexo não se interliga aqui a qualquer análise sobre as situações de risco e vulnerabilidades existentes, contudo, são importantes até mesmo para situarmos melhor os partícipes desse estudo e ainda para compreender melhor as suas falas acerca do Projeto Agente Jovem.

Apesar de terem sido beneficiados pelo Projeto até o ano de 2008, grande parte dos entrevistados já está hoje com mais de 21 anos, como se pode perceber no quadro 03

apresentado acima. Somente dois jovens possuem 19 anos e 05 possuem 20 anos. Considera-se ainda que apesar da previsão institucional de atendimento dos jovens em 12 meses, um total de 06 jovens permaneceram no projeto entre 01 a 02 anos; 02 por até 02 anos e 05 por mais de 02 anos. Tal realidade sinaliza que as situações de risco e vulnerabilidades outrora identificadas não foram enfrentadas a contento.

Sobre a forma de inserção destes egressos no Projeto Agente Jovem obtiveram-se nas respostas de E5, E9 e, E10, a constatação que outras entidades comunitárias e órgãos corroboraram no processo de disseminação dessa ação política, tais como a Associação de moradores de bairro. Como enfatizado, as respostas do jovens em questão destacam bem isso:

Quem fez minha inscrição no Projeto foi minha mãe. Ela ficou sabendo pela prefeitura (E5).

Assim, foi a Associação de Moradores que divulgou o Agente jovem. Aí eu achei que seria uma coisa interessante para ocupar o tempo, e aí eu fiz a inscrição (E9).

Eu fiz a inscrição porque na época meus pais estavam se separando e a minha mãe ficou cuidando de mim e minhas duas irmãs sozinhas. A gente estava precisando de dinheiro para aumentar a renda da família. Então eu fui a procura do presidente da associação do bairro que me orientou falando o que eu tinha que fazer para poder participar do projeto (E10)

Ao se reportar às falas apresentadas acima se vê a importância do fomento e acúmulo do capital humano e social até mesmo para o acesso a direitos e serviços ofertados. No primeiro caso, de E5, a família corrobora para a inserção social de seus membros enquanto nas duas outras falas, de E9 e E10 destacam-se a contribuição de entidades da sociedade civil, como a Associação de Moradores e a motivação pessoal para conseguir tal intento.

Esse apoio familiar também foi constatado em outras falas sobre assuntos diversos como da ocupação do tempo livre e, sobretudo da importância de se obter rendimentos/bolsa Agente Jovem. Entrevistados como E1, E4 e E11, por exemplo, destacaram a importância da bolsa e da ocupação do tempo livre como algo importante e que traria melhores perspectivas de vida:

Na verdade, eu nem sabia que existia o Agente Jovem. Minha mãe é quem fez minha inscrição porque ela achava que a bolsa ia ajudar em casa. Além disso, minha mãe queria que eu saísse da rua (E1).

Foi minha mãe quem fez a inscrição no Projeto. Eu só participava mesmo

porque precisava muito da bolsa. Mas eu achava as atividades ruins (E4.)

Na verdade, eu participei do Projeto por influência de uma amiga minha. Ela disse que tinha feito a inscrição e que as atividades eram boas. Daí eu fui e fiz. Mas o que me chamou mais a atenção mesmo foi ver que era possível receber uma bolsa. Me ajudou muito (E11)

A partir dessas falas percebe-se a ênfase dada pelos jovens entrevistados, enquanto egressos do Projeto Agente Jovem de Montes Claros/MG, à bolsa recebida. Apesar do valor estimado de R\$ 65,00 ser consideravelmente baixo, dadas às múltiplas necessidades desses sujeitos, ela se tornou oportuna para sobrevivência e “ajuda” aos jovens beneficiados e suas respectivas famílias.

Em dois outros casos, referentes às jovens E12 e E13, não se conseguiu obter outras respostas porque estes não se lembravam de como foram inseridas no Projeto. No entanto, do total de egressos, 04 casos despertaram maior atenção: dois deles (E2 e E8) foram automaticamente inseridos no Projeto Agente Jovem porque eram atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho infantil – Peti, mas não conseguiram durante o tempo de vinculação, superar as graves e precárias situações de risco e vulnerabilidade vivenciada por eles e suas respectivas famílias. Tanto que, mesmo sabendo da previsão de atendimento do Agente Jovem de até 12 meses, o jovem E2 procurou a coordenação do núcleo, revelou sua situação, e obteve a possibilidade de permanecer até a sua finalização na cidade de Montes Claros/MG. Fato também complexo é que, mesmo depois de passar pelo Peti e pelo Agente Jovem, esse egresso ainda vivencia vulnerabilidades atinentes a sua atual condição de vida: possui 21 anos; dois filhos; com condições de vida precária e numa residência por ele identificada como insatisfatória.

A jovem E6 ficou sabendo do Projeto quando recorreu ao Conselho Tutelar para obter o seu registro de nascimento. Como a sua situação de vida também era precária foi incentivada a participar do Agente Jovem, até mesmo por conta da bolsa a ser recebida.

Sem sombra de dúvida, o caso da jovem E7 despertou maior atenção quanto ao entendimento e percepção dos atendidos sobre os reais objetivos do Projeto Agente Jovem. Como relata a entrevistada:

Eu só participei do projeto Agente Jovem porque eu tava precisando muito. Acabei engravidando também. Me falaram que se eu participasse eu ganhava uma bolsa de R\$ 65,00 reais. Fui lá no CRAS do Major Prates e eles me disseram que se eu fizesse a matrícula eu receberia uma bolsa e sairia do projeto com um emprego. Ô ilusão. Só consegui a bolsa.

Em grande parte das falas dos entrevistados conseguiu-se perceber a efetiva importância da bolsa recebida. Na maioria dos casos, tal como enuncia E7, ela foi muito importante, principalmente porque aumentava a renda familiar e permitia que os jovens atendessem certas necessidades e desejos pessoais. Na fala dessa mesma jovem, de 21 anos, os recursos eram gastos da seguinte forma: *“o que eu recebia era praticamente para comprar coisas para minha filha que tinha nascido”*.

Já nos casos dos jovens E1 e E5, o apoio financeiro permitia a compra de materiais escolares e alimentos. Como também destaca E6: *“o que recebia da bolsa não era alto não. Era pouco. Mas esse pouco me ajudava a comprar coisas pessoais e a ajudar minha mãe a comprar feira aqui pra casa”*. Em todos os casos, foi verificado que, assim como apontado nas avaliações nacionais (BRASIL/MDS/USS, 2007), a renda oriunda da bolsa recebida ajudava na compra de alimentos para a própria família e no custeio dos gastos pessoais dos jovens.

Um total de 9 jovens egressos residem com seus familiares (pai, mãe e em média 03 irmãos); 01 reside com a filha e irmãos (E7) e 03 jovens entrevistados acusaram residir com uma família recentemente constituída e composta por esposa e filhos (01 filho, no caso de E11 e dois filhos, no caso de E3 e E2). Esses dados vão ao encontro das amostras nacionais que sinalizam em média, a composição familiar de pelo menos 05 membros. Por sua vez, estes sobrevivem com insuficiente renda per capita familiar.

As políticas públicas e sociais se mostram nesse cenário como imprescindíveis para a garantia de proteção social para essas famílias cujos membros são egressos de Projetos Sociais como o Agente Jovem. O apoio familiar tem se mostrado importante, contudo, dadas às limitações e dificuldades socioeconômicas desses núcleos de referência humana, as carências se tornam múltiplas e as situações de vulnerabilidades acabam não sendo superadas a contento.

Quanto à situação da residência desses jovens egressos, 09 afirmaram que residem em casa própria; 03 em imóveis cedidos por parentes e amigos (E6; E10 e E11); e apenas 01 jovem revelou residir em casa alugada (E2). Em 12 ocasiões, os entrevistados disseram que as condições de habitação eram boas. Apenas E2 afirmou que era ruim, para não dizer péssima. Chegou até mesmo a comentar: *“minha casa não presta. É alugada, mas não presta. Mas não tenho condições de ir para outro lugar com minha família. Aqui é esgoto pra todo o lado”*. Essa realidade pôde ser de fato confirmada pela pesquisadora no momento de realização do seu estudo.

Nenhum direito é absoluto, e isso quer dizer que os indivíduos dependem de sua

junção para sobreviverem e/ou viverem melhor. Sendo assim, direitos como o da alimentação, saúde, educação, lazer, dentre outros, também dependem do acesso dos indivíduos a outros como o da moradia e das condições desejáveis de habitabilidade. No caso, dentre os imóveis e bairros visitados, a pior situação apresentada era de fato a do E2, residente em um beco da região da Vila Campos

Ao se ter o salário mínimo e a renda per capita familiar de R\$ 140,00⁷⁵ como referência analisou-se a condição socioeconômica dos jovens entrevistados. A renda média familiar, quando contrastada com a quantidade de membros desse núcleo de referência, sinaliza que a maioria das famílias sobrevivem com cerca de 2 a 3 salários mínimos. Nesse sentido, quando se toma a renda de R\$ 140, 00 per capita para definição das famílias pobres, tem-se que a maioria dos entrevistados reside também sob essas condições. Somente os jovens E2 e E6 destacaram que os rendimentos de suas famílias é bem menor do que 01 salário mínimo.

No que diz respeito à avaliação dos egressos sobre sua atuação condição de vida identificou-se a seguinte realidade: 01 jovem destacou que vivia em situação precária e de miserabilidade (E2); 02 jovens avaliaram como sendo precária e pobre (E5 e E11); 08 consideraram sua condição socioeconômica como satisfatória, por não se considerarem pobres (E3, E4, E6, E7, E8, E10, E12 e E13); e apenas 02 jovens (E1 e E9) avaliaram sua condição socioeconômica como muito boa (por sinal, esta última reside no bairro Cidade Cristo Rei, comumente estigmatizado pelos altos índices de violência juvenil).

As falas acima demonstram o quão é variável a percepção de miserabilidade, pobreza e de “vida boa”. As referências e os parâmetros de análise e comparação são condizentes com a condição de vida desses sujeitos, com a sua localização sócio-espacial bem como aos seus desejos, ideais e perspectivas e vida. Exemplo disso é a fala da entrevistada E9 quando afirma: *“apesar de morar num bairro visto por muita gente como perigoso e miserável, não acho minha vida ruim não Ao contrário. Tenho o que preciso para sobreviver. Não é muito não. Não sou rica. Mas o que tenho dá pra viver”*.

Com relação à escolaridade dos egressos do Projeto Agente Jovem de Montes Claros/MG, constatou-se o seguinte:

⁷⁵ Mesmo tendo outras referências para análise, considerou-se aqui a renda também utilizada pelo MDS para se referir às famílias eu podem ou não serem identificadas como pobres.

Quadro 4 – Escolaridade dos jovens entrevistados (2011)

QT	IDENTIFICAÇÃO	SEXO	ESCOLARIDADE
01	E1	Masculino	Ensino Médio incompleto
02	E2	Masculino	Ensino Fundamental incompleto
03	E3	Masculino	Ensino Médio completo
04	E4.	Masculino	Ensino Médio incompleto
05	E5	Feminino	Ensino Médio completo
06	E6	Feminino	Ensino Fundamental incompleto
07	E7	Feminino	Ensino Médio incompleto
08	E8	Feminino	Ensino Médio completo
09	E9	feminino	Ensino Médio completo
10	E10	Feminino	Ensino Médio completo
11	E11	Feminino	Ensino Médio completo
12	E12	feminino	Ensino Superior incompleto
13	E13	Feminino	Ensino Médio completo

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa realizada (2011).

Mesmo não tendo a certeza de que o Projeto Agente Jovem de fato contribuiu para que os jovens atendidos concluíssem o Ensino Médio destaca-se a expressiva quantidade de egressos nessas condições. Como se verifica do total de entrevistados, apenas 01 jovem do sexo masculino concluiu o ensino médio enquanto 06 jovens do sexo feminino também o fizeram. Sobre o Ensino Médio incompleto, 01 jovem do sexo feminino se encontra nessa situação, enquanto 02 jovens do sexo masculino também estavam. Dos 02 jovens que ainda não completaram o Ensino Fundamental, 01 é do sexo feminino e o outro masculino. Somente 01 jovem, do sexo feminino, encontra-se cursando a graduação em Educação Física, enquanto ensino superior. Em suma, esses dados revelaram que a maioria dos jovens estão condizentes com a escolaridade de sua faixa etária. Contudo, não se pode deixar de avaliar como expressiva a quantidade daqueles que ainda não concluíram o ensino médio.

Quanto à percepção dos incentivos para permanência dos estudos e/ou aumento da escolaridade constatou-se que 08 dos egressos entrevistados destacaram a figura dos pais, irmãos e conjuges como sendo os principais influenciadores. Somente uma jovem (E5) revelou não ter o incentivo de ninguém e outro (E4.) apontou os amigos como os maiores

inventadores. Aqui se destaca a influência de terceiros na definição de escolhas, prioridades e perspectivas futuras.

Sobre as questões que ora motivam e/ou motivaram a continuidade dos estudos dos jovens egressos evidencia-se o desejo, de 05 deles, de conseguirem um emprego melhor e obterem melhores rendimentos (E1, E4, E9, E10 e E12). Do total de 13 entrevistados, 03 (E6, E5 e E11) manifestaram interesse em voltar a estudar ou aumentar sua escolaridade, mas sinalizam a falta de esforço próprio para tal intento. Apesar das dificuldades evidenciadas, sustentam o argumento de que não conseguiram um emprego, ou um emprego o qual desejável e que remunere melhor pela falta de estudos e de uma maior qualificação profissional.

Consideravelmente, situam-se dentre os fatores motivadores da saída e não permanência de dois egressos (E8 e E13) em estabelecimentos de ensino, a falta de condições financeiras e a dificuldade de acesso de cursos financeiros como principais empecilhos. Especificamente nos casos de E2 e E3, aponta-se o fato de terem constituído família (com filhos) e obrigatoriamente trabalharem para a garantia do sustento desta.

Ao relacionar no quadro 05, apresentado abaixo, a qualificação profissional dos egressos, seu tempo de estudo e rendimentos, ver-se-á que a maioria deles não possuem uma considerável qualificação profissional oportuna para a sua inserção qualitativa no mercado de trabalho:

Quadro 5 – Descrição da qualificação/ocupação profissional e rendimentos dos egressos entrevistados segundo escolaridade

QT	IDENTIFICAÇÃO	SEXO	ESCOLARIDADE	QUALIFICAÇÃO/ OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	RENDIMENTOS
01	E1	masculino	Ensino Médio incompleto	Auxiliar de Serviços Gerais	01 salário mínimo
02	E2	masculino	Ensino fundamental incompleto	Vendedor	Até 01 salário mínimo
03	E3	masculino	Ensino Médio completo	Pedreiro	De 01 a 02 salários mínimos
04	E4.	masculino	Ensino Médio incompleto	Auxiliar de escritório	01 salário mínimo
05	E5	feminino	Ensino Médio completo	Vendedora	01 salário mínimo
06	E6	feminino	Ensino fundamental incompleto	Cabeleireira	Até 01 salário mínimo

07	E7	feminino	Ensino Médio incompleto	Babá e vendedora	Até 01 salário mínimo
08	E8	feminino	Ensino Médio completo	Monitora de crianças	Até 01 salário mínimo
09	E9	feminino	Ensino Médio completo	Não possui	Não possui
10	E10	feminino	Ensino Médio completo	Não possui	Não possui
11	E11	feminino	Ensino Médio completo	Atendente de balcão	01 salário mínimo
12	E12	feminino	Ensino Superior incompleto	Não possui	Não possui
13	E13	feminino	Ensino Médio completo	Não possui	Não possui

Fonte: elaboração própria a partir de pesquisa realizada (2011).

Apesar dos apontamentos do IPEA (2010) sobre o aumento do número de empregos de jovens nos últimos anos constata-se a precariedade das ocupações, das relações e trabalho e dos rendimentos recebidos por esses indivíduos. Como se verifica no quadro acima, somente em quatro casos os jovens egressos (E1, E4, E5 e E11) trabalhavam com o devido registro na carteira de trabalho, talvez seja por isso que o rendimento recebido era de 01 salário mínimo. Na grande maioria dos casos, em que o egresso recebia até 01 salário mínimo, e prevaleciam determinadas qualificações e ocupações profissionais que não exigiam muita formação como a de monitora de crianças; cabeleireira e babá.

Um total de 04 entrevistados afirmaram não possuírem nenhum tipo de qualificação profissional especificamente, apenas atribuem fato de terem feito um curso de informática como possibilidade concreta de capacitação e formação (E5 e E9). O Caso do E3 chama a atenção porque, além de possuir o ensino médio completo, sua ocupação profissional é a de pedreiro que, mesmo sem carteira assinada, e mediante crescimento da construção civil em todo o país, conseguiu se sobressair aos demais e receber entre 01 a 02 salários mínimos por mês.

Diante dos dados coletados, conseguiu-se apreender que do total de 13 egressos entrevistados, 07 não desenvolvem atualmente, nenhuma atividade remunerada. Os 06 demais egressos obtêm algum rendimento seja pela sua inserção formal ou informal há mais de seis meses e menos de 02 anos, no mercado de trabalho. Sobre tal situação, os argumentos de Leon (2007, p.313) se fazem necessários, visto que para esse autor,

é latente que a situação de desemprego juvenil tende a incidir mais sobre os

grupos sociais mais vulneráveis que, provavelmente, por extrema necessidade, se lançam ao mercado de forma precária e prematura. Assim verifica-se que a incorporação desses ao mercado parece levar à interrupção de seus estudos, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da capacidade desses jovens para toda vida, contribuindo de forma decisiva para a transmissão intergeracional da pobreza, perpetuando e ampliando com isso o ciclo de pobreza em que grande parte de suas famílias encontra-se imerso.

Apesar de não ser a solução para os problemas existentes, de ordem estrutural, o aumento da escolaridade é percebido como fator para o desenvolvimento. Nesse sentido, dados os principais objetivos do Agente Jovem, e da eficácia de suas ações a nível local, especificamente Montes Claros/MG, perguntou-se aos 13 egressos se esse projeto contribuiu para a sua permanência e/ou retorno à escola. Dos entrevistados, 08 (E1, E3, E5, E6, E8, E9 E10 e E11) destacaram tal contribuição, como se pode perceber em algumas das falas abaixo:

Ah...o projeto ajudou porque cobrava que a gente tivesse na escola. Eles acompanhavam isso. (E1)

É, eu posso dizer que os ensinamentos ajudaram um pouco a ficar mais madura e a perceber o valor do estudo (E6).

O Agente Jovem foi bom porque os professores falavam muito sobre a importância de estudar para conseguir um emprego melhor (E9)

O Agente Jovem ajudou muito. Inclusive os monitores e orientadores falavam o tempo todo que a gente poderia levar trabalhos da escola para fazer lá, no horário das oficinas do Projeto. Ai, a gente saia da atividade e ia para a biblioteca. (E11)

Correspondente às análises realizadas nacionalmente, a educação é vista pelos egressos como oportunidade de obtenção de um futuro melhor. Sinalizam, para tanto, a contribuição do Projeto Agente Jovem em termos de incentivo e ampliação dos entendimentos, conhecimentos e informações acerca do estudo favorecendo inclusive, mesmo em horários previstos para a realização de atividade do Projeto, que o Jovem se retirasse para fazer seus trabalhos escolares.

Apesar desses apontamentos positivos, o equivalente a 03 jovens (E4, E13 e E12) afirmaram que não conseguiram identificar a contribuição do Projeto para a sua permanência na escola. Destes, chama a atenção os apontamento de E4, ao tecer os seguintes comentários:

“eu não percebi nenhum tipo de incentivo para voltar a estudar. Ao contrário, mesmo sendo atendido eu parei mesmo de estudar e de ir na escola”(E4). Em outra fala, teve-se essa compreensão: “hoje eu estou fazendo o curso de Educação Física, mas se eu dependesse da contribuição do Agente Jovem para conseguir isso eu estaria do mesmo jeito que antes” (E12).

Já o entrevistado E13 somente enfatizou que não percebeu nenhuma contribuição do Projeto a esse respeito. Essa não percepção sobre as contribuições anunciadas certamente se relacionam com os próprios interesses juvenis.

Em apenas 02 (E7 e E2) dos 13 egressos entrevistados verificou-se que houve um retorno aos estudos após ingresso no Projeto. Contudo, no caso específico de E2, este retornou à escola, mas logo que inseriu no Agente Jovem ele desistiu de estudar por questões diversas, como a necessidade de trabalho e, posteriormente, a constituição de uma nova família:

eu até voltei a estudar, mas logo sai porque tive que arrumar um trampo. Eu tava numa situação precária, e a bolsa sozinha não me ajudava no que realmente eu tava precisando. Aí, depois arrumei uma mulher e dois filhos. Então, parei de estudar mesmo. Os orientadores do Agente Jovem até incentivavam, mas eu parei mesmo (E2).

A fala de E2, por sua vez, reflete bem os entendimentos de autores como Pochmann (2001, p.35) quando este faz a seguinte reflexão:

a decisão de entrada no mercado de trabalho pelo jovem está associada diretamente às dificuldades de financiamento das condições de reprodução da família. Geralmente, quanto menor a renda familiar, maior a proporção de jovens economicamente ativos. Nesse caso, o abandono da inatividade pelo jovem justifica-se pelo objetivo de atender as necessidades coletivas da família, diante da insuficiência da renda familiar.

Ao serem questionados sobre quem os indicou para tal oportunidade de emprego, todos destacaram os familiares (como pais, tios e primos) quando não amigos próximos. Ainda sobre a dimensão trabalho, perguntou-se também sobre o que motiva os 06 egressos a continuarem desenvolvendo algum tipo de atividade remunerada foi possível constatar que em sua maioria, prevalece a necessidade do trabalho, questões familiares e importância dos rendimentos obtidos (E3, E8 e E11).

A Jovem E6, apesar de enfatizar que nunca fez nenhum curso profissionalizante para ser uma cabeleireira, sente-se motivada a continuar realizando essa atividade porque realmente gosta do que faz e do que aprendeu com suas colegas de bairro. Já outros dois jovens egressos fizeram os seguintes comentários:

o que mais me motiva a continuar trabalhando é o fato de poder ganhar experiência profissional. Hoje as empresas só querem saber daqueles que tem experiência na carteira. Nem dão a oportunidade da pessoa mostrar o que ela sabe fazer de verdade. Isso é que me motiva. Ganhar experiência (E1).

Acho que quando a gente trabalha a gente tem a possibilidade de fazer outras coisas. De aprender novas habilidades. A gente aprende muito com os outros. Acho que o trabalho melhora mesmo o homem (E4.)

Nestas duas falas se fazem presentes algumas concepções de trabalho para os entrevistados e ainda as suas percepções quanto aos fatores que de fato os motivam a exercerem alguma atividade remunerada, mesmo sendo estas ainda consideradas como precárias. Diante do exposto, e no intuito de perceber desafios e avaliar a real eficácia das ações referentes à dimensão trabalho, desenvolvidas pelo Agente Jovem, perguntou-se aos egressos entrevistados se esse projeto contribuiu de alguma forma para a sua inserção no mercado de trabalho.

Do total de egressos, somente 2 disseram que o projeto trouxe contribuições por conta das atividades desenvolvidas que motivaram a convivência em público e o relacionamento interpessoal. Fato curioso é que, mesmo apontando tal contribuição, essas duas jovens (E5 e E7) não desenvolvem atualmente, nenhuma atividade remunerada, apesar de especificamente E7 residir em uma casa com precárias condições de habitação e com um considerável número de membros (05 pessoas num total, incluindo sua filha).

No entanto, 11 dos entrevistados enfatizaram que o projeto não preparou e nem contribuiu para a sua maior qualificação e inserção profissional no mercado de trabalho. Dentre as respostas mais contundentes obtidas, destacam-se:

Olha, eu sai do Projeto sem ter feito nenhum curso de capacitação e depois que sai do projeto também não consegui um emprego. Uns amigos até me falaram que outro programa nos abriria oportunidade de trabalho. Sinto falta mesmo é da bolsa que me ajudaria e muito. Ajudaria minha família. Agora mesmo estou sem poder fazer até os bicos que eu fazia antes porque meu pé está machucado. Então, eu vivo numa situação muito ruim. Mas fazer o quê né...Vamos nos virando (E2)

O Agente Jovem não contribuiu não. Tanto que ainda estou nessa situação de desempregado, sem pode comprar o que preciso e sem poder ajudar a minha família. Acho que o projeto foi falho nisso. Não sei direito de quem é a culpa, mas acho que se eles prometeram um emprego tinham que dar um emprego pra nós (E3)

Não vi que ajudou não. Eles até falaram que a gente ia ter um emprego na mão se ficasse no projeto. No Agente Jovem eu só fiz um curso de atendente e nem terminei ele porque não era o que eu queria fazer. Eu queria algum curso de cabeleireira, que era o que eu queria fazer para ganhar dinheiro. Mas eles nunca deram esse curso (E6).

Questões pontuadas pelos egressos revelam bem a real contribuição do Projeto para o preparo, formação e facilitação da inserção do jovem no mercado de trabalho. Esses eram os objetivos almejados e desejados pelo Agente Jovem nesta área, contudo, os próprios jovens não perceberam em suas próprias vidas o real impacto mensurado por órgãos federais a esse respeito (BRASII/MDS/UFF, 2007). A correlação de informações permite dizer que outras variáveis incidiram positivamente para que alguns jovens obtivessem melhores resultados frente a sua inserção e permanência nesse cenário.

A fim de se obter mais informações a esse respeito, foi solicitada a avaliação do Projeto pelos entrevistados, antes e depois de sua inserção. Para 07 deles, a experiência foi significativa porque permitiu tanto a ampliação de conhecimentos, como a promoção da convivência com outras pessoas; o trabalho com a auto estima; o estabelecimento de novas amizades; a ida em vários lugares até então não conhecidos pelos jovens, com asilos, estações de tratamento de água; além da realização de trabalhos manuais considerados importantes como artesanato em geral. Por sua vez, a fala do jovem E10 assinala bem isso: “*o projeto agente jovem incentiva agente a crescer, nos da oportunidade de ver exemplos de outros participantes. Antes de participar não tinha esta vontade. Não dava tanto valor aos estudos como agora*”. Dimensões educativas mais amplas foram, portanto, potencializadas.

Duas Jovens egressas (E5 e E13) disseram que eram muito tímidas antes do Projeto, e isso foi de fato importante em termos de mudança e aprendizado, pois agora conseguem se relacionar com mais tranquilidade com outras pessoas. Porém, outro jovem, o E4., mesmo ressaltando a relevância do Projeto, fez a seguinte afirmação:

olha, o projeto me ajudou porque tudo é questão de aprendizado. Me ajudou em termos de cultura, artesanato, e a conhecer novos lugares como a Copasa que eu não conhecia. Mas durante todo o tempo que eu participei eles nunca ofereceram nenhum curso profissionalizante. Bem que eu queria

fazer um de assistência técnica e manutenção de computadores, mas eles não ofereceram nem esse e nem outro.

Essa compreensão nos permite dizer que também se fez presente frente às avaliações do Projeto, certa dualidade quanto aos seus reais efeitos. Não obstante, 04 jovens enfatizam de forma bastante contundente que o Agente Jovem não provocou nenhum impacto em sua vida. Dentre os demais egressos situam-se as seguintes realidades e percepções:

Na minha opinião a minha vida está do mesmo jeito. Não mudou nada. O pessoal que trabalhava no projeto só tinha papo. Prometeram que todos sairiam com um emprego. Ai, Ai...se eu não corresse atrás eu e a minha família estávamos passando fome. Pelo menos no núcleo que eu fazia era uma bagunça danada. Nem curso eles ofereciam. Para não dizer que não fiz nada, o psicólogo que atendia no Projeto conseguiu por fora um curso de pintura para mim, com certificado e eu fiz. Se não fosse isso (E2)

Não vi grandes mudanças em minha vida não. Só os conhecimentos que aprendi sobre meio ambiente, direitos humanos e cidadania. Falaram que eu conseguiria um emprego. Mas não consegui. Meu namorado que trabalha numa pizzaria que me arrajou o trabalho de monitora de crianças. O pessoal que trabalhava no Agente Jovem disse pra nós que o projeto ia terminar mas ia ser bom porque outro projeto ia ser criado para nos ajudar. Era o Projovem. Só que até agora não ajudou não (E8)

Além das percepções sobre a ineficácia das ações do Projeto Agente Jovem, evidente nas falas dos jovens mencionados acima, ainda se identificam questões complexas que legitimam os dizerem de Dayrell (2007) sobre as iniciativas políticas “pobres e para os pobres”. Outro fato a despertar atenção é a esperança em programas e projetos vindouros, como o Projovem, cujo objetivo principal é atender jovens demandatários de uma maior escolaridade, de formação, qualificação e inserção profissional no mercado de trabalho.

Por fim, perguntou-se aos entrevistados quais os principais pontos positivos e negativos do projeto Agente Jovem. Entre os primeiros, situam-se principalmente a concessão da bolsa (inclusive apontada como o fator que mais despertou “saudade” do projeto), seguida das palestras e aulas ministradas sobre temas interessantes como DSTs, drogas, cidadania e violência; as amizades construídas; os passeios feitos; as atividades culturais, como o teatro, e de esportes, como a educação física e capoeira; e, o relacionamento entre professores, monitores e jovens atendidos (alguns confessaram sentir falta deles). Se destaca também o fato de o projeto ser uma alternativa para ocupação do tempo livre dos jovens, muitas vezes já

inseridos na criminalidade.

Entre os pontos apresentados como ruins tem-se a insuficiência e/ou falta do lanche/merenda disponibilizada durante a permanência do jovem no Projeto; a precária infraestrutura dos locais de referência para realização das oficinas; o atraso de muitas atividades; a ocupação dos espaços destinados para atividades do Agente Jovem muitas vezes utilizado, nos mesmos horários previstos, por outras pessoas e para outros fins; a existência de jovens cujos interesses eram adversos, mas que iam para o projeto por conta da frequência obrigatória; a realização de atividades não planejadas e de última hora; e, a falta de materiais que permitiam fazer os trabalhos manuais como os de artesanato.

Mediante constatação decorrente das análises realizadas percebeu-se a falta de uma maior interação entre o término do Projeto Agente Jovem e a iminência de outros serviços como o do Projovem executado a partir do ano de 2008. Fato é que, nenhum dos 13 egressos entrevistados foi inserido em outro programa ou política social, mesmo ainda convivendo com complexas situações de risco e vulnerabilidade social. Tratam-se, para tanto, de desafios a serem enfrentados e devidamente superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Têm-se as políticas públicas, pelo menos sob algumas perspectivas teóricas e conceituais, como sendo ações políticas cujo objetivo é também viabilizar melhores condições de vida para uma determinada população ou segmento social. Entretanto, é sabido que em um contexto capitalista, de exploração e agravamento das expressões da questão social, torna-se complexo esperar pela legitimação plena da cidadania e pela superação das mais diversas situações de desigualdades existentes.

Nesse contexto é que se analisam as políticas públicas para as juventudes, especificamente a que legitimou o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Criado num contexto específico, e direcionado aos jovens pobres em situações de risco e vulnerabilidade social, incorporou ideologias e discursos vigentes da década de 1990. Apesar das intenções, pouco contribuiu para uma efetiva superação das carências identificadas junto ao público atendido.

À luz do estudo realizado compreende-se o quanto é preciso avançar frente à realização de estudos mais densos sobre o desenvolvimento social e humano. A disseminação, ampliação e operacionalização desses entendimentos conceituais também podem contribuir para a identificação dos discursos presentes, principalmente quando relacionados ao chamado protagonismo juvenil. Nessa direção é que identifica-se o Projeto Agente Jovem, principal objeto de análise desse estudo, como uma iniciativa política importante, apesar das influências políticas, econômicas, culturais e sociais do contexto peculiar em que foi criado.

Ao explicitar conceitos contemporâneos sobre a existência de juventudes intentou-se compreender que uma categoria analítica abarca sujeitos concretos, com realidades, necessidades e condições de vida diferenciadas. Para tanto, as respostas políticas também devem ser múltiplas dadas à pluralidade existente. No caso do Projeto Agente Jovem, a intenção não era a de atender esses requisitos, mas sim resolver problemas como os relativos ao aumento da criminalidade juvenil, identificado como sendo resultado das precárias condições de vida de um público em especial.

Como dito, a superação das situações de risco e vulnerabilidade social não serão totalmente superadas num contexto capitalista. As políticas públicas, por sua vez, também não irão resolver todos os problemas referentes às históricas desigualdades sociais existentes entre indivíduos, segmentos e classes. Contudo, há de convir que o agravamento dessas situações de pobreza e miserabilidade se torna empecilhos até mesmo para o pleno funcionamento desse sistema estimulador da concentração de renda; das desigualdades; do consumo e de produção

de complexas necessidades sociais.

Com isso, a educação, a partir da obtenção de maior escolaridade, e a obtenção de renda, são instrumentos significativos para acúmulo do capital cultural e social. Particularmente podem contribuir, mesmo que timidamente, para a melhoria da qualidade de vida dos jovens pertencentes às camadas populares. Em certos casos, se fazem importantes as políticas de proteção social e transferência de renda no intuito de proporcionar certa segurança social aqueles sob condições de vida desumanas.

A hipótese desse trabalho era a de que o Projeto Agente Jovem não tinha provocado nenhum impacto positivo na vida dos atendidos e nem havia contribuído para a melhoria da qualidade de vida desses sujeitos. Por meio desse estudo verificou-se que o Projeto trouxe benefícios para os atendidos, mesmo não sendo os previstos e desejáveis. Estes sinalizavam inclusive a importância social da bolsa recebida, das atividades educativas realizadas e experiências construídas. Assim, a perspectiva dos mínimos sociais pode então ser percebida a partir dos dados, discursos e ações realizadas.

Quanto às dimensões da educação, resgatam-se as contribuições das atividades desenvolvidas numa dimensão mais ampla, por estimularem um processo de ensino aprendido muito maior do que o apreendido nas escolas. A convivência mútua, os aprendizados identificados como práticos e a troca de experiências, por exemplo, são destacadas quanto a sua relevância a todo momento. No entanto, os instrumentos de mensuração não permitem afirmar que o projeto Agente Jovem foi único responsável pelo aumento da escolaridade dos jovens atendidos.

Sobre a dimensão do trabalho explicitada pelo Projeto, que mais se aproxima das concepções de emprego, identificou-se uma significativa percentagem de jovens na condição de trabalhadores e com carteira de trabalho. Apesar disso, comprovou-se a fragilidade dessa ação política frente às escassas capacitações e estratégias de formação profissional, conforme proposto em seus objetivos oficiais.

Séria é a constatação de que nos discursos de alguns jovens atendidos, particularmente da região de Montes Claros/MG, se fizeram presentes determinadas promessas de obtenção de emprego, a partir da inserção juvenil no Agente Jovem. Como bem explicitou o MDS, na publicação sobre os impactos desse Projeto (2008), os entendimentos diferenciados sobre o que de fato consistia o projeto Agente Jovem certamente permitiram a ocorrência de distorções e de compreensões equivocadas sobre seus reais intenções. Mesmo assim, ao despertar a esperança dos jovens sobre tal possibilidade corre-se o risco de mais uma vez a política ser percebida de forma restrita e não satisfatória.

Por fim, os desafios apresentados pelas juventudes em situações de fragilidade social ainda permanecem presentes. Também sendo as políticas públicas respostas às demandas populares, cabem aos gestores a sua melhor formulação e execução, de forma a provocar impactos reais na vida do público a ser beneficiado. Nesse contexto, devem-se questionar quais as estratégias a serem utilizadas para que ao sair de um programa ou projeto, os jovens tenham condições de serem de fato protagonistas da sua própria história.

Assim sendo, sinaliza-se que o alcance de objetivos publicizados, que não dependem somente de uma ação política, e a simples mudança de terminologias, como de Agente Jovem para Projovem Adolescente, pode reforçar incertezas e se tornar em um instrumento paliativo para o enfrentamento de problemas sociais complexos. Essa realidade pôde ser identificada entre os jovens ex beneficiários de Montes Claros/MG e também por meio dos estudos realizados por outros autores e pesquisadores já mencionados anteriormente.

Sabe-se dos intentos dessa nova proposta política que se interage melhor com as propostas de proteção social do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as perspectivas da matricialidade familiar. Contudo, questionam-se os reais objetivos dessa ação política que apesar de não mais viabilizar a bolsa/benefício financeiro, atende o mesmo público do então Projeto Agente Jovem, com a mesma faixa etária e condição socioeconômica. É possível sustentar que por meio das atividades realizadas existe a possibilidade de superação das situações de risco e vulnerabilidade social existentes? As demandas sociofamiliares são de fato atendidas ou a referência se resume apenas em ideário institucional e político? As atividades realizadas, intituladas teóricas e práticas, de fato vão ao encontro das demandas, necessidades e anseios do público atendido? O monitoramento realizada é perspicaz quanto a verificação de desafios e limites que ainda podem ser superados?

Ao considerar a finalidade das políticas públicas defendida por autores como Saravia (2006) considera-se a relevância social do Projeto Agente Jovem, mesmo que este não tenha provocado os impactos e produzidos os resultados almejados desde o início de sua implementação, seja em nível de Brasil como no contexto do município de Montes Claros/MG.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In.: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.13- 32.

ABRAMO, Helena Wendel Abramos; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto de Cidadania, 2008.

_____. Lazer: os embalos de sábado à noite. **Tempo e Presença**. São Paulo, nº. 240, ano II, 1989. p.4-8.

ABRAMOVAY, Miriam, et all. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

_____. CASTRO, Mary (coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

_____. **Por um novo paradigma de fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Revista Comum**. Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANTUNES, Ricardo. A classe que vive do trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In.: **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 101-117.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. (trad.) RAPOSO, Roberto. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Das origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 215-395.

ARRETCHE, Marta T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In.: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2007, p.29-40.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BANGO, Julio. Política de Juventude na América Latina: identificação de desafios. In.: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas:**

juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.33-56.

BAQUERO, Marcello (org.) **Democracia, Juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009. p.15-48.

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEHRING, Elanie Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BÓGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Apresentação. In.: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore et all (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 7-14.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é só uma palavra. In.: **Questões de Sociologia**. (Trad.) Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de século, 2003. p. 151–162.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo Braga; MARTINS, Sheyla Borges; SILVA, Geusiani Pereira. **Relatório final de pesquisa**. Análise das Políticas Públicas direcionadas para os jovens de Montes Claros/MG: um estudo do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1934**. Aprovada no dia 16 de julho de 1934. Presidência da República. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituiC3%A7ao34.htm>. Acesso no dia 22/08/2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal: Brasília, 2010.

_____. **Avaliação do TCU sobre o Programa Agente Jovem**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

_____. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2010.

_____. **Portaria MPAS/SEA de nº 879, de 03 de dezembro de 2001**. Disponível no site <<http://sidonet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/cadacao2003/downloads/0070.pdf>>.

_____. **Lei Nº. 8.742, de 7 de dez. de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social: LOAS**. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____;SNJ. **Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília: Secretaria – Geral da Presidência da República, s/d. Disponível no site <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/folderjuventude>>. Acesso em 03/02/2011.

BRASILa. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Resultado da Pesquisa Qualitativa do Projeto Agente Jovem: sumário executivo**. Brasília: MDS, 2007. Disponível no site <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/sagi>

BRASILb. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Resultado da Pesquisa Quantitativa do Projeto Agente Jovem: sumário executivo**. Brasília: MDS, 2007. Disponível no site <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/sagi>

BRASIL. Projeto Agente Jovem: avaliação de seus impactos. **Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em debate**. Nº 8. Brasília: MDS/SAGI, 2008.

_____; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mapeamento das Ações Orçamentárias Integrantes da Proposta Orçamentária Brasileira - Plano Plurianual 2000 – 2003. Relatório anual de avaliação - exercício 2002**. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____;MDS. **Resolução de nº 3, de 25 de Janeiro de 2008**. Disponível no site <<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2008/Resolucao%20CNAS%20no%2003-%20de%2025%20de%20janeiro%20de%202008.pdf/viewsearchterm=Agente%20Jovem>>.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. **Portaria de nº442, de 26 de agosto de 2005**. Disponível no site <www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/portarias/2005AgenteJovem>

_____. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Disponível no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>.

BÓGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Apresentação. In.: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore et all (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 7-14.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uam experiência para reflexão. In.: MDS/UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 171-201.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. **Projeto Agente Jovem: Ação, Programa ou Política Pública de Juventude?**. 27ª Reunião da ANPED, 2004. Disponível no site <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t039.pdf>>. Acesso em 10/12/2010.

CARRANO, Paulo. Juventude e participação no Brasil – interdições e possibilidades. In.: INSTITUTO IBASE. **Especial – Juventude e Política**. Democracia viva. Rio de Janeiro: IBASE, jan/mar, 2006. p. 03-05.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin; COSTA, Flavia de Albuquerque; SCHETTINO, Priscila et all. Juventude e políticas públicas no Brasil nos anos 1990: notas de uma pesquisa sobre jovens em Juiz de Fora – MG. In.: **Libertas**. Juiz de Fora, v.1, n.1, p.151 - 159, dez / 2006 – ISSN 1980-8518. Disponível no site <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo08_1.pdf> . Acesso em 09/01/2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**: Petrópolis: Vozes, 2005.

_____; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore et all (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com Juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

COELHO, Ana. Repensar o campo da educação da infância. In.: **Revista Iberoamericana de Educación**. ISSN: 1681-5653. n.º 44/3. Portugal: EDITA - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 25 de octubre de 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE/SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Cadernos de Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude: levante sua bandeira**. Brasília: CONJUVE/SNJ, 2008.

CORROCHANO, Maria Carla, et all. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas Públicas**. São Paulo: Ação Educativa; Instituto ibi, 2008.

COURI, Joseane Rotatori. **Análise do Orçamento do Programa Bolsa Família (2004 a 2009)**. Brasília: UNB, 2010. Monografia em Serviço Social. Disponível no site <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1321/1/2010_JoseaneRotatoriCouri.pdf>. Acesso no dia 19/01/2011.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007. p.504-524. Disponível no site <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2007_02/09_Demanda_Continua_MariaAmalia.pdf>. Acesso em 23/01/2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. As categorias. In.: **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p.21-51.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília (Org.) **Juventude e Escolarização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de

Janeiro, n. 24, p.40-53, set./out./nov./dez. 2003.

_____. Juventude, pobreza e ações socioeducativas no Brasil. 30ª. **Reunião Anual ANPED, em Caxambu/MG**, no período de 07 a 10 de outubro de 2007. Disponível no site <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT03-2880—Int.pdf>>

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. (trad.) Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. p. 15-65.296-336.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na História**. São Paulo: Loyola, 2003.

DIGIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.

DULCI, Otávio S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. BH: UFMG, 1999.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In.: ENGELS, F; MARX, K. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa – Omega, s.d. Disponível no site <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/macaco.html>>.

ESTEVES; Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In.: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES; Luiz Carlos Gil (orgs.) In.: **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC; Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade; UNESCO, 2007. p. 21-56.

ESTIVIL, Jordi. **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Genebra: Berau Internacional do Trabalho – STEP, 2003. p. 5-35.

FARRINGTON, David P. Fatores de risco para a violência juvenil. In.: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p.25-58.

FÁVERO, Osmar, et all. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

FLÉCHA, Ramón; TORTAJARA, Iolanda. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In: IMBERMÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Trad. Ernani Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 23- 36.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normatização de publicações técnico-científicas**. Colaboração: Maria Helena de Andrade Guimarães; Stella Maris Borges. 8ª Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FRANCO, Maria Ciavatta. **Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados**. Educação e Sociedade, ano XXI, nº 72, 2000. p. 197-230.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas: especialização e lazeres**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 155-211.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e

perspectivas. In.: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.) **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GALIZIA, Alejandra Pastorini e Silvina. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. In.: UFRJ; PPGSS. Políticas Sociais e Segurança Pública. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Nº 14 e 15. Vol. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.72-101.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo: Vozes, 1999. p. 25-230.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo Atlas, 1999.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. A história da infância e a história da violência física doméstica contra crianças e adolescentes. In: **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-75.

GUIMARÃES, Gilselene Garcia; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade**. 31ª Reunião Anual da ANPED – Caxambú, 2008. Disponível no site <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136—Int.pdf>>. Acesso no dia 12/01/2011.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil. In.: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 149-174.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 6ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1983. p.183-219.227-242.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**, v. 21, nº 55, Campinas-SP, nov. 2001, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 02 de agosto de 2006.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A Questão Social. In.: **Pensamento Social no Brasil**. Bauru/S.P: EDUSC, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados da Amostra do Censo Demográfico, 2000**. Nota: informações de acordo com a Divisão territorial vigente em 01/01/2001. Disponível em <ibge.gov.br/home/estatistica/populacao_jovem>.

_____. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em <ibge.gov.br>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/PNAD**. Síntese de Indicadores 2006. Disponível no site <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>>. Acesso no dia 22/06/2010

INSTITUTO IBASE. **Especial – Juventude e Política**. Democracia viva. Rio de Janeiro: IBASE, jan/mar, 2006.

IBASE & POLIS. **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final, 2005. Disponível no site <http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf>. Acesso no dia 11/05/2010.

_____. **Juventudes Sul-Americanas**. Rio de Janeiro: IBASE e Pólis, 2010.

IPEA. **Radar Social**. Brasília: Ipea, 2005.

_____. **Sobre a recente queda a desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

_____. **Carta de Conjuntura**. Junho de 2010. ISSN 1982-8772. Disponível no site <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100809_cartaconjuntura10.pdf>. Acesso no dia 30/08/2010.

JÚNIOR, José Celso Cardoso Jr, et all. **Longa caminhada, fôlego curto**: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude. Brasília: IPEA, 2006. <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1224.pdf>. Acesso no dia 11/05/2010.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (ed.). **Psicologia social**. Paris: Press Universitaires de France, 1984, pp. 31-61.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis?. In.: BAQUERO, Marcello (org.) **Democracia, Juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.17-48.

LATOUCHE, Serge. Padrão de vida. In.: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. (trad.) Vera Lúcia M. Joscelyne; Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 173-190.

LEÓN, Oscar Dávila. Da agregação Programática à visão construtiva de política de juventude. In: FREITAS, Maria Vígilia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org). **Política Pública: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 88-91.

LEON, Alessandro Lufty Ponce de. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In.: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. p. 271-322.

LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVII. Nº 90. São Paulo: Cortez, junho de 2007. p. 35-57.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). História dos Jovens. (trad.) Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves, Maria Lúcia Machado. 2 Vol. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Resenha de: RODRIGUES, Dirce Spedo. Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 n ° 5; Set/Out/Nov/Dez 1997 n ° 6. Disponível no site <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_resenhas/rbde05_6_resenhas_04_historia_dos_jovens.pdf>. Acesso no dia 10/07/2010.

MAGALHÃES, Edgar Pontes de. Combatendo a pobreza e enfrentando as vulnerabilidades: desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a Proteção Social Básica. In.: MDS/UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 401-423.

MANHEIMN, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M. M. & PEREIRA, L. **Educação e sociedade — Leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo Atlas, 1996.

MARSHALL, T.H. **Política Social** (trad.) Merton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.7-26. 117-127.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à pobreza e (des)proteção social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. In.: UFRJ; PPGSS. Políticas Sociais e Segurança Pública. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Nº 14 e 15. Vol. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.48-71.

MENDES, Emílio Garcia. História da criança como história do seu controle. In: MENDES, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das Necessidades aos Direitos**. Série Direitos da Criança. São Paulo: Malheiros, 1994. p. 11-32.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Rosemeire Selma Monteiro. **A construção de um pacto pela alfabetização e educação de jovens e adultos ao longo da vida**. Universidade Federal do Ceará. s/d. Disponível no site <<http://www.fiec.org.br/artigos/educacao/pactofalfabetizacao020903.htm>>. Acesso no dia 15/08/2010.

MUNIZ, Egli. Relevância dos serviços socioassistenciais na sociedade contemporânea. In.: **Os serviços de proteção social**: um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005. p. 101-201.

NASCIMENTO, Maria Isabel; COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak Zanlorenzi; CORDEIRO, Sônia V. Aparecida Lima. **Instituições escolares no Brasil colonial e imperial**. Disponível no site <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigosframes/artigo_075.html>. Acesso no

dia 23/08/2010.

NEVES, José Luiz. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. In.: **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo. Vol. 1. nº 3. 2º semestre de 1996. Disponível no site <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso no dia 12/01/2011.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Escritos em Educação**. Pierre Bourdieu (1998). Petrópolis: Vozes, 2000.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Prefácio. In.: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. De; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p.15-22.

_____. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In.: FÁVERO, Osmar, et all. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 253-281.

ODÁLIA, Nilo. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho (trad.) Gustavo Bayer. RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. Trabalho: a categoria sociológica chave?. In.: **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2ª Ed. (trad.) Wanda Caldeira Brant et all. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 167-197.

OIT. **Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude - 2010**. Disponível na versão em inglês, no site <http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_184.php>.

PADILHA, Adriana Zoccoli; BORGES, Ângela Maria Carvalho. Juventude e mercado de trabalho: considerações sobre a Política Federal de 2003 a 2007. In.: **Científico**. Ano VII, v. II, p.314. Salvador, julho-dezembro 2007. Disponível no site <http://www.frb.br/ciente/dossie/dossie_borgespadilha.pdf>. Acesso em 09/01/2011.

PERALVAa, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. APEND. Mai/Jun/Jul/Ago, 1997, nº5; Set/Out/Nov/Dez, 1997, nº 6. Disponível no site <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_04_angelina_peralva.pdf>. Acesso em 02/02/2011.

_____. O jovem como modelo cultural. In.: FÁVERO, Osmar, et all. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 13-27.

PEREIRAa, Potyara A.P. **Política Social**: tema e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA^b, Armand F.. Educação, formação e empregabilidade: algumas questões e opções para combater o desemprego juvenil. In.: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. Brasília: OIT, 2001.

POCHMANNa, Márcio. Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo. In.: **La inclusión laboral de los jóvenes: entre la desesperanza y la construcción colectiva**. Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en

la Formación Profesional – OIT/Cinterfor, 2001. Disponível no site <<http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/inclus/pdf/pochmann.pdf>>. Acesso em 08/01/2011.

_____. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In.: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. Brasília: OIT, 2001.p. 27-39.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In.: NOVAES, R e VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____; AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUINTÃO, André. **Cartilha sobre a Política Estadual de Juventude – Lei 18.136/09**. Belo Horizonte: ALMG, 2010.

RABÊLLO, Maria Eleonora Lemos. **O que é protagonismo juvenil**. s/d. Disponível no site <http://www.cedeca.org.br/PDF/protagonismo_juvenil_eleonora_rabello.pdf>. Acesso no dia 03/02/2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

RODRIGUESa, Dirce Spedo. **Resenha**. LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean- Claude (Orgs.). História dos Jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Machado.Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N° 5 Set/Out/Nov/Dez, 1997. Disponível no site <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbd_e05_6/rbde05_6_resenhas/rbde05_6_resenhas_04_historia_dos_jovens.pdf>. Acesso em 05/12/2010.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão; LIMA, Antonia Jesuíta de. Infância, pobreza e trabalho infantil. In.: **Revista Serviço Social e Sociedade – Gestão Pública**. N° 90. Ano XXVIII. São Paulo: Cortez, 2007. p. 58-81.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p.731-752.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Educação Profissional de jovens: estudo sobre as relações entre atividades teóricas e práticas em um programa de aprendizagem. **Anais do I Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – SENEPT**. Minas Gerais: CEFET, 2008. Disponível no site <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema_6/TerxaTema6Poster2.pdf>. Acesso no dia 09/01/2011.

SANTOSa, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Mercado de Trabalho e políticas públicas para a juventude. **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVII. Nº 90. São Paulo: Cortez, junho de 2007. p. 82-101.

SANTOSb, Gilmar Ribeiro dos. Reflexões sobre o conceito de trabalho. In.: **Caderno de Ciências Sociais**. Nº 1. ano 1. Montes Claros: DPCS/UNIMONTES, dezembro de 1995, p. 44-54.

SANTOS, José Antônio dos. **Políticas públicas e juventudes: uma análise do PROJOVEM urbano no município de Montes Claros/MG**. Monografia em Serviço Social. Montes Claros: Faculdades Santo Agostinho, 2010.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERNANDES, Elisabete (Orgs). **Políticas Públicas**. vol. I. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SARTORI, Giovanni. Comparación y Método Comparativo. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Orgs.). **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 29- 49.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias. **Marques de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira**. Disponível no site < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso no dia 11/04/2011

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude: como um conceito de teenage revolucionou o século XX**. (trad.) Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHEIDER, S; SCHIMITT, C. J. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. V.9. Cadernos de Sociologia: Porto Alegre, 1998. p.49-87.

SILVA, Tania Maria Almenara da; ROSA, Jurema. **Ecos e vozes do cotidiano da EJA: identificando falas dos alunos na Baixada Fluminense – RJ**. Trabalho apresentado no 1º Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: PUC RIO, 2010. Disponível no site <<http://www.seeja.com.br>>.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In.: MDS/UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 13-56.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre Juventude e Escolarização In.: Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Edição Especial. São Paulo, n. 5/6, p.37-52, maio –ago./set –dez,1997.

_____. Algumas hipóteses sobre as relações entre Juventude, Movimentos Sociais e Educação. In: XXI **Reunião Anual da ANPED**, 1999.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In.: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas**

Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.57-74.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In.: **Políticas públicas de juventud en América Latina:** políticas nacionales. Oscar Dávila León (editor). Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

TELLES. Vera da Silva. **Direitos Sociais:** Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1994.

TOLEDO, Enrique De La Garza. Introducción: el papel del concepto de trabajo en la teoría social del siglo XX. In.: **Tratado Latinoamericano de Sociología Del Trabajo.** Mexico: Fondo de Cultura Econômico, 2003. p. 15-35.

TOTA, Antônio Pedro. **História da Civilização Ocidental Integrada - Geral e Brasil.** São Paulo: FTD, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral (Trad.) OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992,

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008. p. 13-32.

_____. **Políticas Públicas De/Para/Com as Juventudes.** Brasília, UNESCO, 2004.

UNICEF. **Ano Internacional da Juventude – 12 de agosto de 2010 a 11 de agosto de 2011.** (Trad). UNIC Rio. 10-37595 – julho de 2010. Disponível no site <http://www.unicrio.org.br/docs/iyy_portugues.pdf>. Acesso no dia 11/11/2010.

VAITSMAN, Jeni. Monitoramento e avaliação de programas sociais: principais desafios. In.: MDS/UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil.** Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 157-170.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública** [online]. 2001, vol.7, n.1, pp. 1-15. ISSN 0104-6276. doi: 10.1590/S0104-62762001000100001.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In.: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes & EUGENIO, Fernanda. **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. RJ: Jorge Zahar, 2006. p. 192-200.

VERONOSE, Josiane Rose Petry; RODRIGUES, Walkíria Machado. **A figura da criança e do adolescente no contexto social:** de vítimas a autores de ato infracional. Disponível no site <www.abmp.org.br/textos/20.htm>. Acesso em 12/08/2010.

VIANA, Ana; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: Introduzindo o debate. In: **Proteção Social- dilemas e desafios.** VIANA, Ana; ELIAS, Paulo; IBAÑEZ, Néson (Org.). São Paulo: Hucitec, 2005, p. 15-57.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

WASELFISZ, Julio J. Jacobo (coord.) **Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Brasília: OEI/UNESCO, 2006.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil**. Brasília: Ritla; Instituto Sangari e Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Anexos – Entrevista semi aberta

A SER REALIZADA JUNTO AOS JOVFENS EX- BENEFICIÁRIOS DO PROJETO
AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DE MONTES
CLAROS/MG.

Data da realização da pesquisa: ____/____/____

Identificação do (a) Jovem entrevistado (a): _____
 Pólo de referência: _____

1) Idade: a) () 16 anos b) () 17 anos c) () 18 anos d) () 19 anos e) () mais de 19 anos

2) Com quem você reside? a) () sozinho(a) b) () com os pais c) () só com a mãe d) () só com o pai e) () com os avós f) outras formas: _____

3) Como você avalia a situação socioeconômica da sua família (baseado na renda familiar):
 a) () precária/miserável b) () precária/pobre c) () satisfatória/não é pobre d) () muito boa e) outras situações: _____

4) Bairro em que reside: a) () Santos Reis b) () Renascença c) () Chiquinho Guimarães d) () Vilage do Lago e) () Monte Carmelo f) () Santa Lúcia g) () Maracanã h) () Major Prates i) () Cidade Cristo Rei j) () Cristo Rei L) () Roxo Verde M) () Morrinhos n) () Vila Tiradentes o) () outros: _____

5) Escolaridade: a) () analfabeto(a) b) () alfabetizado(a) c) () Ensino fundamento incompleto d) () Ensino Fundamental completo e) () Ensino Médio Incompleto f) () Ensino Médio completo g) () Ensino superior Incompleto h) () Ensino superior completo

5.1 – Se a atual situação do curso foi identificada como incompleto, responder: está inserido em alguma instituição de ensino? a) () sim b) () não. Por quê?

5.2 - Se ainda estuda, qual a sua principal motivação em aumentar a sua escolaridade?

5.3 – Recebe e/ou recebeu algum incentivo e/ou estímulo para estudar? a) () sim b) () não.

De quem? _____

6) Realiza alguma atividade remunerada? a) () sim b) () não. Qual?

7) **Há quanto tempo realiza essa atividade?** a) () menos de 06 meses b) () mais de seis meses c) () um ano d) () entre 01 a 02 anos e) () entre 02 a 03 anos f) () mais de 03 anos

8) **Como você obteve essa oportunidade de emprego?**

9) **Qual o valor da renda recebida?** a) () menos de 01 salário mínimo b) () 01 salário mínimo c) () entre 01 a 02 salários mínimos d) () mais de 02 salários mínimos

10) **O que lhe motiva a continuar realizando esse tipo de atividade?**

11) **Em quê, ou como, você aplica os seus rendimentos?**

12) **Há quanto tempo permaneceu no Projeto Agente Jovem?** a) () menos de 06 meses b) () mais de seis meses c) () um ano d) () entre 01 a 02 anos e) () mais de 02 anos

11) **Qual a sua avaliação sobre o Projeto Agente Jovem?**

12) **Como você percebe as contribuições do Projeto em sua vida antes e depois do seu ingresso?** _____

13) **Porque você participou do Projeto?**

14) **Em sua opinião, quais os principais pontos positivos do Projeto Agente Jovem?** _____

15) **E os pontos negativos?** _____

16) **Em sua opinião, o Projeto Agente Jovem contribuiu para que você permanecesse na escola? Por quê?** _____

17) **O Projeto Agente Jovem contribuiu para que você se inserisse no mundo do trabalho? Como?** _____

18) O que você aprendeu por meio do Projeto Agente Jovem que contribuiu efetivamente para o seu atual contexto de vida? _____

19) O que você mais sentiu falta após a sua saída do Projeto Agente Jovem? _____

20) Em sua opinião, ter sido beneficiário do Projeto Agente Jovem lhe possibilitou construir novas possibilidades para a melhoria da sua qualidade de vida?

Observações gerais: